

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS
RURALIDADES: estudo da paisagem e lugar no município de
São João do Polêsine, Rio Grande do Sul

Michele Lindner

Orientador: Enéas Rente Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Organização do Espaço, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro para obtenção de título de Doutor em Geografia.

Rio Claro (SP)

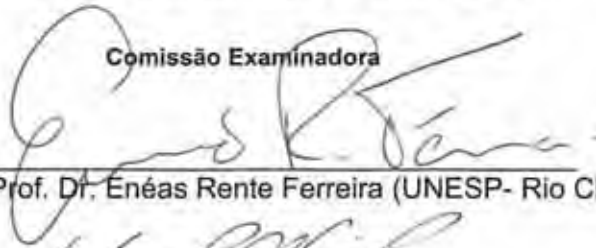
2011

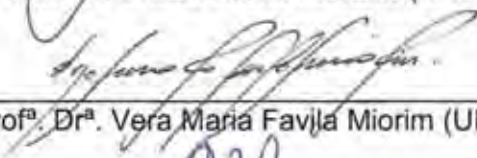
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Rio Claro
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

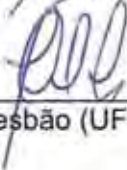
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

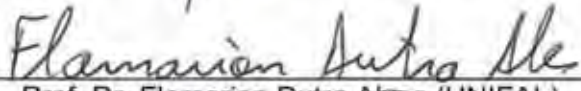
**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS
RURALIDADES: estudo da paisagem e lugar no município de São
João do Polêsine, Rio Grande do Sul**

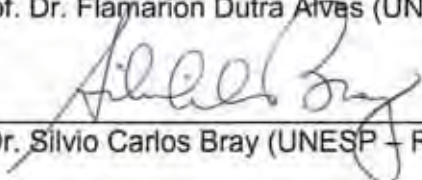
Comissão Examinadora

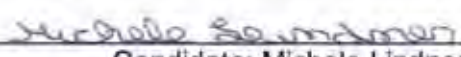

Orientador: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira (UNESP- Rio Claro)


Profª. Drª. Vera Maria Favila Miorim (UFSM)


Prof. Dr. Ivo Elesbão (UFSM – Silveira Martins)


Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL)


Prof. Dr. Silvio Carlos Bray (UNESP – Rio Claro)


Candidata: Michele Lindner

RESULTADO: APROVADA

Rio Claro, 26 de julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese não configura-se como uma tarefa solitária! Diversas são as pessoas e instituições que contribuem e auxiliam das mais variadas formas na construção do conhecimento e na superação dos obstáculos encontrados ao longo do caminho.

A essas pessoas e instituições, meus sinceros agradecimentos:

A minha família, que apesar da distância sempre esteve presente dando força e motivações ao longo desses três anos e quatro meses de doutoramento;

Ao meu orientador, professor Enéas Rente Ferreira, que ao longo desse tempo demonstrou ser além de orientador, um grande amigo;

Aos professores Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e José Gilberto de Souza, pelas importantes contribuições na ocasião do exame de qualificação desta tese;

Aos professores membros da banca de defesa, pela disponibilidade, críticas e sugestões, muito importantes para o encerramento desse trabalho;

A comunidade do município de São João do Polêsine, representantes administração pública municipal, Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, RS e demais pessoas que se mostraram receptivas e contribuíram para essa pesquisa;

Aos colegas de geografia e grandes amigos que auxiliaram nas pesquisas de campo, Suelen de Leal Rodrigues, Ricardo Nogueira Zanatta, Tania Cristina Gomes, Graciele Carls Pittelkow e em especial ao geógrafo e vereador do município de São João do Polêsine, Oni Nardi, pelo auxílio fundamental na realização dos contatos na área de estudo, para a obtenção das informações necessárias para a realização da pesquisa;

Aos amigos de Rio Claro, Maíca, Vera de Almeida e em especial, Ubirajara Gerardin Junior, grande amigo, sempre presente no decorrer de todo esse percurso;

Aos colegas de geografia e demais amigos, que estiveram presentes e que de uma forma ou de outra foram importantes e contribuíram durante todo esse período: Elvis Albert Robe Wandscheer, Flamarion Dutra Alves, Andressa Ramos Teixeira, Ediane Girardi Veira Sampaio, Tadeu Gaspareto, Aldina Piedade, Virginia Boger Verardo e Cristiano Araldi;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Rio Claro, pelo convívio e aprendizados ao longo desses anos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de realização do Curso de Doutorado;

Ao CNPq, pela ajuda financeira, que foi de fundamental importância para a realização e conclusão da pesquisa;

A CAPES, pela bolsa de Doutorado sanduíche PDEE, que proporcionou a realização de um estágio na Universidade de Lisboa;

Ao professor Luis Manuel da Costa Moreno, da Universidade de Lisboa, pela recepção e orientação em Portugal;

E a todos, que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Geografia (Organização do Espaço)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul

AUTOR: MICHELE LINDNER
ORIENTADOR: ENÉAS RENTE FERREIRA
Data e Local da Defesa: Rio Claro, 26 de julho de 2011.

Este estudo analisou a organização do espaço do município de São João do Polêsine – RS sob a perspectiva das ruralidades. Focado na análise da paisagem e do lugar, buscou-se evidenciar a forte influência que as ruralidades exercem em pequenos municípios e como suas permanências influenciam os modos de vida das populações desses locais e consequentemente toda sua dinâmica espacial. Percebe-se que o espaço urbano de pequenos municípios como São João do Polêsine possuem estreitas relações com suas áreas rurais, aliadas a um lento desenvolvimento urbano e dependência de cidades maiores próximas. Assim, a pesquisa mostrou um lugar de vocação agrícola e tradições rurais, que molda e organiza seu espaço mesmo que inconscientemente a exemplo de suas crenças, suas tradições e seus modos de conduzir a vida, ou seja, as ruralidades presentes no cotidiano local. Dessa forma, a verificação da presença concreta e simbólica das ruralidades neste pequeno município, assentou-se no entendimento da dinâmica espacial e social norteado por quatro categorias de análise: o processo de crescimento e as funções urbanas; a “dimensão” do rural; os modos de vida e as percepções locais; e as tradições e símbolos do rural. Contudo, os resultados da pesquisa demonstram que o espaço é antes de tudo uma construção social, ele se organiza e se transforma de acordo com o ritmo e modos de vida dos que nele habitam, e dessa forma, em um lugar onde a sociedade está claramente marcada pelas ruralidades, logo o espaço também será organizado sob as suas influências.

Palavras-chaves: Organização do espaço, ruralidades, paisagem, lugar, rural e urbano, pequenos municípios e pequenas cidades, São João do Polêsine.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Post Graduate Program in Geography (Organization of the Space)
Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro

THE ORGANIZATION OF THE SPACE IN THE POINT OF VIEW OF RURALITIES: a study of landscape and place in the municipality of São João do Polêsine, Rio Grande do Sul

AUTHOR: MICHELE LINDNER

ADVISER: ENÉAS RENTE FERREIRA

Date and Place of Presentation: Rio Claro, July, 26, 2011.

This study analyzed the organization of the space of the municipality of São João do Polêsine – RS in the point of view of ruralities. By focusing in the analysis of landscape and place, it was aimed at evidencing the strong influence that the ruralities have on small cities and how their persistence influenced on the ways of living of the local populations and consequently all their spatial dynamics. It is perceived that the urban space of the small municipalities such as São João do Polêsine have close relations with their rural areas, together with an urban slow development and their dependency to major cities near them. Thus, the research demonstrated a place with agricultural vocation and rural traditions, which mold and organize its space, even though unconsciously according to their beliefs, traditions and ways of living, that is to say, the ruralities which are present in the local everyday life. Thus, the verification of the concrete and symbolic presence of the ruralities in this small municipality was based on the understanding of spatial and social dynamics, an understanding which is guided by four categories of analysis: the growing process and the urban functions; the rural ‘dimension’; the ways of living and the local perceptions; and the traditions and the symbols of the rural. However, the results of the research demonstrate that the space is rather a social construct; it organizes and transforms itself according to the rhythm and the ways of living of those who inhabit in there. In such a way, in a place where the society is clearly determined by ruralities, then the space will also be organized under such influences.

Key-words: Organization of the space, ruralities, landscape, place, rural and urban, small municipalities and cities, São João do Polêsine

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa da revisão de literatura utilizada.....	19
Figura 02 - População dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul – 2007.....	61
Figura 03 – Localização dos municípios pertencentes a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.....	79
Figura 04 - População da Região da Quarta Colônia de imigração Italiana.....	80
Figura 05 – Folder promocional dos Roteiros Integrados da Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	83
Figura 06 – Plantações de arroz em São João do Polêsine.....	84
Figura 07 – Localização do município de São João do Polêsine em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.....	85
Figura 08 – Vista da localidade de São João do Polêsine.....	86
Figura 09 – Imagens do distrito de Vale Vêneto	88
Figura 10 – Imagens do distrito de Recanto Maestro	89
Figura 11 – Imagens da cidade de São João do Polêsine.....	90
Figura 12 – Casarões coloniais na cidade de São João do Polêsine.....	91
Figura 13 – Carta de Uso e Ocupação do Solo do Município de São João do Polêsine – R.S.....	93
Figura 14 – Imagens dos atrativos do turismo religiosa no município de São João do Polêsine.....	98
Figura 15 – Imagem da cidade e suas edificações: São João do Polêsine, RS.....	102
Figura 16 – Imagens de estabelecimentos localizados na Avenida São João	106
Figura 17 – Avenida São João ao meio-dia.....	128
Figura 18 – Homens idosos reunidos em frente a praça da cidade.....	129
Figura 19 – Imagens de festividades em São João do Polêsine.....	131
Figura 20 – Materializações da fé dos imigrantes italianos em São João do Polêsine.....	143
Figura 21 – Símbolos das tradições na paisagem de Vale Vêneto.....	147
Figura 22 – Acervo do Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop.....	148
Figura 23 – Folder da campanha de promoção de restauração da Igreja Matriz São João Batista.....	153

Figura 24 – Imagens da missa de abertura do XXV Festival Internacional de Inverno da UFSM e da XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto.....	160
Figura 25 – Imagens do almoço de abertura do XXV Festival Internacional de Inverno da UFSM e da XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto.....	161
Figura 26 – Imagens do desfile da XXI Semana Cultural Italiana e XXI Festival Internacional de Inverno da UFSM.....	163
Figura 27 – Folderes alusivos a XXIV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto/XXIV Festival de Internacional de Inverno da UFSM e XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto/XXV Festival de Internacional de Inverno da UFSM.....	164
Figura 28 – Capa da Edição Especial do Jornal Integração Regional.....	165
Figura 29 – Folder alusivo a 55ª Festa Regional do Arroz, 2010.....	169
Figura 30 – Imagens da Benção as Máquinas nas primeiras Festas do Arroz.....	170
Figura 31 – Imagens dos primeiros desfiles das Festas do Arroz.....	171
Figura 32 – Imagens do desfile da 55ª Festa Regional do Arroz, 2010.....	172
Figura 33 – Imagens do almoço da 55ª Festa Regional do Arroz, 2010.....	175
Figura 34 – Folder alusivo a Festa do Padroeiro São João Batista e a Semana do Município de São João do Polêsine.....	176
Figura 35 – Dia de festividade em frente a primeira capela construída pelos imigrantes italianos.....	178
Figura 36 – Imagens dos voluntários da comunidade trabalhando na organização da Festa do Padroeiro.....	179
Figura 37 – Imagens da decoração e fogueira da Festa do Padroeiro São João Batista.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição dos sujeitos por grupo e sexo.....	29
Tabela 02 - Distribuição dos sujeitos por grupo e por faixa etária.....	30
Tabela 03 - Distribuição dos sujeitos por grupo e naturalidade.....	30
Tabela 04 - Classes de tamanho da população dos municípios brasileiros – 2005-2006.....	60
Tabela 05 - Classes de tamanho da população dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul – 2007.....	60
Tabela 06 - População dos municípios da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS.....	81
Tabela 07 - Produção Agrícola Municipal – São João do Polêsine.....	94
Tabela 08 - Faixa de pessoal ocupado em empresas e outras organizações no município de São João do Polêsine – 2006.....	105
Tabela 09 – Qualificações sobre o comércio e serviços no município de São João do Polêsine.....	107
Tabela 10 – População rural e urbana do município de São João do Polêsine.....	116
Tabela 11 – Pessoas ocupadas no município de São João do Polêsine – RS.....	118
Tabela 12 – Qualidades do município de São João do Polêsine.....	120
Tabela 13 – Qualificações sobre qualidade de vida em São João do Polêsine.....	134
Tabela 14 - População residente por religião – 2000.....	141
Tabela 15: Elementos simbólicos das tradições em São João do Polêsine.....	151

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CONSTRUINDO A REFLEXÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES	17
2.1. Os métodos mistos na construção da reflexão sobre a organização do espaço.....	21
2.1.1. <i>O método quantitativo e a visão geral do espaço.....</i>	22
2.1.2. <i>O método qualitativo e as particularidades do lugar.....</i>	24
3. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DA PAISAGEM DO LUGAR.....	35
3.1. A paisagem como forma de leitura do espaço.....	36
3.2. O lugar como a representação do particular.....	42
4. RURAL E URBANO: A INFLUÊNCIA DAS RURALIDADES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS PEQUENAS CIDADES.....	49
4.1. As definições do rural e do urbano.....	50
4.2. Pequenos municípios: as pequenas cidades e o rural.....	57
4.3. Ruralidade e “Novas Ruralidades”: proximidades e diferenças.....	67
5. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES.....	75
5.1. A formação e organização espacial da Quarta Colônia e a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.....	76
5.2. O pequeno município de São João do Polêsine.....	84
5.3. A dinâmica espacial e social do pequeno município e as ruralidades.....	99
5.3.1. <i>O processo de crescimento e as funções urbanas no pequeno município.....</i>	99
5.3.2. <i>A “dimensão” do rural no pequeno município.....</i>	116
5.3.3. <i>Os modos de vida e percepções do pequeno município.....</i>	126
5.3.4. <i>As tradições preservadas no pequeno município: as festividades e os símbolos do mundo rural.....</i>	145
5.3.4.1. A Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e o Festival Internacional de Inverno da UFSM.....	158

5.3.4.2 . A Festa Regional do Arroz.....	168
5.3.4.3. A Festa do Padroeiro São João Batista e a Semana do Município de São João do Polêsine.....	176
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189
8. APÊNDICES.....	197

1. INTRODUÇÃO

Entender a organização do espaço de um pequeno município brasileiro como o “lugar das ruralidades”, eis aqui o grande desafio dessa tese.

Pensar como um espaço se organiza requer buscar entender toda a dinâmica de seus habitantes, suas vivências, sua cultura e suas formas de pensar o seu lugar. A organização de um espaço é percebida através da paisagem do lugar, pois é através dela que se pode visualizar a materialização das ações do passado e do presente, os resquícios históricos da formação e as particularidades de cada lugar.

As pesquisas envolvendo o espaço na geografia abordam as mais variadas temáticas, envolvendo uma gama muito grande de estudos e reflexões de pesquisadores de diversas áreas da ciência geográfica. Ao longo da história do pensamento geográfico, diversas foram suas representações. Por vezes visto como um espaço natural ou um palco onde a vida humana se desenvolvia, o espaço, representou algo absoluto, fixo e imutável. Em outros momentos visto como o resultado das ações e processos da história e cotidiano das sociedades, um espaço relativo ou relacional, em constante construção e movimento, mutável de acordo com as transformações e relações dos elementos nele contidos.

O espaço geográfico visto sob o olhar das ruralidades representa a construção constante das relações materiais e imateriais dos modos de vida do mundo rural. Perceptíveis através da paisagem, o concreto e o movimento assumem formas peculiares

e repletas de simbologias caracterizando lugares e influenciando em toda dinâmica espacial.

Os povos rurais possuem uma espacialidade caracterizada pelos seus modos de vida. Relacionados a simplicidade, tranquilidade e ao trabalho em contato com a natureza, embora sob influências das tecnologias e do maior acesso as informações, muitos lugares ainda mantêm fortes resquícios tradicionais.

O rural, que chegou a ter seu fim anunciado no passado, há algumas décadas passa novamente a chamar a atenção de órgãos governamentais e de estudiosos dos problemas sociais. Esse interesse deve-se as transformações ocorridas no rural após a modernização do seu sistema produtivo, as quais proporcionaram uma configuração mais diversificada a esse espaço.

A diversificação das atividades fez com que o rural deixasse de ser tido apenas como um espaço agrícola, e seus habitantes como agricultores. Isto é fruto da mudança do sistema produtivo que liberou mão-de-obra no campo, acelerando a necessidade de se buscar novas alternativas de renda, visando garantir a reprodução socioeconômica de seus habitantes, numa busca de adaptação à nova realidade.

Destaca-se assim, que as concepções tradicionais que se referem ao rural como o local do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não podem ser tidas como representações absolutas desses espaços. Rua (2006), ressalta que o rural está integrado as transformações do momento atual de (re)organização do espaço pelo capitalismo, ele permanece como tal, mas recriando e integrando novas lógicas.

A lógica capitalista fez com que o rural integrasse diversos elementos tidos como urbanos, principalmente no que se refere ao acesso as comunicações e bens materiais que proporcionam mais facilidades e conforto a vida cotidiana. Nesse sentido, Wanderley (2000, p.128), busca salientar que:

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente “paridade social”, isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de “conforto urbano”.

Nesse sentido, fica clara a colocação de Rua (2006), que o rural distingue-se cada vez mais do agrícola, como também a cidade do urbano. Porém, isso não significa

o fim do rural ou a fusão desses dois espaços, representa apenas a integração inevitável desse espaço ao momento atual, no qual o acesso à informação é quase instantâneo e as necessidades de consumo são cada vez maiores. Mesmo com a expansão física de características urbanas no espaço rural, não é possível dizer que este “urbaniza-se”, pois ainda que englobando características do modo de vida dito urbano, ele ainda conserva características peculiares a vida e os costumes rurais. “Rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2006, p.86).

As especificidades do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam na concepção de Moreira e Gaviria (2002), a articulação entre as noções de rural e de identidade social.

Baseada nessas questões que envolvem todo o contexto da organização espacial de pequenas localidades é que se identifica as influências do rural sob o urbano. Portanto, esta pesquisa que enfoca áreas urbanas fortemente influenciadas por costumes e valores rurais tem como finalidade demonstrar as ruralidades influenciando na organização do espaço de um pequeno município. Nesse sentido se demonstrará as ruralidades muito ligadas a resquícios dos modos de vida do rural tradicional, assentadas em costumes e tradições conservadas ao longo de gerações em um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul, São João do Polêsine.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é identificar as ruralidades presentes no pequeno município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul e verificar como elas influenciam na organização do espaço desse local.

Considerando que na pesquisa se propôs a estudar a organização do espaço sob o olhar das ruralidades, os objetivos específicos que representaram o caminho para se chegar nas respostas do objetivo geral foram:

- Fazer um resgate dos conceitos geográficos chaves para a pesquisa: paisagem e lugar;

- Analisar a evolução das noções de espaço rural e espaço urbano nas ciências sociais e como são definidas no contexto operacional atual no Brasil;
- Entender a importância e as definições de pequenos municípios e pequenas cidades;
- Buscar o entendimento da noção de ruralidades e das “novas ruralidades”, verificando como ela vem sendo abordada pelas pesquisas sociais na atualidade;
- Realizar uma contextualização histórica da área estudada e identificar as manifestações das ruralidades no urbano do município de São João do Polêsine;
- Verificar de que forma o município de São João do Polêsine é percebido pelos moradores, representantes dos poderes públicos e religiosos locais, assim como por visitantes e estudiosos.

Nesse contexto a seção a seguir, “Construindo a reflexão sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades” parte necessidade de esclarecer como essa reflexão foi construída. O município de São João do Polêsine como um município de baixa densidade populacional, com uma economia notadamente agrária e um contexto cultural tradicional muito forte, representou o local ideal para a realização de uma pesquisa dessa natureza. Contudo, além desse esclarecimento essa seção busca mostrar de que forma a literatura foi trabalhada durante a pesquisa através de um Mapa de Literatura, que demonstra os conceitos chaves e os autores consultados. A utilização dos métodos mistos nessa pesquisa descritiva também é explicada, buscando demonstrar a importância de cada elemento, sejam eles quantitativos, que deram através de estatísticas a visão geral ou a base para o entendimento da área de estudo, ou através dos dados qualitativos, que demonstraram o simbólico através das observações e as percepções dos habitantes locais e de visitantes e pesquisadores.

A seção “Organização do espaço sob o olhar da paisagem e do lugar” busca fazer uma breve discussão sobre os conceitos geográficos paisagem e lugar, tomados no estudo em questão sob o viés do entendimento da organização espacial. Dessa forma, o entendimento da organização do espaço, remete-se a um espaço vivido, cheio de

simbologias e elementos que nos conduzem a particularização dos lugares. A leitura da paisagem simbólica possibilita perceber a abstração cultural e os sentimentos do lugar através da paisagem materializada em construções e do movimento da vida. Assim, é através da paisagem, que o lugar se individualiza dentro do espaço e passa a mostrar suas peculiaridades. Dessa forma, o entendimento do lugar assentado em uma concepção fenomenológica, passa a ser percebido como a articulação entre as experiências e vivências do espaço, ou seja, a representação do particular, repleto de símbolos culturais, mudanças e permanências, reflexo das vivências de um determinado espaço.

A diferenciação dos espaços rural e urbano abrem a seção intitulada “Rural e Urbano: influências das ruralidades na configuração espacial das pequenas cidades”. Buscando demonstrar como se chegou à emergência da terminologia ruralidades, parte-se de explanações sobre as visões tradicionais de rural, sinônimo de atraso e rusticidade, e de urbano, sinônimo de progresso e modernidade. Passa-se então a noção do *continuum* rural-urbano, que mostra a aproximação desses dois espaços, sem que eles percam suas peculiaridades. A partir disto, busca-se o entendimento das definições oficiais de urbano e rural no Brasil e em outros países e dos pequenos municípios e pequenas cidades. Dessa forma, demonstra-se a abrangência e magnitude desses pequenos espaços administrativos, tentando entender sua importância para o país e para o estado do Rio Grande do Sul. Aborda-se também as relações de proximidades entre o urbano e o rural de pequenos municípios, finalizando a seção com o entendimento do significado do termo ruralidades e as convergências e diferenças deste e das chamadas “novas ruralidades”.

A quinta seção desta tese, “Organização do espaço sob o olhar das ruralidades”, apresenta os resultados da pesquisa, buscando demonstrar como a organização do espaço do município de São João do Polêsine – RS encontra-se assentada nas tradições locais, características culturais ligadas a sua colonização, economia e aos valores de seus habitantes. Nesse contexto, aborda-se de forma breve o histórico da colonização italiana no Rio Grande do Sul e a formação e organização espacial da Quarta Colônia de Imigração Italiana, partindo-se posteriormente a apresentação do município estudado, São João do Polêsine. A partir desta contextualização, o entendimento da dinâmica espacial e social vem demonstrar a presença concreta e simbólica das ruralidades neste

pequeno município, objetivando verificar a estreita ligação entre rural e urbano no local a partir de quatro categorias de análise: o processo de crescimento e as funções urbanas; a “dimensão” do rural; os modos de vida e as percepções locais; e as tradições e símbolos do rural. Através desses elementos percebe-se a permanência das ruralidades, as quais são identificadas tanto através de dados históricos, documentais e estatísticos, como através de observações e depoimentos de sujeitos internos e externos ao local.

Contudo, a conjunção de todas essas informações levaram a construção de uma reflexão de como um espaço se organiza e se conserva a partir das ruralidades. Assim, a pesquisa vai demonstrar que um espaço é construído e configurado através das ações e valores dos que nele vivem, ou seja, dos modos de vida da população. A partir do momento em que essa população passa a conservar hábitos e valores oriundos de áreas rurais, isso reflete na configuração do espaço. Portanto, o espaço é antes de tudo uma construção social, e dessa forma, em um lugar onde a sociedade esta claramente marcada pelas ruralidades, logo o espaço também será organizado sob a influência dessas ruralidades.

2. CONSTRUINDO A REFLEXÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES

A construção de uma reflexão consiste em diversos elementos ao longo de sua trajetória. São diversas as formas, métodos e instrumentos utilizados durante a investigação para se chegar a reflexão. Contudo, é fundamental para o entendimento das questões abordadas em uma pesquisa que se explique a forma como estas foram concebidas para que se tenha a clareza do processo que levou a determinada reflexão.

Ao construir uma reflexão sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades, muitos foram os caminhos percorridos até se chegar ao objeto de pesquisa. Em um primeiro momento foi necessário pensar o que seria analisado e onde. Dessa forma, buscou-se definir o real significado do tema ruralidades e como ele poderia ser abordado em um estudo de natureza geográfica.

O próximo passo foi buscar referências empíricas da questão a ser trabalhada para então definir uma área de estudo. Os caminhos até então levavam ao estudo de uma região, porém ao longo da reflexão percebeu-se que o fato de as ruralidades se tratarem de características pontuais, que se manifestam em detalhes de determinados locais, assim como no cotidiano de pequenas comunidades, tornou-se necessário a abordagem do lugar em detrimento a região. O lugar para a geografia representa o particular, trata-se de uma porção do espaço dotada de valores simbólicos.

Dessa forma, o município de São João do Polêsine foi escolhido como o lugar onde as manifestações das ruralidades, observáveis através da paisagem de suas áreas

urbanas conduziriam a uma determinada configuração do espaço. Esse município no interior do Rio Grande do Sul foi escolhido para o estudo, por se tratar de um município com baixa densidade populacional, economia e dinâmica municipal voltada as atividades agrárias e principalmente por possuir uma carga simbólica muito grande marcando o seu espaço e a vida de seus habitantes.

Delimitado o tema e o objeto de estudo, buscou-se na literatura informações referentes as temáticas relacionadas ao estudo, como a organização do espaço geográfico vislumbrada através da paisagem, lugar e suas representações, rural e urbano e suas delimitações atuais, pequenos municípios e pequenas cidades e o entendimento do conceito de ruralidades e “novas ruralidades. Para Creswell (2007), uma revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem diversos objetivos, entre eles de compartilhar com o leitor os resultados de outros estudos relacionados com o tema estudado. Dessa forma, a revisão de literatura serve tanto para conhecer os estudos já realizados na temática abordada quanto para tecer relações aos resultados encontrados ao longo da pesquisa.

A consulta bibliográfica ajuda nas definições dos conceitos adotados na pesquisa, a partir do momento em que se faz uma análise dos estudos já realizados em temáticas relacionadas tem-se as bases para fazer considerações sobre o objeto de estudo. Portanto, a bibliografia consultada serve tanto para trazer informações novas, algumas vezes desconhecidas ao pesquisador quanto auxiliar na verificação de problemas com necessidade de comprovação via resultados de outros estudos.

Portanto, os autores consultados para a revisão de literatura desse estudo são apresentados em um Mapa da Literatura (Figura 01) de maneira sistemática de acordo com os objetivos da pesquisa.

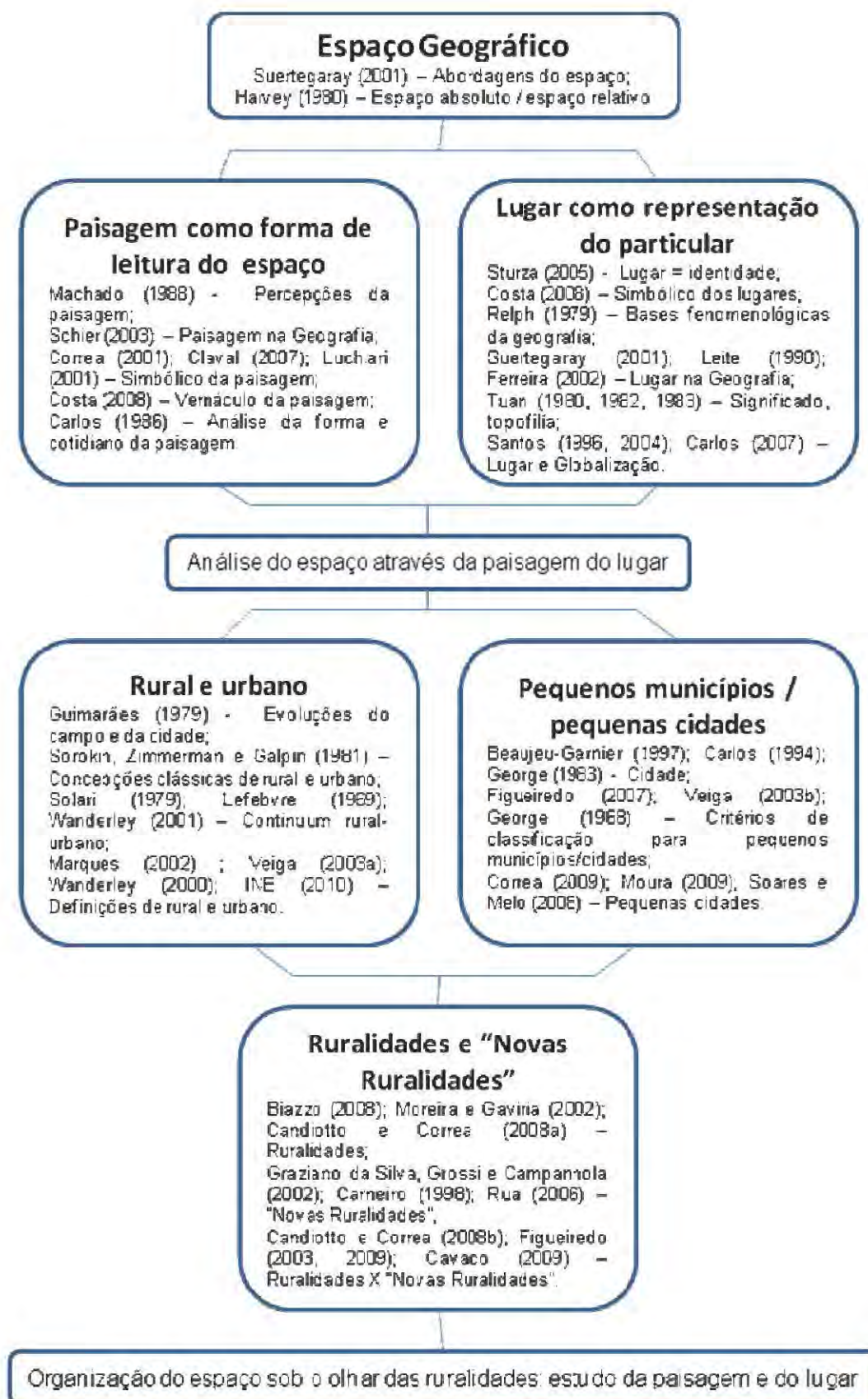


Figura 01 – Mapa da revisão de literatura utilizada

Organização: Michele Lindner.

Primeiramente abordam-se as categorias geográficas utilizadas na pesquisa: a paisagem como forma de leitura do espaço e o lugar como a representação do particular. A discussão sobre essas temáticas nos levam a análise do espaço através da paisagem de um determinado lugar. Esse lugar na pesquisa em questão trata-se de um pequeno¹ município, onde se analisará a manifestação das ruralidades. Dessa forma, a literatura nos oferece subsídios para definir o que seria um pequeno município e uma pequena cidade, assim como o que seriam as ruralidades e as “novas ruralidades”.

Segundo Creswell (2007), o mapa de literatura é um sumário visual da pesquisa realizada por outras pessoas. Pode ser organizado de forma hierárquica, com a apresentação da literatura de cima para baixo, terminando com o estudo proposto que vai ampliar a literatura. Esse mapa de literatura ajuda a construir um quadro visual da pesquisa existente sobre o tópico.

O Mapa da Literatura utilizada para a reflexão visa demonstrar metodologicamente os caminhos percorridos até então para a reflexão sobre a temática da organização do espaço sob o olhar das ruralidades. Em cada item procurou-se demonstrar quais os autores tiveram suas obras utilizadas como referências na revisão de literatura. Salienta-se que muitos outros autores são citados, porém sem suas obras terem sido consultadas, tratam-se de autores que fazem parte da evolução histórica da geografia e dessa forma a menção aos mesmos é de fundamental importância, mesmo estes não sendo necessariamente referências bibliográficas.

Com a base literária definida, buscaram-se informações para o desenvolvimento da reflexão. Ao desenvolver uma pesquisa dessa natureza, muitos são os métodos e técnicas empregados ao longo de seu percurso. Normalmente a utilização de diversas técnicas deve-se a umas complementarem as lacunas deixadas pelas outras, o que leva a pesquisa a tornar-se mais rica em informações.

Dessa forma, a pesquisa que se apresenta configura-se como uma pesquisa descritiva, na qual foram utilizados métodos mistos de análise e coleta de dados. Para Richardson (2008), estudos de natureza descritiva procuram descobrir as características de um fenômeno como tal, podendo considerar como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo. Portanto, a partir das informações obtidas durante a pesquisa, elaborou-se um estudo descritivo visando entender o papel das

¹ Destaca-se que nessa pesquisa ao falar em tamanho dos Municípios, para conceituar um pequeno, médio ou grande Município, em nenhum momento se usa o critério de extensão territorial.

ruralidades na organização do espaço do município de São João do Polêsine, RS, de forma que se possa entendê-lo e a partir de então pensar qual seria a melhor forma de buscar seu desenvolvimento.

2.1. Os métodos mistos na construção da reflexão sobre a organização do espaço

Ao se desenvolver uma pesquisa é muito comum que se utilizem tanto métodos qualitativos quanto métodos quantitativos de obtenção de informações. No caso deste estudo a combinação desses dois métodos foi de fundamental importância para o entendimento do problema abordado. Não há dúvidas que um dos métodos se sobressai ao outro embora a obtenção de dados dos mesmos tenha sido realizada de forma concomitante, porém em diferentes fontes.

A combinação dos métodos qualitativos e quantitativos, ou seja, a utilização de métodos mistos tem sido cada vez mais frequente em pesquisas das ciências sociais. De acordo com Creswell (2007), ao se utilizar métodos mistos, os dados qualitativos e quantitativos podem ser coletados em fases (seqüencialmente) ou ao mesmo tempo (simultaneamente). A integração dos dois métodos pode ocorrer em diversas fases da pesquisa como na coleta de dados, na análise, na interpretação ou em alguma combinação de locais.

Nesse estudo a estratégia de métodos mistos utilizada foi a triangulação concomitante. Esta estratégia segundo Creswell (2007) utiliza métodos quantitativos e qualitativos separadamente como forma de compensar os pontos fracos com os pontos fortes de cada método. A coleta de dados qualitativos e quantitativos é concomitante na primeira fase, passando a integração dos dois métodos na fase de interpretação do estudo.

Assim, tanto a obtenção dos dados quantitativos quanto a obtenção dos dados qualitativos tiveram objetivos específicos na coleta de dados. A coleta de dados quantitativos visou a obtenção de um panorama geral do município, explicando dessa forma sua dinâmica por meio de dados estatísticos. Já a coleta de dados qualitativos esteve centrada no cerne da pesquisa, ou seja, em temas ligados as ruralidades do lugar. Porém, na fase de interpretação o panorama geral gerado pelos dados quantitativos

serviu de base para o entendimento das particularidades das informações obtidas através de dados qualitativos.

2.1.1. O método quantitativo e a visão geral do espaço

Conforme discutido, os dados quantitativos coletados para este estudo foram utilizados para dar um panorama geral do município, abordando dessa forma temáticas de grande importância que adquirem grande visibilidade através de informações estatísticas.

De acordo com Richardson (2008), os métodos quantitativos são amplamente utilizados na condução de pesquisas e representam a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma melhor margem de segurança quanto às inferências.

Nesse sentido, os dados quantitativos utilizados foram obtidos através de censos demográficos, agropecuários, cadastro central de empresas, consultas a dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande, assim como consultas a outros estudos sobre o município de São João do Polêsine e sua região que apresentassem dados estatísticos de interesse do estudo.

Dessa forma, destaca-se que foram realizadas visitas a unidade de Santa Maria, RS, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual realizou-se uma pesquisa documental de cunho quantitativo, onde buscou-se dados sobre a composição da população dos distritos do município de Faxinal do Soturno em dados dos Censos dos anos de 1970, 1980 e 1991. A obtenção desses dados foi necessária para que se pudesse fazer uma análise da população que ocupava a área atualmente pertencente ao município de São João do Polêsine, já que durante a realização destes Censos a área desse município pertencia a Faxinal do Soturno. Destaca-se que estes dados não estão disponíveis na *home page* do IBGE, havendo dessa forma a necessidade de uma consulta documental no acervo do Instituto.

Ao fazer referencia a esse tipo de levantamento de dados Gil (1999), destaca que a diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica é a natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa

documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999, p.66).

As fontes documentais podem referir-se a documentos de primeira mão que não receberam tratamento nenhum tais como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc, e a documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc (GIL, 1999).

Fontes documentais de segunda mão, como as obtidas na unidade do IBGE do município de Santa Maria, também foram adquiridas na *home page* do IBGE. Nesta, foram obtidas diversas informações sobre a população dos municípios do estado do Rio Grande do Sul através da Contagem Populacional do ano de 1996 e 2007, além de informações específicas sobre o município de São João do Polêsine nos Censos de 2000 e 2010, Cadastro Central de Empresas e Censo Agropecuário de 2006. Também, buscou-se informações de primeira mão na Prefeitura Municipal que complementassem as já existentes, além de uma coleta de dados empírica visando a identificação de estabelecimentos de indústria, comércio e serviços na sede urbana do município.

Contudo, as informações quantitativas serviram para explicar uma determinada realidade, mas a compreensão da mesma fundamentou-se nas informações qualitativas. Dessa forma a utilização das duas abordagens, cada uma com seu uso apropriado, foram capazes de gerar bons resultados, visto que a abordagem quantitativa possui força na validade externa, já que seus dados podem ser generalizáveis para um conjunto, porém demonstram fragilidade na validade interna, já que podem não representar a realidade de determinado local. De outra forma, a abordagem qualitativa possui força na validade interna ao focar as particularidades e especificidades locais e fragilidade na validade externa, pois tem pequena probabilidade de generalização. Dessa forma, percebe-se que existe complementaridade no uso dos dois métodos, ou seja, mesmo diferindo na forma e ênfase, os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem, sendo que o método qualitativo trás uma contribuição intuitiva para um trabalho racional (NEVES, 1996).

2.1.2. O método qualitativo e as particularidades do lugar

O ponto forte da abordagem qualitativa encontra-se nas particularidades e especificidades dos fenômenos. Segundo Richardson (2008), método qualitativo não emprega o uso de instrumental estatístico como base de seu processo de análise, sua abordagem justifica-se por ser uma forma adequada de se entender um fenômeno social que tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2008, p. 80).

Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa se baseia em texto e imagem. Porém, para se chegar a este resultado ela se utiliza de diversos métodos, como observações abertas, entrevistas, documentos, além de outros materiais como sons, e-mails, álbuns de recortes.

Em um primeiro momento, como forma de estabelecer pilares para a coleta das informações qualitativas buscou-se as bases históricas do local estudado. A pesquisa histórica, na concepção de Richardson (2008), se preocupa com o registro escrito dos acontecimentos. Ela demanda de um intenso trabalho bibliográfico-documental, sendo os dados históricos classificados em fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são frutos de uma relação física direta ou registro de experiência vivenciada e as secundárias são aquelas que não tem uma relação direta com o acontecimento registrado, senão através de um elemento intermediário (RICHARDSON, 2008). Dessa forma, utilizou-se de fontes primárias e secundárias na pesquisa sobre a história do município de São João do Polêsine e da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. As fontes primárias referem-se a relatos de moradores do município e da região, além de fotografias antigas e visitas ao Museu do distrito de Vale Vêneto que contribuíram para o entendimento das informações obtidas através das fontes secundárias, em livros e trabalhos acadêmicos sobre a temática.

A observação representou outra etapa de fundamental importância nesta pesquisa. Em relação a observação Gil (1999) coloca que, esta técnica desempenha um papel imprescindível para a pesquisa, estando presente em várias etapas desde a formulação do problema até a análise dos dados. Mas é na coleta de dados que é mais utilizada, aliada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva.

Dessa forma, a observação nessa pesquisa consistiu em uma das etapas da pesquisa de campo onde se observou a paisagem estática e móvel do município de São João do Polêsine. Para Richardson (2008, p.259) “[...] observação é o exame minucioso ou a mirada atenta sobre um fenômeno no seu todo ou em algumas partes; é a captação precisa do objeto examinado”. Estas observações no município ocorreram em diversos momentos da pesquisa de campo, já que elas tiveram como objetivo a descrição de diferentes situações, como diversas horas de um dia normal na cidade, dias de festividades e finais de semana, entre outras situações encontradas ao longo da pesquisa.

A observação configurou-se como uma observação não participante, na qual o pesquisador apenas atua como espectador atento e por meio de um roteiro de observação ele faz seus registros. Dessa forma, a partir de um diário de campo foram feitas as considerações a cerca da paisagem materializada e da paisagem móvel de acordo com as situações que se configuravam em determinados momentos. Além das anotações, foram feitas diversas fotografias, as quais serviram para ilustrar as descrições apresentadas ao longo do estudo.

Concomitante as observações realizaram-se entrevistas com informantes qualificados. Esses informantes foram selecionados com base em uma amostra intencional, que segundo Almeida (1989, p.87), “consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos em função das variáveis estudadas”. Assim, com base no método de amostragem apresentado por Almeida, foram selecionadas no município de São João do Polêsine algumas pessoas entre os moradores, sujeitos de participação ativa na vida comunitária e sujeitos influentes nas tomadas de decisões políticas e sociais no município, além de pessoas externas ao local que teriam informações de grande valor para a temática estudada.

A escolha pela entrevista deu-se por esta representar uma técnica que trás mais liberdade, possibilitando assim, obter do entrevistado o que ele considera mais importante sobre determinados problemas, suas descrições de determinadas situações.

Todas as entrevistas realizadas neste estudo foram entrevistas guiadas. Nesse tipo de entrevista, segundo Richardson (2008), o pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e com base neles formula alguns pontos para tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como quiser guiado pelo entrevistador. A liberdade de expressão do entrevistado nesse caso possui uma importância fundamental, pois a intenção das entrevistas nesse estudo foi de verificar o que os entrevistados pensavam sobre determinados assuntos, ou seja, suas percepções.

Portanto, foram realizadas diversas visitas ao município de São João do Polêsine nos meses de junho, julho, novembro e dezembro de 2009, janeiro, março, junho, julho e agosto de 2010 e fevereiro e abril de 2011, objetivando coletar informações através de entrevistas, observações, conversas informais com membros da comunidade e representantes dos poderes públicos, além de pesquisas documentais na Biblioteca Municipal, Câmara de Vereadores e Museu do Imigrante de Vale Vêneto. Também foram realizadas consultas regulares a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria, visando obter informações referentes a pesquisas já realizados na área de estudo, além de visitas ao Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, RS, realizando neste uma pesquisa documental sobre a genealogia de algumas famílias do município de São João do Polêsine.

Todas essas informações de caráter qualitativo tiveram como principal função a busca pelo entendimento do lugar, o qual se expressa baseado nos detalhes, nas particularidades, nos símbolos e nas diferentes percepções, seja a das pessoas que diretamente vivenciam o lugar, ou as de visitantes e pesquisadores que expressaram suas opiniões a respeito deste.

Dessa forma, as diversas informações obtidas na pesquisa de campo possibilitaram a caracterização da *dinâmica espacial e social da cidade e município de São João do Polêsine*, a qual teve como objetivo verificar a estreita ligação entre rural e urbano, que atua diretamente e indiretamente na organização do espaço local. Tendo como base as cinco categorias (O exercício das funções propriamente urbanas; A intensidade do processo de urbanização; A presença do rural; O modo de vida dominante; A dinâmica da sociabilidade local) propostas por Wanderley (2009), para a identificação da existência de uma “trama rural” no espaço urbano de pequenos

municípios de Pernambuco, acrescidas de outros elementos representativos da cultura e dos símbolos do mundo rural, sistematizou-se as informações obtidas na pesquisa em quatro categorias. As quatro categorias que buscaram a identificação das manifestações das ruralidades no pequeno município foram: o processo de crescimento e as funções urbanas; a “dimensão” do rural; os modos de vida e as percepções locais; e as tradições e símbolos do rural.

Essas categorias levam em conta as seguintes características:

- O processo de crescimento e as funções urbanas: aborda informações referentes a funções da pequena cidade e como suas especializações estão voltadas para uma economia de base agropecuária. Como se dá a organização espacial dessas áreas, fruto do processo lento de crescimento urbano. A oferta e satisfação dos que ali vivem e circulam em relação as indústrias, comércio e serviços locais, refletidos nas oportunidades de empregos e dependência a cidades maiores.

- A “dimensão” do rural: percebida através de sua população, economia e pela presença de “qualidades rurais”. Os estudos populacionais nesse sentido visam analisar a evolução da população rural e urbana no passar dos anos, buscando verificar o peso da população rural no conjunto da população total do município, assim como a proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e o peso dessas atividades na economia local. A presença das “qualidades rurais” refere-se a uma série de elementos ligados ao imaginário do rural, presentes na paisagem e na percepção que as pessoas tem do local.

- Os modos de vida e as percepções locais: percebidos através do “ritmo da vida” nas pequenas cidades e pela presença da uma forte socialização entre seus habitantes, refletido no valor dado a vida em comunidade, a religiosidade e os elos afetivos, presentes no sentimento de pertencimento dos habitantes para com o seu lugar. As percepções também revelam como os sujeitos locais e externos identificam e qualificam a pequena cidade e sua qualidade de vida.

- As tradições e símbolos do rural: a forma como se manifestam as heranças históricas e culturais, que dão a identidade ao local e mantém viva a memória do lugar. As permanências das tradições reveladas tanto na forma concreta, através de símbolos impressos na paisagem local, como em suas representações cotidianas e eventuais, expressas nas festividades locais.

A partir dessas quatro categorias foram organizadas as análises dos resultados obtidos apresentados pelas seguintes subdivisões: O processo de crescimento e as funções urbanas no pequeno município; A “dimensão” do rural no pequeno município; Os modos de vida e percepção dos moradores no pequeno município; e As tradições preservadas no pequeno município: as festividades e os símbolos do mundo rural.

Para tal valeu-se das observações realizadas no município (Apêndice I), das entrevistas com os informantes interiores e exteriores ao local e também de dados estatísticos. No que se refere as entrevistas, a seleção do número de sujeitos se deu objetivando a contemplação dos assuntos propostos, ou seja, por se tratarem de entrevistas guiadas, nas quais foram indicadas temáticas para os sujeitos falarem livremente, assim que os assuntos chegaram a exaustão e tornaram-se repetitivos, decidiu-se pela sua finalização. Dessa forma, as temáticas propostas foram contempladas com a realização de 22 entrevistas, as quais possibilitaram identificar a percepção de moradores (Apêndice II), religiosos e representantes da administração pública municipal (Apêndice III) e visitantes e/ou pesquisadores (Apêndice IV), quanto ao município, contribuindo substancialmente para a caracterização da dinâmica espacial e social do mesmo.

Também foram realizadas outras três entrevistas (Apêndice V) visando contemplar a temática específica das festividades no município. Nessas entrevistas buscou-se entender a importância e a organização das três festividades mais representativas no local, a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival Internacional de Inverno da UFSM, a Festa Regional do Arroz e a Festa do Padroeiro São João Batista. Assim, as informações prestadas pelos organizadores das festividades, aliadas a outras informações, possibilitaram entender-las como símbolos das tradições e da cultura de um povo rural.

Além dessas entrevistas, muitas informações foram prestadas por membros da comunidade e pessoas empregadas na administração pública municipal através de conversas informais e de solicitações de informações pontuais como forma de complementar lacunas que surgiram ao longo da análise das informações.

Os sujeitos que contribuíram para a análise da dinâmica espacial e social foram divididos em três grupos, o primeiro composto por oito sujeitos, o segundo por cinco sujeitos e o terceiro composto por nove sujeitos, homens e mulheres adultos, de

diferentes idades e variadas ocupações. O Grupo 1, composto por pessoas que possuem relações de moradia e trabalho com o local, envolvidas diretamente com o espaço, ativas na vida comunitária do município e detentoras da memória local; o Grupo 2, constituído por pessoas que tomam as decisões a cerca do espaço do Município, possuem grande influência sobre a população, representantes da administração pública municipal e religiosos, que se mostraram dispostos a contribuir com a pesquisa; e o Grupo 3, formado por estudiosos e visitantes externos a esse espaço, com diferentes formações e que possuem certo conhecimento sobre o município, seja ele científico ou mesmo de senso comum. Portanto, trataram-se de sujeitos escolhidos através de uma amostra intencional, ou seja, sujeitos que pudessem de fato contribuir com as variáveis estudadas.

A distribuição dos sujeitos, de acordo com os três grupos definidos, está apresentada na Tabela 01:

Tabela 01 – Distribuição dos sujeitos por grupo e sexo				
	Grupos	Masculino	Feminino	Total
G 1 –	Relações de moradia e trabalho com o lugar	5	3	8
G 2 –	Representantes da administração pública e religiosos	3	2	5
G 3 –	Estudiosos e/ou visitantes	3	6	9
Total		11	11	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009 e 2010.

Org.: Michele Lindner.

Observando os dados nos chama a atenção para a equivalência de homens e mulheres entrevistados. No entanto, vale destacar, que embora trate-se de uma amostra intencional, a escolha de pessoas por sexo foi aleatória, visto que essa equivalência se deu apenas na soma total dos três grupos. O mesmo não aconteceu no interior dos grupos, nos quais é notável a ocorrência de maior número de entrevistados do sexo masculino no grupo que mantém relações de moradia e trabalho com o lugar (Grupo 1) e no grupo composto por sujeitos representantes da administração pública e religiosos (Grupo 2). De forma diferente, o grupo formado por estudiosos e/ou visitante (Grupo 3), os sujeitos do sexo feminino prevaleceram, ou seja, dos nove entrevistados, seis foram mulheres.

Com relação à idade dos sujeitos, dividiu-se em três faixas etárias, de maneira que pudesse ser identificado o número de jovens, que estariam na faixa de até 24 anos, de adultos, na faixa entre 25 a 59 anos, e de idosos, com 60 anos ou mais. A Tabela 02 apresenta os resultados:

Tabela 02 - Distribuição dos sujeitos por grupo e por faixa etária

Faixa Etária	G1	G2	G3	Total
Até 24 anos	-	-	1	1
25 a 59 anos	6	3	8	17
60 anos ou mais	2	2	-	4
Total	8	5	9	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009 e 2010.
Org.: Michele Lindner.

Percebe-se a predominância do número de entrevistados adultos em todos os grupos de sujeitos entrevistados. A presença dos idosos ocorreu no Grupo 1 e no Grupo 2, formados por pessoas residentes no local da pesquisa. Já a presença de jovens teve apenas uma ocorrência no Grupo 3, que pode ser explicada por ser um grupo que apresenta como característica a presença de estudantes entre os sujeitos entrevistados.

No que se refere a naturalidade dos sujeitos entrevistados, optou-se por organizar as informações levando em conta se seriam naturais do município de São João do Polêsine, de um dos municípios da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (com exceção de São João do Polêsine), do município de Santa Maria, por ser um município de forte influência na região central do RS, ou se seriam naturais de outros municípios. Essas informações seguem na Tabela 03:

Tabela 03 - Distribuição dos sujeitos por grupo e naturalidade

Cidade	G1	G2	G3	Total
São João do Polêsine	4	3	-	7
Cidades da Quarta Colônia	1	1	1	3
Santa Maria	-	1	1	2
Outras	3	-	7	10
Total	8	5	9	22

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009 e 2010.
Org.: Michele Lindner.

As informações demonstram a prevalência nos Grupos 1 e 2 de sujeitos nascidos na cidade de São João do Polêsine, fato que era esperado visto que os dois grupos são formados por pessoas que vivenciam o local. Também houve a presença nesses grupos

de pessoas nascidas em outras cidades da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, característica comum nesta região, a forte mobilidade entre os municípios. Entre os sujeitos do Grupo 1 que se declararam nascidos em outras cidades, destaca-se que dois deles chamam a atenção de que nasceram na cidade de Caçapava do Sul, no RS, mas que vieram morar ainda quando crianças em São João do Polêsine, visto que os seus pais eram naturais do município e residiram na cidade natal deles por alguns anos apenas. Já no Grupo 2, embora a maioria dos entrevistados residam atualmente no município de Santa Maria, suas naturalidades referem-se a outros municípios do estado do Rio Grande do Sul, o que é explicado por Santa Maria ser um pólo atrativo devido a sua Universidade Federal, Base Aérea, e Quartéis.

Assim, as informações dos sujeitos entrevistados e uma série variada de outras informações ajudaram na análise da presença das ruralidades no município de São João do Polêsine, operacionalizadas através da apresentação das quatro categorias de identificação das manifestações das ruralidades.

No decorrer dessas análises são identificadas diversas expressões das ruralidades, seja na relação rural-urbano, seja nos elementos simbólicos tradicionais, ambos agindo direta e indiretamente na organização do espaço urbano do pequeno município. Contudo, o entendimento da dinâmica social e espacial do município de São João do Polêsine, pode nos levar a compreensão de determinadas atitudes e valores de seus moradores para com o espaço e também a importância que suas festividades vêm assumindo na promoção do processo de desenvolvimento local.

Nesse contexto, cabe ainda ressaltar a importância que a percepção teve nesse estudo, ao demonstrar como os fenômenos que configuram esse lugar são vistos pelos atores externos e internos a ele. Os estudos de percepção são cada vez mais importantes para a geografia, como é destacado por Rocha (2002-2003), ao colocar que a geografia da percepção passou estudar o espaço, paisagens e lugares de acordo com a experiência e vivência dos seus moradores, conseguindo dessa forma, muitas imagens dentro de uma mesma cidade.

Nesse sentido a imagem da cidade de São João do Polêsine para morador local, configurou-se como um aspecto de fundamental importância nesse estudo, pois a sua forma de interpretar a realidade interfere diretamente nas atitudes para com o lugar. E é nesse sentido que Rocha (2002-2003) coloca que a percepção é responsável pela forma

como se vê o mundo e é ela que vai determinar a forma como o indivíduo vê, interpreta e interfere no meio.

Da mesma forma, a cultura representa um elemento de fundamental importância ao se estudar a percepção, pois ela vai interferir diretamente na percepção dos indivíduos analisados. A percepção do morador do pequeno município vai estar recheada de concepções relacionadas a sua cultura, como no caso estudado onde os entrevistados possuem fortes traços culturais herdados dos antepassados que colonizaram a sua Região e de maneira diferente esta a percepção dos entrevistados que não vivenciam o lugar, pois esses não sofrem a influência desta cultura.

Portanto, pela percepção, os lugares tem diferentes significados de acordo com quem os percebe, dependendo da cultura, tempo histórico, situação psicológica, entre outros. Essa essência da percepção dos fenômenos está ligada a fenomenologia, e é por meio da fenomenologia e da percepção que a geografia vem avançando em estudos de natureza espacial ligadas a questões culturais.

A fenomenologia veio para mostrar que o ser humano vê o mundo e seus fenômenos de acordo com sua cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, entre outros fatores que formam seu entorno e seu interior. Através da semiótica, os fenômenos se apresentam por forma de signos que são percebidos e interpretados através da linguagem verbal e não-verbal (imagens, gestos, sinais, entre outros). A Geografia, apoiando-se na Fenomenologia e na Semiótica, criou uma forma peculiar de interpretar os fenômenos humanos no espaço: é a Geografia da Percepção (ROCHA, 2002-2003, p. 68).

Edmund Husserl (1859-1938) foi o criador da fenomenologia, método que diz respeito a análise da essência do dado, do fenômeno. De acordo com Gil (1999), o método fenomenológico tem como primeiro e principal fundamento “avançar para as próprias coisas”, a coisa nesse caso é entendida como o dado, o fenômeno. A fenomenologia se preocupa apenas com o dado, sem querer decidir se é uma realidade ou aparência. O método fenomenológico não é dedutivo nem empírico, não explica mediante leis, nem deduz a partir de princípios, considera imediatamente o que está presente à consciência, o objeto.

Dessa forma, a fenomenologia destaca-se no papel de distinguir, revelar o que há de essencial na percepção, na recordação, na imaginação. Assim, a compreensão do projeto fenomenológico de Husserl depende de que se compreenda o que ele apresenta como

consciência enquanto *intencionalidade*. O conceito oriundo da filosofia medieval significa dirigir-se para, visar alguma coisa. “[...] a consciência não é uma substância (alma), mas uma *atividade* constituída por *atos* (percepção, imaginação, especulação, volição, paixão, etc.), com os quais se visa algo” (CHAUÍ, 1980, p. VIII).

Chauí (1980), explica que a fenomenologia é uma descrição específica do fenômeno, o qual “é a consciência, enquanto fluxo temporal de vivências e cuja peculiaridade é a *imanência* e a capacidade de outorgar *significado* às coisas exteriores” (CHAUÍ, 1980, p. VII). Como descrição de estrutura e consciência enquanto *Consciência Transcendental* constitui as significações na medida em que conhecer é pura ou simplesmente apreender (no nível empírico) ou constituir (no nível transcendental) ou significados dos acontecimentos naturais e psíquicos.

Merleau-Ponty (1994), explica que a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências, como a essência da consciência ou a essência da percepção. A percepção por sua vez não é uma posição deliberada do mundo, nem um ato, ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles

Nesse sentido, Relph (1979, p.1) chama a atenção para que a “fenomenologia tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, religião, lugar e topofilia”. Portanto, para a fenomenologia, os fenômenos também são coisas que existem no pensamento, idéias, como as criadas pela ação e práticas humanas, como os valores morais e as crenças. E é nesse sentido, Rocha (2007) coloca que cada indivíduo tem sua percepção do mundo e se expressa diretamente por meio de valores e atitudes para com o meio ambiente.

Nessa perspectiva, as diferentes percepções, frutos das diferentes experiências formam o mundo fenomenológico:

O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto inseparável da sua subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (MERLEAU-PONTY, 1994, P.18).

Dessa forma, a fenomenologia é utilizada para descrever o mundo vivido, pois ela permite observar as coisas como elas se manifestam, permitindo que se aborde a paisagem como uma forma de leitura do espaço. Conforme Relph (1979, p.18) “as bases fenomenológicas da realidade geográfica consistem em três pilares: espaço, paisagens e lugares, na medida em que são diretamente experienciados como atributos do mundo-vivido”. Contudo, o autor ressalta que tendo identificado e interpretado estruturas da experiência, torna-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem e como se transformam.

Portanto, a partir da fenomenologia da percepção foi possível entender um pouco mais como o espaço se organiza e se mantém no município estudado. Visto que o espaço se organiza a partir das relações contidas nele, a fenomenologia, a partir do entendimento da essência das coisas, nos traz a compreensão de como se dão as relações entre o habitante e seu lugar e de que forma isso é representado na paisagem.

Por fim, ressalta-se que cada fase da pesquisa, assim como cada dado, seja ele quantitativo ou qualitativo, teve importância fundamental para o estudo. Esse conjunto nos permitiu a reflexão de como as ruralidades atuam e interferem na organização do espaço do município de São João do Polêsine e de tantos outros pequenos municípios com características semelhantes.

3. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DA PAISAGEM DO LUGAR

Esse capítulo abre uma breve discussão sobre os conceitos geográficos mais abordados ao longo do estudo, a paisagem e o lugar.

Como sugere o título, a abordagem realizada nessa seção visa contextualizar esses dois conceitos com o objetivo de buscar subsídios teóricos para o entendimento da organização espacial. O entendimento tomado sob um viés cultural nos leva a enfocar a “leitura” das paisagens de um espaço vivido, um espaço particular, cheio de simbologias e elementos que refletem as particularidades da organização do espaço de um determinado lugar.

O conceito de espaço geográfico muito discutido ao longo da história do pensamento geográfico ainda permanece como um dos conceitos-chave da geografia contemporânea. Sua significação representou durante muito tempo motivo de inquietações entre geógrafos e outros estudiosos do tema.

Visto primeiramente como sinônimo de espaço natural, o qual o homem ocupava e transformava de acordo com suas necessidades, o espaço representou algo absoluto, ou seja, o palco onde a vida humana acontecia. Essa concepção sofreu alterações ao longo do tempo e visões diferenciadas sobre a natureza do espaço permearam o pensamento geográfico ao longo de sua trajetória e de suas escolas.

Os estudos de natureza espacial podem abordar os mais variados enfoques. A partir do espaço podemos estudar a problemática ambiental, as relações de dominação tanto política quanto econômica e as questões culturais. Suertegaray (2001) coloca que a

partir da definição do conceito de espaço geográfico, os geógrafos trabalham com conceitos mais operacionais como paisagem, território, lugar e ambiente, os quais representam possibilidades de leitura deste. Segundo a autora, essas possibilidades analíticas levam a diferentes enfoques, pois cada uma delas enfatiza uma dimensão da complexidade do espaço, como o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (no ambiente).

Assim, análise da organização espacial através da paisagem e do lugar encontra-se assentada neste estudo no entendimento de um espaço relativo. É a partir desse entendimento que se torna possível vislumbrar os elementos que formam e organizam o espaço impressos nas paisagens dos lugares. Harvey (1980), explica que diferentemente da concepção de espaço absoluto que possui uma existência independente da matéria, o espaço relativo seria entendido como uma relação entre objetos, e existiria somente porque os objetos existem e se relacionam.

As relações entre objetos e pessoas responsáveis pela formação e organização espacial, representam elementos sociais. Como elementos sociais, estão impregnados de culturas e simbologias que dão as particularidades dos lugares no espaço e podem ser percebidas de diferentes formas através das paisagens.

Dessa forma, entende-se que o modo de perceber o lugar influencia as atitudes para com este. Nesse sentido, a percepção da paisagem e do lugar trás importantes contribuições para o entendimento da organização do espaço, assim como para o entendimento das permanências e transformações nele ocorridas.

3.1. A paisagem como forma de leitura do espaço

O termo paisagem nos remete a tudo aquilo que nossos olhos podem captar, refere-se a materialização de diversos elementos contidos no espaço observado. Como sinônimo de paisagem temos o cenário, o exterior, o panorama e a cena. As relações entre os elementos que compõe o espaço deixam marcas na paisagem, elementos que nos ajudam a entender a organização espacial. Assim, considerar a paisagem como uma categoria para se chegar ao entendimento da organização de determinado espaço, num

primeiro momento pode representar uma tarefa sem grande complexidade. Porém, um mesmo cenário pode ser percebido e interpretado de diferentes formas de acordo com o sujeito que o vê.

As diferentes formas de perceber uma paisagem estão ligadas a cultura e ao estado psicológico dos sujeitos que a percebem. Suas interpretações são frutos do imaginário e de suas ligações para com o lugar. Para Machado (1988), os laços afetivos para com as paisagens ocorrem através da valorização de alguns de seus elementos, o que por sua vez envolve a individualidade das pessoas, seus propósitos, necessidades e aspirações.

Assim, as paisagens são percebidas e valorizadas de formas diferenciadas, que podem variar de um forte apego sentimental, pelos que vivenciam aquele espaço, mantém ou mantiveram relações próximas com este, até as explorações ou observações curiosas de estudiosos ou visitantes ocasionais. E é nesse sentido que Machado (1988) chama a atenção para que ambas as percepções devam ser consideradas:

O mundo da ciência e o dos valores são diferentes, mas a busca de resolução dos problemas requer tanto julgamento de valores como conhecimento científico e técnico. A percepção e as informações dos leigos podem também contribuir às suas resoluções tanto quanto as dos cientistas e outros profissionais. Na verdade, os leigos podem ter uma vantagem sobre os cientistas porque a sua visão geral dos problemas humanos não é distorcida pela ótica que comumente resulta de especializações técnica e científica, e a sua atribuição de valores é sempre muito impregnada pela sua vivência e experiência em relação aos lugares e suas paisagens (MACHADO, 1988, p. 02).

O conhecimento das percepções dos que experienciam e vivenciam as paisagens tem fundamental importância no entendimento da organização do espaço. A leitura do espaço pela paisagem se dá através da materialização das relações da sociedade com o ambiente, representando também a expressão da cultura local, porém, isso nem sempre foi entendido dessa forma na história do pensamento geográfico. A paisagem para a geografia é anterior ao espaço, tendo representado o conceito-chave para a Geografia Tradicional.

A noção de paisagem já existe há muito tempo, mesmo antes da elaboração de seu conceito para fins de estudos, essa noção já era encontrada, nas artes, na literatura e no paisagismo. As manifestações de referências às paisagens podem ser observadas a partir das pinturas rupestres e nas obras de muitos artistas que procuravam através delas

expressar culturas e sentimentos. No que se refere ao paisagismo, elas apareceram na antiguidade em forma de jardins artificiais no interior de edificações, representando dessa forma um espaço de lazer e segurança em contato com a natureza.

A conceituação de paisagem só foi surgir na Alemanha do século XVIII com Humboldt. Ele se destacou na escola alemã no estudo da paisagem com sua visão holística que associava elementos da natureza à ação humana. A partir disto, outros geógrafos se dedicam ao estudo da natureza procurando definir *landscape* a partir do século XIX. Ritter não teve como centro de seus estudos a paisagem e sim a região, já Ratzel utilizou o conceito de paisagem diferentemente de Humboldt, vendo esta de forma *antropogênica*, sendo a paisagem resultado do distanciamento do espírito humano com seu meio natural. “Ratzel não destaca a paisagem como uma forma local e delimitada, que exerce uma influência direta na sua cultura, mas utiliza o termo de forma genérica misturando-o com o termo “terra” (SCHIER, 2003, p. 82).

No início do século XX a abordagem cultural é introduzida à noção de paisagem por Otto Shlütter, porém assim como para Ratzel a abordagem de cultura era limitada devido à influência darwinista que atribui aos utensílios e técnicas a dominação do meio. Partindo também das concepções de Ratzel, na França, no início do século XX, Paul Vidal de La Blache, considerou a paisagem como o relacionamento do meio com as sociedades humanas, introduzindo o conceito de gênero de vida (RISSO, 2008).

Em 1913, Siegfried Passarge, geógrafo alemão, surge com a noção de “geografia da paisagem”, colocando a paisagem como aquilo que os olhos podem ver. O estudo da paisagem focando elementos culturais dominou a geografia alemã nos anos 1920 a 1960. Na geografia norte-americana, as noções de paisagem natural e paisagem cultural foram apresentadas pelo alemão Carl Sauer. Porém, a partir dos anos 1940 a geografia norte-americana passou a dedicar-se aos estudos quantitativos e o termo paisagem foi substituído por região (RISSO, 2008).

No início dos anos 1970, o conceito de paisagem emerge com novas abordagens, voltando a ter importância para os estudos geográficos. Para a Nova Geografia a paisagem passa a ser vista do ponto de vista sistêmico, como um geossistema (RISSO, 2008), já para a Geografia Humanística a paisagem é vista através da percepção.

A percepção torna-se um instrumento muito importante para a Geografia Humanista, em especial para a Geografia Cultural nos anos 1980, que se utiliza dela

para tentar compreender a paisagem simbólica. A paisagem simbólica representa uma abstração da cultura e sentimentos, nela não está contida apenas a materialidade da cultura e da natureza, estão implícitos nas representações visíveis da paisagem uma série de elementos e valores de uma sociedade.

No universo subjetivo estão incluídos os sentimentos em relação às paisagens, ou seja, afetividades, vivências, experiências, valores, a cultura simbólica, as representações, identidades e territorialidades, que, segundo o tipo de experiência com a Natureza, ou percepção, reflete diferentes sentimentos e comportamentos em relação a ela (RISSO, 2008, p. 72).

Machado (1988), explica que a paisagem não envolve apenas a topografia, o clima e a vegetação, ou os eixos de circulação e os meios de transporte, o contexto social e cultural, envolve também a vida diária das pessoas que tem vontades, necessidades, emoções e sentimentos, afetividade, e assim interagem com a paisagem, atribuindo a ela mais significados. A autora, chama a atenção para que a paisagem é também “cenário de um mundo-vivido, onde as pessoas nascem, crescem, se locomovem e se orientam, tocam, cheiram, ouvem e sentem, gostam e desgostam; enfim, passam ali toda a sua vida” (MACHADO, 1988, p. 04).

Tanto para Corrêa (2001), quanto para Claval (2007), a paisagem possui uma faceta funcional e outra simbólica, pois ela expressa diversos aspectos. Através do conteúdo simbólico e funcional das paisagens muitas facetas culturais podem ser identificadas. Nesse contexto, a paisagem não pode mais ser vista estritamente como paisagem natural, o conteúdo simbólico da paisagem desnaturaliza o significado e revela sua dimensão cultural, e dessa forma, traz em si a idéia de natureza e sociedade, objetividade e simbolismo (LUCHIARI, 2001).

Costa (2008), ao estudar o simbólico dos lugares propõem discutir o patrimônio cultural como um conjunto de símbolos presentes na paisagem, esse patrimônio refere-se não apenas aquele institucionalizado, reconhecido por sua importância histórica ou valor arquitetônico, mas também aquele que representa a memória do lugar, que contém o vernáculo da paisagem, não apenas na história oficial. Nesse sentido, a paisagem faz parte da realização humana em um sentido fenomenológico.

A paisagem revela ainda a realidade do espaço em um determinado momento do processo. O espaço construído ao longo do tempo de vida das

peessoas, considerando a forma como vivem, o tipo de relação que existe entre elas e que restabelecem com a natureza (COSTA, 2008, p. 150).

A paisagem vernacular atesta a relação que um grupo social mantém com o lugar, expressando sua formação e continuidade, mantida através de práticas culturais que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. Assim para Costa (2008), entender a paisagem como memória é buscar o sentido da identidade do sujeito com a paisagem.

A identificação do sujeito com a paisagem é explicitada pela relação cognitiva, onde a construção da memória do lugar é representada pelas atividades cotidianas onde se reproduz formas de espaço culturalmente construídas (COSTA, 2008, p. 152).

Desta forma, algumas práticas sociais estão expressas no simbólico dos lugares, representadas por realidades materiais que irão formatar a paisagem, ou seja, o patrimônio material em suas diversas expressões, assim como as manifestações imateriais, identificadas pelos costumes, práticas e idéias.

O vernáculo da paisagem é expresso também pelas manifestações culturais (festas, rituais, feiras, etc.). Aqui as ações humanas, os gestos, toques, posturas de corpo, não tem a solidez dos monumentos em sua grandeza, entretanto, podem manter preservados por um longo tempo na memória de um povo. As falas, as maneiras de pensar, os fazeres e saberes nos conduzem a uma construção da paisagem (COSTA, 2008, p. 154).

O autor chama a atenção ainda para que as festas religiosas com suas cores, ruídos e símbolos produzem ao mesmo tempo uma paisagem material e imaterial. A paisagem material se apresenta no cenário da festa parado ou em movimento que é percebido através dos sentidos, e uma paisagem imaterial, comporta a memória que foi construída e transmitida através das interpretações do passado.

Ao encontro disso Carlos (1986) coloca que a paisagem possui um papel importante no entendimento espacial, pois ela representa a materialização das relações sociais, e a vida cotidiana de uma sociedade pode ser percebida através dela. Dessa forma, a autora propõe a análise da paisagem através da análise da forma (as construções como elementos estáticos da paisagem) e da análise do cotidiano (os “momentos” da vida das pessoas como elementos móveis da paisagem), ou seja, a análise da paisagem a partir do espaço construído e do movimento da vida.

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência “caótica”, sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Esta paisagem, este “instantâneo” que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas preme de movimento, de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie [...].

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica, existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho enquanto atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, que aparece aos nossos olhos por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos, etc (CARLOS, 1986, p. 56).

Cabe destacar que no estudo de Carlos (1986), que analisa a (re)produção do espaço urbano, influenciado pela industrialização, na região metropolitana de São Paulo, a leitura do espaço a partir da paisagem leva em conta a materialidade gerada pelo trabalho, ou seja, é o trabalho humano que constrói o espaço. De outra forma, o desenvolvimento do presente estudo nos leva a uma leitura da paisagem alçada a um viés mais simbólico/cultural o qual, além do trabalho humano, envolve uma série de outros elementos e tem na percepção um importante instrumento de análise espacial.

Assim, a realidade estudada flui no sentido da paisagem abordada por Machado (1988), uma paisagem focada na percepção dos indivíduos, um lugar humano que inclui inúmeros laços afetivos entre o indivíduo e o meio ambiente físico, que mesmo diferindo de intensidade, permite ao indivíduo fazer dela um local especial, não um lugar comum, sem significados. Dessa forma, a autora chama a atenção para que a avaliação da paisagem como um fenômeno perceptivo, envolve uma idéia de interação:

Através da percepção visual, o homem apreende a paisagem, que se define basicamente pelo contato direto, atual e imediato que o sujeito (o observador) tem com o objeto (a paisagem). Portanto, avaliar uma paisagem implica fenômeno perceptivo, que não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas (MACHADO, 1988, p. 40).

Assim, os caminhos da experiência nos permitem pensar sobre a história e realidade da formação e organização dos espaços. O porque de uma determinada paisagem se apresentar da seguinte forma, as mudanças ou a permanência de

determinados elementos, os fatores culturais e históricos impregnados no simbólico dos lugares.

Os pequenos municípios e pequenas cidades representam lugares recheados de simbolismos, relacionados muitas vezes a características do rural transpostas no urbano, ou seja, existem simbolismos muito fortes marcando as origens de seus habitantes como povo rural. Essas características, facilmente identificadas na observação da paisagem e na análise das diferentes percepções, refletem traços culturais desses locais, os modos de vida de seus habitantes, que muitas vezes estão intimamente ligados às tradições passadas através das gerações e que continuam perpetuadas nos hábitos cotidianos das sociedades e na configuração das cidades.

3.2. O lugar como a representação do particular

Assim como a paisagem, o lugar representa uma categoria geográfica de grande importância neste estudo. O lugar é vislumbrado como a representação do particular, um espaço cheio de identidade, um espaço humano, um espaço vivido. O lugar é um espaço dotado de representações, de valores e significações. É através dele que se pode pensar a cultura, a história e/ou a organização espacial de determinados espaços, pois o lugar reflete identidade através de seus elementos.

Para Sturza (2005), o lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade e assim se percebe no lugar a identidade de quem ali está. Segundo o autor a perda da identidade pode estar relacionada a perda do lugar:

Quando o homem perde sua identidade ele perde o rumo e, junto a isto, submerge na ignorância de suas necessidades, potencialidades e limitações. Ele já não consegue viver mais em comunidade, na qual poderia encontrar-se na interface das relações sociais do seu grupo (STURZA, 2005, p.16).

Seguindo essa linha de pensamento percebe-se que o lugar é uma categoria da geografia que diz respeito a significação, a representação do particular, do íntimo, do emocional. O lugar está contido dentro do espaço e suas características podem ser reveladas pela paisagem através da percepção. Assim, é através do lugar que podemos perceber o espaço vivido, pois sua noção está relacionada a questões culturais, as experiências vividas se materializam na paisagem do lugar.

O caráter simbólico dos lugares revela-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos do real, enraizando as relações entre o simbólico e o lugar. Essas relações são mediatizadas pelos símbolos que podem ser uma realidade material e que une-se a uma idéia, um valor, um sentimento (COSTA, 2008, p. 149).

Relph (1979), ao estudar as bases fenomenológicas da geografia, já dizia não ser possível traçar limites entre espaço, paisagens e lugares como fenômenos experienciados, nem a relação entre eles ser constante, lugares tem paisagens e espaços e paisagens tem lugares. Esse autor ainda salientava que culturalmente talvez o lugar fosse o mais importante, por focalizar o espaço e a paisagem em torno das intenções e experiências humanas.

Segundo Suertegaray (2001), durante muito tempo o conceito de lugar para a geografia, consistia a partir da cartografia, na dimensão do espaço geográfico na escala local, a dimensão pontual e logo auto-explicável. Recentemente esse conceito foi resgatado como fundamental para a geografia e tratado de forma mais abrangente, referindo-se ao tratamento geográfico do mundo vivido, ou como Suertegaray (2001, p. 8) coloca, “trata-se de um conceito que nos remete a reflexão de nossa relação com o mundo”.

O lugar inicialmente associado a idéia de região, foi usado por Sauer e La Blache sem que se tivesse um aprofundamento sobre sua significação. Na década de 1970 recuperado pela Geografia Humanista, o lugar passa a condição de um conceito-chave ao associar-se a fenomenologia e ao existencialismo. Essa associação do conceito de lugar a fenomenologia foi estabelecida inicialmente por Relph (1980 apud FERREIRA, 2000), que afirmava que o lugar deveria ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência do ambiente vivido. Para ele o “lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar” (FERREIRA, 2000, p.68). Na concepção de Relph (1980 apud FERREIRA, 2000) essas associações poderiam variar da mais completa a total desvinculação entre sujeito e lugar. Dessa forma, é a partir do lugar que se articulam as experiências e vivências do espaço. O lugar trás as lembranças daqueles que o vivenciaram, abrindo a possibilidade de sua compreensão a externos a estas vivências

através de passados compartilhados e inscritos na paisagem cultural (FERREIRA, 2000).

Para o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan seria impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e lugares que definem o espaço. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p.151).

“Espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra (TUAN, 1983, p.6).

Leite (1998), ao se referir aos diferentes graus de compreensão da realidade cita duas classes de percepção dialética Homem-Meio, desenvolvidas por Relph (1976), “*insider* (ótica do habitante do lugar) e *outsider* (ótica de um habitante externo ao lugar)” (LEITE, 1998, p.13). Segundo a autora haveria nessas duas classes diversos níveis de percepção, variando do mais enraizado ao mais desenraizado.

Na perspectiva da percepção do habitante do lugar nos remetemos a “Topofilia” de Tuan (1980). O termo Topofilia estaria ligado ao “elo afetivo entre pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal [...]” (TUAN, 1980, p. 5).

Um visitante ou estudioso (o *outsider* referenciado por Relph) tem uma apreciação da paisagem diferenciada de uma pessoa (*insider*) que tem em um lugar suas lembranças, pois o primeiro tem um contato mais superficial com a natureza ao contrário do outro que possui uma apreciação mais pessoal e duradoura.

Segundo Tuan (1980), o apego do pequeno agricultor a terra é profundo, pois ganham a vida com a natureza, sendo esta parte deles. “A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato que a terra é um repositório de lembranças e esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada” (TUAN, 1980, p. 110). O sentimento dos agricultores pela terra diferem de acordo com seu status econômico, o trabalhador que trabalha junto a terra tem pela natureza um misto de amor e ódio.

A familiaridade pode causar afeição ou desprezo, um objeto que pode parecer velho e sem utilidade para alguns, pode apresentar uma grande afeição de seu dono, os pertences de uma pessoa representam uma extensão de sua personalidade. Essa afeição é manifestada também por uma casa, ou um bairro, especialmente para pessoas idosas.

A consciência do passado é um elemento importante no amor ao lugar. A retórica patriótica sempre tem dado ênfase às raízes de um povo. Para intensificar a lealdade se torna a história visível com monumentos na paisagem e as batalhas passadas são lembranças, na crença de que o sangue dos heróis santificou o solo (TUAN, 1980, p.114).

A lealdade para com o lar, cidade ou nação é um sentimento poderoso, em contraste o campo evoca uma resposta sentimental mais longa, e para compreender essa topofilia é necessário ter consciência que um valor ambiental requer sua antítese. “‘Lar’ é uma palavra sem significado, separada de ‘viagem’ e ‘país estrangeiro’; claustrofobia implica agorafilia; as virtudes do campo requerem sua anti-imagem, a cidade para acentuar a diferença e vice-versa” (TUAN, 1980, p.117).

O termo topofilia associa sentimento com lugar. [...] O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma as nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente de temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (TUAN, 1980, p.129).

As imagens da topofilia vêm da realidade que cerca as pessoas, que buscam os aspectos do ambiente que inspiram respeito ou prometem sustento e satisfação. As imagens mudam de acordo com os interesses das pessoas, mas continuam a vir do meio ambiente.

Dessa forma, para Tuan (1982), entender como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano, seria o papel dos geógrafos humanistas, que através da natureza da experiência e da ligação emocional aos objetos físicos buscariam compreender os conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser reconhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como um estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser

transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política (TUAN, 1982, p.149).

Assim, a linha de pensamento da Geografia Humanista voltou-se ao lugar através da valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação a seu ambiente (LEITE, 1998).

Porém, a Geografia Humanista não se preocupou apenas com a formação e experiência direta dos lugares, ela buscou questionar as ações do mundo contemporâneo e globalizado que desconsideram e destroem a importância dos lugares. Essa idéia de Relph da dissolução dos lugares pelo mundo globalizado recebeu diversas críticas da chamada Geografia Radical. Harvey (1996 apud FERREIRA, 2000) chamava a atenção no sentido de que a busca de autenticidade que gera a necessidade de inventar tradições e heranças culturais seriam fruto do próprio mundo contemporâneo (FERREIRA, 2000).

Já na concepção de Santos (1996), os lugares seriam condições e suportes das relações globais. Eles se definiriam pela sua densidade técnica (grau de artifício), informacional (derivada da técnica, informa sobre os graus de exterioridade do lugar) e comunicacional (resultantes do meio social ambiente), cujas fusões os caracterizam e distinguem. Em suas palavras o lugar “se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (SANTOS, 1996, p. 35).

Segundo Santos (2004), a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, havendo a necessidade de encontrar seus novos significados. Nesse sentido, segundo o autor a análise da consideração do cotidiano é uma possibilidade que se refere ao tratamento geográfico do mundo vivido, que levaria em conta variáveis como: os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

Assim, a concepção voltada ao Marxismo, diz respeito a compreensão do lugar enquanto expressão geográfica da singularidade, descentrada, universalista e objetiva. Essa visão considera o lugar como produto de uma dinâmica única, resultado de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação. A origem dessa percepção encontra-se relacionada a expansão dos modos de produção capitalista, que através de uma ampla rede de fluxos conseguiu incorporar diversos pontos do planeta. O lugar dessa forma surge como uma expressão diferenciada no processo de homogeneização do espaço, expressão da singularidade, pois mesmo se encontrando as

determinações da totalidade, o lugar continua guardando suas particularidades (LEITE, 1998).

Leite (1998) ao analisar Carlos, encontra na concepção de lugar desta autora, similaridades com a concepção da Geografia Humanista, quando esta fala que pensar o lugar é pensar a história particular, se desenvolvendo em função de uma tradição, cultura, língua, hábitos.

Assim, Carlos (2007) ao pensar a perspectiva da globalização, ressalta que esse processo se materializa no lugar, onde se lê/percebe/ entende o mundo moderno em uma perspectiva mais ampla, em suas múltiplas dimensões. Para a autora, isso significa que “no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia anularem-se as particularidades” (CARLOS, 2007, p.14).

Carlos (2007), ainda ressalta que a análise do lugar descerra na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana:

O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (CARLOS, 2007, p.14).

Segundo a autora, o lugar se produziria na articulação contraditória entre o mundial e a especificidade histórica do particular. Assim, na concepção apresentada por Carlos (2007), o lugar seria a base da reprodução da vida e poderia ser analisado a partir de uma *tríade habitante - identidade - lugar*. Para ela o homem percebe, constrói e se apropria do mundo através do corpo de seus sentidos e o lugar seria a porção do espaço apropriável para a vida e nesse sentido a autora afirma que o lugar “não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade latu sensu a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos” (CARLOS, 2007, p. 17-18).

Nessa perspectiva, a pequena cidade pode representar as expressões do espaço vivido, do particular, dos contatos próximos, o lugar de uma comunidade, que o vive, o produz, o transforma e o organiza de acordo com suas necessidades e sentimentos. Essas expressões do lugar são refletidas e observáveis na paisagem. Na paisagem das grandes cidades existe uma grande diversidade de lugares, que refletem características de culturas diferentes inseridas em um espaço heterogêneo. Nas pequenas cidades o

espaço se apresenta de forma mais homogênea, nesses locais a diversidade cultural não atinge os níveis de diversificação das culturas encontradas nas cidades maiores. Porém, as paisagens de pequenas cidades na maioria das vezes são dotadas de fortes elementos culturais, elementos que as ligam as suas origens, representando espaços singulares.

Dessa forma, ao contrário do habitante da grande cidade, que muitas vezes tem a consciência de seu lugar como algo reduzido às paredes de sua casa, sua rua, seu trabalho ou seu bairro, a ligação do habitante da pequena cidade com esta é semelhante ao habitante do campo. O apego ao lugar que abrigou gerações de sua família se transforma em um forte sentimento de topofilia, recheado de lembranças da infância e de momentos que acompanham a produção desse espaço ao longo de suas vidas.

Portanto, mesmo em um momento histórico no qual a globalização influencia os mais diferentes espaços, percebe-se ainda muito presente a força dos lugares, seja em espaços individuais ou coletivos, como as pequenas cidades, lugares os quais os símbolos culturais permanecem valorizados e preservados.

4. RURAL E URBANO: A INFLUÊNCIA DAS RURALIDADES NA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS PEQUENAS CIDADES

Após a breve discussão sobre o entendimento das categorias geográficas paisagem e lugar na seção anterior, entraremos agora na busca do entendimento do conceito de ruralidades.

O caminho aqui percorrido para se chegar até as ruralidades engloba as definições do rural e do urbano e dos pequenos municípios e pequenas cidades. Essa discussão que visa buscar subsídios para o entendimento desses termos, perpassa pelas concepções clássicas do rural e do urbano, aborda as transformações dessas noções ao longo do tempo, chegando as classificações desses espaços em diferentes países.

É sabido que durante séculos as cidades haviam sido uma extensão do domínio do campo e a agricultura representou a atividade dominante, de acordo com Guimarães (1979), o campo era o “senhor” das cidades. Essa realidade começa a sofrer alterações com os surtos comerciais ocorridos nos últimos séculos da Idade Média, acelerando, embora de forma desigual, com avanços e recuos, a separação entre o campo e a cidade, entre agricultura e indústria. Contudo, a indústria referida neste período estava relacionada a atividades incipientes dos tecelões, fiandeiros, carpinteiros e outros artesões, a indústria na acepção moderna, viria muito mais tarde em plena revolução industrial (GUIMARÃES, 1979).

Dessa forma, após o deslocamento das produções artesanais para as cidades, ainda por um longo período, a agricultura continuou sendo “a atividade mais

importante, a principal fonte de riqueza social, o setor dominante da economia e da sociedade” (GUIMARÃES, 1979, p. 28).

Durante muito tempo as atividades agrícolas representaram as atividades econômicas dominantes, porém com o desenvolvimento da industrialização e o crescimento das cidades, a importância econômica do campo foi diminuindo e o seu contexto sócio-cultural passou a ser tido como sinônimo de atraso e rusticidade. Com o passar do tempo o rural se modernizou, englobou elementos tidos como do urbano, mas continuou guardando algumas peculiaridades que podemos chamar de ruralidades.

As ruralidades, expressões e particularidades tidas como dos espaços rurais, ainda podem ser percebidas nos modos de vida de pequenos municípios, tanto em suas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Nesse sentido, esta seção do estudo tem por objetivo demonstrar a importância dos pequenos municípios e das pequenas cidades, assim como o entendimento das ruralidades no contexto da atualidade.

4.1. As definições do rural e do urbano

Ao longo da história das ciências sociais as definições dos conceitos de espaço rural e espaço urbano, foram temáticas causadoras de divergências e inquietações para os estudiosos da área. Mesmo com as profundas mudanças ocorridas no campo pós-modernização da agricultura e com as novas configurações que a cidade passou a assumir, com a descentralização das indústrias, ainda pode-se encontrar implícito em muitos discursos as interpretações clássicas dos conceitos rural e urbano. Tais definições atribuem ao rural o sinônimo do atraso e ao urbano o sinônimo do moderno.

Para Marques (2002), as definições sobre campo e cidade de maneira geral estão relacionadas a duas grandes abordagens, a *dicotômica* e ao *continuum*. De acordo com a autora a primeira aborda o campo como um meio social que se opõe a cidade e a segunda defende que o avanço dos progressos da urbanização, atingem também o campo, aproximando cada vez mais esses dois espaços.

A concepção clássica da diferenciação entre rural e urbano pode ser evidenciada em Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), onde esses autores procuram delinear as diferenças fundamentais entre o rural e o urbano, buscando uma definição sociológica desses dois espaços. Segundo os autores essa definição deveria ser uma definição

composta, ou seja, a combinação de vários traços típicos e não levar em conta apenas uma característica. Para Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), entre o rural e o urbano existiriam nove diferenças fundamentais: (1) as diferenças ocupacionais, as quais gerariam outras diferenças. Nesse caso o habitante do rural estaria ocupado com a agricultura, ou seja, a coleta e cultivo de plantas e animais; (2) as diferenças ambientais, nas quais os trabalhadores rurais trabalhariam mais ao ar livre em contato com a natureza, ao contrário das populações urbanas que estariam em um ambiente artificial da cidade; (3) as diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura; (4) as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; (5) as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, nas quais as populações das comunidades rurais tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais; (6) as diferenciações na estratificação e complexidade social, na qual população do campo seria mais homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social; (7) as diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; (8) as diferenças na direção da migração, pois correntes de população indo do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo; (9) as diferenças no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém estes seriam mais diretos e duradouros do que os dos moradores da cidade.

Analisando as diferenças apresentadas no estudo de Sorokin, Zimmerman e Galpin, Solari (1979), chama a atenção para que existiriam populações rurais, como do tipo fronteiro, que seriam mais heterogêneas que populações urbanas de cidades do interior de certos países e que esses critérios diferenciais não seriam válidos para todos os casos.

Assim, para Solari (1979) seria preciso distinguir a teorização sobre a sociedade rural, como ela se apresentaria nas sociedades pré-industriais ou subdesenvolvidas e nas industriais. Segundo o autor nas industriais existiria a tendência de se acentuar o processo de urbanização da vida rural, ocorrendo uma fuga do centro da cidade e uma

profunda transformação na sociedade rural, na qual o agricultor tenderia a se dirigir a um mercado cada vez mais extenso, convertendo-se em um empresário.

Dessa forma, a concepção clássica, da dicotomia do rural e do urbano apresentada por Sorokin, Zimmerman e Galpin, onde esses dois espaços são vistos como opostos passa a sofrer objeções. Essas objeções partem da observação de que entre o meio rural e o urbano existiria uma gradação infinita, em outras palavras um *contínuum* (SOLARI, 1979).

Nesse sentido, Marques (2002) coloca que na segunda metade do século XX devido ao avanço da urbanização e industrialização da agricultura, estudos defendendo um *continuum rural-urbano* passam a ganhar expressão. Segundo a autora, “afirma-se a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas” (MARQUES, 2002, p. 100, *apud* KAYSER, 1990).

Na concepção de Lefebvre (2001) o processo de desenvolvimento urbano teria levado a formação de um tecido urbano, o qual teria a cidade como lugar central. Assim, no seu entendimento o rural estaria cada vez mais envolvido pelo tecido urbano, que além das cidades, seria constituído pela circulação de pessoas e mercadorias. Nessa perspectiva a cidade seria um lugar privilegiado, já o campo passaria a integrar cada vez mais o modo de vida urbano, tornando-se urbanizado e perdendo suas qualidades e seus modos de vida particulares.

No entanto, essa concepção, relacionada a formação de um tecido urbano em constante expansão, que anunciaria a completa dominação do urbano sobre o rural, fazendo com que este perdesse suas características, não é partilhada por Wanderley (2001), que ao analisar a vertente do *continuum* rural-urbano, salienta que essa ligação entre os dois espaços faria referência a uma relação que aproximaria e integraria esses dois pólos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destruiria as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Segundo a autora, “o *continuum* se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (WANDERLEY, 2001, p.33). Portanto, de acordo com essa concepção não existiria apenas o rural e o urbano sem algo que intermediasse essa relação, existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois espaços.

Contudo, é necessário destacar que mesmo tornando-se cada vez mais próximos, devido as constantes mudanças nos modos de vida na contemporaneidade e a rapidez e abrangência da circulação de informações, o rural e o urbano não perdem suas peculiaridades e mantém algumas diferenciações. Essas diferenciações estão ligadas a características culturais e cotidianas dos habitantes desses dois espaços, que possuem relações sociais e atividades diferenciadas, as quais se manifestam de forma desigual em diferentes espaços.

Também Marques (2002), chama a atenção para uma retomada da abordagem dicotômica relacionada a uma redefinição da relação campo-cidade, a qual estaria relacionada a “crise urbana” e a degradação das condições de vida nas cidades desde os fins dos anos 1970. Essa tendência, que ocorreu em diversos países e mais recentemente no Brasil, é referida por muitos autores como uma revalorização do rural, o qual passaria a relacionar esse espaço um ambiente de vida saudável, maior contato com a natureza e com os animais, oposto a vida agitada e artificializada dos espaços urbanos.

Contudo, é notável não só no debate acadêmico como também no contexto político-administrativo a existência de diferenciações de áreas rurais e áreas urbanas, realidade presente na configuração de todos os municípios brasileiros e de diversos países. Porém, destaca-se que a forma como essa diferenciação é definida, varia de país para país e muitas vezes o seu entendimento torna-se complexo, como no caso do Brasil, onde não existe uma metodologia oficial de definição de áreas urbanas e rurais ficando a cargo de cada prefeitura decidir esses limites dentro de seu município.

Veiga (2003a) coloca que a vigente definição de cidade é fruto do Estado Novo e “foi o Decreto-Lei 311. de 1938 que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentes de suas características estruturais e funcionais” (VEIGA, 2003a, p.1). Segundo o autor, a partir disso da noite para o dia “ínfimos povoados, ou simples vilarejos” se tornaram cidades.

Para as futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para as futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que aquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas urbanas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 2003a, p.2).

Mesmo com diversas modificações legais posteriores, essa discrepância da divisão territorial brasileira permaneceu. Só no ano de 1991 houve mudanças

significativas quando o IBGE passou a distinguir três tipos de categorias definidas como urbanas e quatro tipos de aglomerados rurais. Sendo as urbanas: áreas urbanizadas e não-urbanizadas de acordo com a intensidade da ocupação humana e áreas urbanas isoladas, definidas por leis municipais, estando separadas por sede municipal, distrital, área rural ou outro limite legal. E as rurais: Aglomerados rurais do tipo extensão urbana, situado fora do perímetro urbano, mas que seja extensão de uma cidade ou vila; Povoado, aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, que disponha do mínimo de serviços e equipamentos e que os moradores exerçam atividades econômicas; Núcleo aglomerado rural isolado que pertença a um único proprietário e outros aglomerados, os quais não representam as características de nenhum dos outros três (VEIGA, 2003a).

Contudo, Veiga (2003a) coloca que mesmo com as mudanças, a classificação reforçou a convenção de que são urbanas todas as sedes municipais (cidades), sedes distritais (vilas) e áreas isoladas definidas por Câmaras Municipais sem nenhum outro critério geográfico, de caráter estrutural ou funcional. E nesse sentido, utiliza o exemplo de um município no estado do Acre, no qual coloca que os dois mil e poucos habitantes que residem na sede desse município são considerados urbanos, independente de “quais forem as funções desempenhadas pela aglomeração, o gênero de vida, a forma de civilização e a mentalidade de seus habitantes” (VEIGA, 2003a, p.3).

No entanto, cabe destacar que esse problema de definição não é apenas brasileiro. Wanderley (2000) descreve as diferentes definições oficiais do meio rural adotada pelos países europeus. Segundo a autora, na Bélgica define-se rural através da combinação de dois sistemas um referindo-se aos municípios, sua população e taxa de crescimento e outro em função do lugar da agricultura no espaço habitado; Na Dinamarca, existem duas abordagens, uma da regulamentação da construção, onde a agricultura tem prioridade e outra estatística, sendo rural toda região que compreenda menos de 200 habitações ou municípios com população entre 4.000 e 10.000 pessoas; Na França é considerado rural municípios com menos de 2.000 habitantes, com a distinção suplementar de Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo “fora das ZPIU”; Na Alemanha existe uma tipologia que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população, e nesse sentido existem regiões definidas com “vocação agrícola”; Na Grécia o critério da densidade de 30

hab./km² é utilizada; Na Itália não existem critérios para classificar, mas são considerados rurais os municípios com menos de 10.000 habitantes; Na Irlanda 100 habitantes diferenciam um distrito rural de um distrito urbano; Na Holanda a distinção é feita a partir de um plano de uso do solo; Na Inglaterra o rural é considerado o residual do urbano; E em Luxemburgo não há definição oficial do rural.

Em Portugal, que possui sua divisão administrativa nacional dividida em três entidades (distritos, concelhos e freguesias), o Instituto Nacional de Estatística, aponta as seguintes classificações: *área predominantemente urbana* - freguesia que atenda pelo menos um dos requisitos, (1) maior valor da média da população total residindo em Espaço Urbano e peso total da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapasse os 50%, (2) freguesia integre sede da Câmara Municipal e tenha população superior a 5.000 habitantes, (3) freguesia integre total ou parcialmente um lugar com população superior a 5.000 habitantes, sendo a população residente no lugar igual ou superior a 50%; *área medianamente urbana* - freguesia que atenda pelo menos um dos requisitos, (1) maior valor da média da população total residindo em Espaço Urbano e peso total da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapasse os 50%, (2) maior valor da média da população residindo em espaço urbano conjuntamente com espaço semi-urbano e o peso da ocupação predominantemente rural não ultrapasse os 50%, (3) freguesia integre sede da Câmara Municipal e tenha população igual ou inferior a 5.000 habitantes, (4) freguesia integre total ou parcialmente um lugar com população igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo a população residente no lugar igual ou superior a 50%; *área predominantemente rural* - Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Medianamente Urbana" (INE, 2010)

No caso dos EUA, Wanderley (2000) explica que lá existe a distinção entre áreas metropolitanas e áreas não metropolitanas, as áreas metropolitanas são as que possuem uma ou mais cidades com pelo menos 50 mil habitantes e os municípios a elas economicamente vinculadas. As não-metropolitanas são as que se encontram fora do limite das metropolitanas e não possuem cidades com 50 mil habitantes ou mais. Já os aglomerados rurais são aqueles que possuem até 2.500 habitantes e estão tanto nas áreas metropolitanas como nas não metropolitanas.

Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adota uma tipologia em duas etapas, num primeiro momento classifica como rural aglomerados que tem até 150 hab/km², e num segundo momento ela identifica e classifica pequenas regiões levando em conta a população que vive em espaços urbanos e rurais com base na tipologia anterior. Assim com base no grau de ruralidade ou urbanização as regiões são reagrupadas em três categorias: as essencialmente rurais, onde a maioria da população vive em áreas rurais; as essencialmente urbanas, onde 15% da população vive na área rural e as intermediárias, cuja população rural varia entre 15% e 50%. Além da OCDE a União Européia possui mais uma tipologia, proposta pelo Gabinete de Estatísticas da União Européia (Eurostat), que tem como critério o “grau de urbanização”, na qual distingue três tipos de regiões: as de população densa, composta por municípios contíguos que possuam densidade demográfica superior a 500 hab/km² e uma população de 50 mil habitantes; zonas intermediárias, formadas por grupos de municípios com densidade de 100 hab./km², essas regiões devem possuir municípios com população de pelo menos 50 mil habitantes ou estarem próximas de zonas de população densa; e as zonas de fraca população, os demais municípios (WANDERLEY, 2000).

Dessa forma, tornam-se claras as variações de definições sobre o que é uma área rural e o que é uma área urbana, contudo, é necessário destacar que a utilização da demografia é uma característica muito comum nas classificações oficiais dessas duas áreas. Com base nisso, concorda-se com Wanderley ao afirmar que “o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais” (WANDERLEY, 2000, p.106).

Portanto, mesmo o rural estando inserido no contexto tecnológico atual e tendo englobado diversas comodidades ditas do mundo urbano, ele continua mantendo suas peculiaridades. O rural continua sendo o rural, tido como sinônimo de contato com a natureza, vida pacata, relações próximas entre os habitantes e ligado a baixa densidade populacional.

4.2. Pequenos municípios: as pequenas cidades e o rural

Ao estudar um município temos claro que seu espaço é composto por uma área rural e uma área urbana, ou cidade. A discussão dessa diferenciação espacial por si gera grande polêmica, e somando-se a isso é necessário destacar que esses espaços, o rural e o urbano apresentam-se de forma diferenciada de acordo com o tamanho dos municípios, ou seja, as relações entre eles, sua dinâmica, seu desenvolvimento variam em um pequeno, médio e grande município.

É comum pequenos municípios terem sua base produtiva ligada as atividades agrícolas, estabelecendo dessa forma uma forte ligação entre o campo e a cidade. Contudo, antes de buscar a identificação dessas relações, é necessário entender o significado e a gênese dos municípios e das cidades.

Analisando a bibliografia específica sobre as questões urbanas, percebe-se a dificuldade em encontrar a definição de município, sendo as definições voltadas para as cidades.

No Brasil pode-se encontrar uma definição genérica de município no Decreto-Lei n. 311 - de 2 de março de 1938, segundo o qual, um município compreende um ou mais distritos, sendo que sua sede tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. De acordo com o documento nenhum município poderá ser instalado sem que o quadro urbano da sede tenha no mínimo 200 moradias. E os limites inter-municipais são definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Já a definição de cidade é uma temática abordada por diversos geógrafos urbanos, toma-se como exemplo as observações de Beaujeu-Garnier (1997), que coloca que a designação de cidade é multiforme, podendo ser definida através de sua situação, tamanho, arquitetura, organização interna, papel da vida regional ou nacional. A cidade é percebida pelo geógrafo de diversas maneiras, por um modo particular de ocupação do solo, por estar em um espaço mais ou menos vasto, no entanto denso, com grupos de pessoas que ali vivem e produzem; ela pode ser dinâmica e próspera ou degradada e moribunda; é o nó de fluxos sucessivos centrípetos ou centrífugos de todas naturezas; é o elemento fundamental de organização do espaço em diversos graus e formas.

Assim segundo a autora, a cidade, concentração de homens, necessidades, possibilidades de toda espécie (trabalho, informação...), com capacidade de organização e transformação é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Enquanto objeto existe materialmente e atrai e acolhe seus habitantes oferecendo a maior parte do que eles necessitam através de sua produção, comércio e equipamentos. Ela contribui para ligação entre o espaço periférico, que mais ou menos domina com o espaço longínquo que mantém relações complexas (BEAUJEU-GARNIER, 1997).

Carlos (1994), ao referir-se ao surgimento das cidades, coloca que o primeiro passo se deu quando o homem deixou de ser nômade e se fixou no solo como agricultor. O segundo passo foi quando ele passou a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares e conseguiu tirar excedentes, podendo se dedicar a outra função a não ser plantar. Assim as primeiras cidades surgiram nos locais onde a agricultura encontrava-se em estágios mais desenvolvidos, ou seja, primeiro na Ásia e depois na Europa. A divisão do trabalho, de acordo com a autora, além de resultar em uma divisão das sociedades de classe, implicou numa separação espacial entre as atividades, logo entre cidade e campo.

Ao abordar a temática da gênese das cidades, George (1983), chama a atenção para de que as cidades se definem em cada época em função das formas de vida econômica e social. A cidade romana se desenvolveu como centro de controle administrativo e militar, centro de difusão de literatura e da civilização greco-romana, integrada a um vasto sistema político e comercial. Ao contrário da romana, a cidade da Idade Média voltou-se para si e para sua região. O impulso urbano foi favorecido com a criação dos Estados Modernos, que proporcionaram o renascimento da ordem e a maior circulação de homens e mercadorias, permitindo o desenvolvimento das grandes cidades a partir do século XIX. Contudo o principal motor do desenvolvimento urbano no século XIX foi a industrialização, que incrementou o crescimento de muitas cidades através da instalação de indústrias e das populações operárias.

No século XX a industrialização e a urbanização andaram juntas e as grandes cidades expandiram-se ainda mais. Porém, concomitantemente ao crescimento das cidades, no fim do século XX, multiplicaram-se o número de pequenos municípios, embora sua importância tenha continuado a ser negligenciada.

Entretanto, para entender a real importância e a dimensão desse fenômeno é necessário compreender o significado dos termos pequeno município e pequena cidade. Esse ponto muitas vezes pode representar um problema de ordem metodológica, já que existem muitas simplificações nas definições de pequenos municípios e pequenas cidades, que deixam de lado as particularidades desses espaços. Nesse sentido, se torna necessário fazer análises e tecer considerações para que se possa através de outros estudos e de dados disponíveis, encontrar elementos que auxiliem nesta tarefa.

É possível perceber que as pequenas cidades e conseqüentemente os pequenos municípios possuem diversas peculiaridades, e são essas características que podem nos ajudar na definição desses espaços. Ainda hoje, quando pensamos em um pequeno município e em uma pequena cidade, a primeira coisa que nos vem ao pensamento é um lugar pouco desenvolvido em termos de comércio e serviços e com população de tamanho reduzido. Assim, da mesma forma que as definições de áreas rurais e áreas urbanas estão ligadas aos critérios demográficos, as definições dos tamanhos dos municípios também usualmente estão relacionadas a esses critérios, ou seja, o tamanho da população residente para muitos autores é que vai definir se o município é pequeno, médio ou grande.

Nesse sentido, Figueiredo (2007), em seu estudo sobre os pequenos municípios e pequenas cidades do Rio Grande do Sul observou que o critério demográfico tem assumido um papel de grande importância quando se trata do tamanho das cidades. E ressalta que muitos autores ao trabalhar com cidades médias usam o critério de cidades com mais de 50 mil habitantes, sendo o limite máximo variável para cada pesquisador, o que demonstra inconsistência de acordo com a autora.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não tem uma definição oficial do que seria um pequeno, médio ou grande município, porém, por vezes apresenta compilações de dados organizados de acordo com classes de tamanho dos municípios. Essas classes de tamanho dos municípios são organizadas de acordo com classes de tamanho da população, como no exemplo utilizado (Tabela 04) no qual foram apresentadas sete classes de tamanho dos municípios brasileiros.

Tabela 04: Classes de tamanho da população dos municípios brasileiros – 2005-2006

Classes de tamanho da população	Municípios	%
Até 5 000	1 371	24
De 5 001 a 10 000	1 290	23
De 10 001 a 20 000	1 292	23
De 20 001 a 50 000	1 033	19
De 50 001 a 100 000	311	6
De 100 001 a 500 000	231	4
Mais de 500 000	36	1
Total	5 564	100

Fonte: IBGE (Tabela - Municípios, total e com existência de taxas instituídas, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2005-2006), 2010.

Organização: Michele Lindner.

Usando como base o critério de tamanho da população de mais de 50.000 habitantes para definir municípios de porte médio, percebemos que no intervalo de até 100.000 habitantes, estes representariam apenas 6% do total de municípios brasileiros nos anos de 2005-2006. Logo, de acordo com esse critério os municípios com população inferior a 50.000 habitantes seriam considerados pequenos municípios, o que representaria um total de 4986 municípios, ou 89% do total dos municípios brasileiros.

Seguindo nessa linha, percebe-se a representatividade que os pequenos municípios tem em nível de Brasil. Essa representatividade torna-se mais evidente quando analisamos os dados referentes ao estado do Rio Grande do Sul.

De maneira semelhante, como nos dados gerais do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, 92% do total dos municípios possuem população com até 50.000 habitantes. Nesses dados o que mais chama a atenção é que pouco mais da metade desses municípios possui população de até 5.000 habitantes, ou seja, 47% dos municípios gaúchos estavam nessa faixa populacional no ano de 2007 (Tabela 05).

Tabela 05: Classes de tamanho da população dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul – 2007

Classes de tamanho da população	Municípios	%
Até 5 000	229	47
De 5 001 a 10 000	106	21
De 10 001 a 20 000	63	13
De 20 001 a 50 000	56	11
De 50 001 a 100 000	24	5
De 100 001 a 500 000	17	3
Mais de 500 000	1	0
Total	496	100

Fonte: IBGE (Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007), 2010.

Organização: Michele Lindner.

Considerar como pequenos municípios, todos os que possuem população de até 50.000 habitantes pode representar uma discrepância muito grande, pois é notado que existem diferenças entre um município beirando a faixa de população de 50.000 habitantes e um município com população de até 5.000 habitantes. Dessa forma, acrescentou-se uma subdivisão na faixa de domínio dos pequenos municípios, sendo considerados como municípios muito pequenos os com população de até 5.000 habitantes, municípios pequenos aqueles com população entre as faixas de 5.001 habitantes a 20.000 habitantes e municípios na fase intermediária entre pequenos e médios municípios, os na faixa de 20.001 a 50.000 habitantes. Porém, destaca-se que esta subdivisão será usada em um sentido mais operacional pra análise de dados nessa fase, sendo ao longo do trabalho utilizada apenas a referência pequenos municípios.

Contudo, em 47% dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, residem apenas aproximadamente 7% da população gaúcha, ou seja, 694.564 dos 10.582.840 habitantes do Estado residem em pequenos municípios com até 5.000 habitantes. Se analisarmos a representação das classes de tamanho dos municípios no mapa do Estado do Rio Grande do Sul, não se torna tão clara essa proporção da quantidade de municípios muito pequenos (Figura 02).

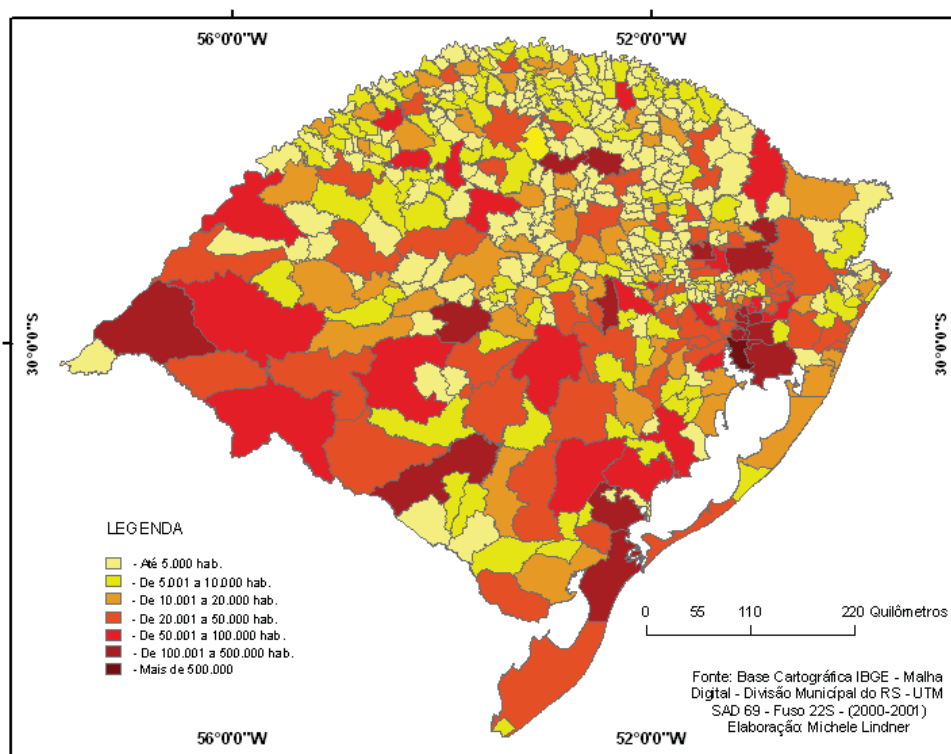


Figura 02 - População dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul – 2007

Percebe-se que grande parte dos municípios que estão na faixa de até 5.000 habitantes, apresentam áreas reduzidas, ou seja, cerca de 67% destes possuem áreas de até 200 km², o que faz com que a visualização da proporção dessa classe em relação as outras, não tenha uma definição clara no Mapa. De acordo com dados do IBGE (Resolução nº 05, de 10 de outubro de 2002), referente as áreas dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, esses 229 municípios muito pequenos possuem uma área total de 55.037,041 km², ou 20% da área total do Estado. Outro fato relevante é que muitos desses 229 municípios muito pequenos podem ser tidos como jovens municípios, oriundos de emancipações em fins da década de 1980 e na década de 1990, quando o número de municípios no Estado pouco mais que dobrou, passando de 232 para 496, ou seja, nesse período foram criados 264 novos municípios, dos quais 172 estão na faixa de população de até 5.000 habitantes. Contudo, a partir dos dados apresentados, percebe-se que 89% dos municípios com população de até 5.000 habitantes são municípios jovens que se desmembraram de outros municípios, o que pode explicar o número reduzido de habitantes e a pequena área de muitos deles.

De acordo com Veiga (2003b), a relação numero de habitantes/densidade demográfica, permite-se considerar de pequeno porte municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que tem população de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. Veiga (2003b) acredita que o “índice de pressão antrópica”, o qual a essência é a densidade demográfica, é o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas, ou seja, do efetivo grau de urbanização dos territórios. Assim, indo por esta lógica, apenas quatro municípios com população de até 5.000 habitantes no Estado do Rio Grande do Sul poderiam ser considerados de médio porte. Seriam eles, Araricá (135,47 hab./km²), Harmonia (82,06 hab./km²), São Pedro da Serra (88,01 hab./km²) e Vale Real (107,27 hab./km²), porém é necessário destacar que a área destes municípios não chega a 50 km².

Ao discutir o Brasil Urbano e o Brasil Rural, Veiga (2003b), faz uma análise crítica do grau de urbanização dos municípios brasileiro. O autor considera errôneo classificar como urbano toda e qualquer sede municipal ou distrital sem que se leve em conta outros critérios, o que faz com que muitos pequenos municípios sem condições

estruturais assumam o caráter de urbanos. Nesse trabalho, Veiga (2003b) também chama a atenção de que existem municípios com número reduzido de habitantes que possuem alta densidade demográfica e pertencem a regiões metropolitanas e outras aglomerações, sendo de acordo com o autor, esses dois fenômenos que melhor caracterizam o urbano. “[...] para que a análise possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério do tamanho populacional do município com pelo menos dois outros: sua densidade demográfica e sua localização” (VEIGA, 2003b, p.33).

Nesse sentido, ao verificar a localização dos quatro municípios com população de até 5.000 habitantes e densidade demográfica superior a 80 hab./km², percebeu-se que estes encontram-se inseridos na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Destaca-se que o município de Araricá, o qual apresentou maior densidade demográfica entre os quatro municípios, é o único que faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre. Já o município de Vale Real, encontra-se distante 89km de Porto Alegre, porém é necessário destacar que este município faz divisa com Caxias do Sul, segundo maior município do Estado do Rio Grande do Sul. Os outros dois municípios Harmonia e São Pedro da Serra estão distantes da Capital do Estado, 64 km e 103 km respectivamente.

Percebe-se que análises populacionais e as localizações representam importantes pontos de partida para o estudo de pequenos municípios e logo também para os estudos de pequenas cidades, porém não podem ser tidas como absolutas. De acordo com George (1968), o perfil demográfico de cada cidade oferece uma primeira indicação da dinâmica urbana, mas é necessário que se examine criticamente os mecanismos de desenvolvimento funcional.

Assim, ao longo do tempo estudiosos da temática urbana teceram variadas considerações sobre as características de pequenas cidades, como George (1968), que em seu estudo sobre as pequenas cidades européias utilizou como critério a forma de deslocamento em uma área urbana como forma de caracterização. Para o autor, uma pequena cidade é um agrupamento denso, no interior do qual todos os deslocamentos, de um limite ao outro, podem ser feitos a pé em um período de 20 minutos e os transportes públicos dizem respeito a relações com o exterior.

Para Corrêa (2009), a pequena cidade é um núcleo dotado de função de sede municipal. “Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o

padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa” (CORRÊA, 2009, p.4). Dessa forma, o autor chama a atenção para que pequena cidade pode ser definida mais pela sua centralidade do que pelo caráter demográfico, ela representa o centro local que exerce centralidade em relação ao território municipal, sua hinterlândia, onde vive a população dispersa dedicada sobretudo a atividades agrárias (CORRÊA, 2009).

Portanto, a pequena cidade é um núcleo de povoamento no qual parte da população está engajada em atividades ligadas a transformação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população ligada a atividades agrárias é maior ou menor o que faz pensar em um “continuum” rural-urbano sem um rígido limite entre o urbano e o rural, podendo-se falar em um habitat rural concentrado (CORRÊA, 2009).

Nesse sentido entende-se que a pequena cidade é a sede administrativa e de prestação de serviços de um pequeno município. Segundo Corrêa (2009) as pequenas cidades brasileiras por volta de 1950 diferiam muito das pequenas cidades após 60 anos. Essas diferenças referem-se ao papel que desempenhavam enquanto situadas na confluência do urbano e do rural. Isso se refere ao contexto econômico e social, o Brasil era menos industrializado e urbanizado. Nesse contexto de pouca industrialização, urbanização e articulação interna, as pequenas cidades desempenhavam um papel mais significativo na vida econômica, social e política.

A “política desenvolvimentista” do governo Juscelino Kubitschek, que tinha como um de seus principais objetivos a intensificação do processo de industrialização no país a partir de 1956, acelerou a urbanização brasileira fazendo com que as pequenas cidades ficassem a margem das cidades maiores. As cidades maiores, mais dinâmicas e com maior desenvolvimento econômico, passaram a representar o centro das atenções de políticos e muitos estudiosos, inclusive geógrafos urbanos que por muito tempo dedicaram seus estudos aos problemas das médias, grandes cidades e metrópoles, negligenciando as pequenas cidades.

Ao contrário do Brasil em muitos países da Europa, pequenos centros urbanos oferecem as funções necessárias para um cotidiano auto-suficiente, tendo como vantagem a tranquilidade que os centros maiores perderam. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento os habitantes de pequenos centros precisam recorrer a cidades maiores e às metrópoles para ter acesso aos serviços fundamentais. A

delimitação de urbano desses municípios, muitas vezes serve apenas para identificar um núcleo em um território ainda preso a base produtiva e os modos de vida rural (MOURA, 2009).

Contudo, pensar em uma caracterização única para definir pequenas cidades no contexto brasileiro torna-se uma tarefa muito complexa, pois conforme é ressaltado por Soares e Melo (2008, p. 320): “A extensão do território e as diversidades regionais brasileiras impedem que haja uma uniformização na rede das cidades, em sua hierarquização e mesmo em suas funcionalidades”. Como resultado dessa diversidade o papel exercido pelas cidades pode variar em função do seu tamanho, de sua capacidade de produção e drenagem das riquezas, dos equipamentos que possui, do poder político, entre outros. (SOARES; MELO, 2008).

Para reforçar o que foi dito acima as autoras apontam dez aspectos de caráter conceitual e metodológico para o desenvolvimento de estudos de pequenas cidades. (1) o tamanho demográfico complementado pela localização e dimensão da área territorial; (2) a proximidade entre o rural e o urbano em cidades com menos de 20 mil habitantes, que torna necessário o estudo do município a partir da interação entre esses dois espaços; (3) a sede do município concentra funções administrativas, sociais e econômicas, com o poder público destacando-se como empregador e repassador de recursos públicos estaduais e federais; (4) as elites locais interferem na organização e construção do poder local; (5) pela falta de obrigatoriedade do plano diretor os municípios ficam a mercê de interesses político-partidários locais; (6) a dinâmica das pequenas cidades não depende só da atividade econômica, mas também das condições sociais, culturais e históricas, para conhecer as singularidades no contexto regional e nacional; (7) a fragmentação territorial e criação de novos municípios resultam muitas vezes em atribuição de autonomia político-administrativa a municípios carentes de recursos materiais e humanos para gerir sua autonomia e dinamizá-los socioeconomicamente; (8) os problemas das pequenas cidades são semelhantes aos das médias e grandes, porém em menor escala; (9) o destino das pequenas cidades esta ligada a dinâmica regional, por isso é necessário conhecer sua dinâmica regional e sua inserção na rede urbana; (10) o desenvolvimento local é visto como processo de valorização econômico, social e cultural local, exige um tratamento específico da relação campo-cidade.

Já Corrêa (2009) em seu estudo sobre as pequenas cidades na confluência do urbano e do rural faz um esforço de constituir tipos ideais de pequenas cidades contemplando suas unidades e diversidades. *Os lugares centrais* – constituem centros locais, localizam-se geralmente nas áreas incorporadas pela industrialização do campo e sua principal atividade é a distribuição de bens e serviços para as atividades agrárias; os *centros especializados* – são núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas (têxtil, celulose, mineração, etc), outras atividades desenvolvidas pela população estão ligadas a principal; *reservatórios de força-de-trabalho* – constituem geralmente áreas de povoamento recente ou refuncionalizados, locais de concentração de “peões”, com característica da concentração da propriedade da terra, são núcleos, mais rurais do que urbanos; *centros que vivem de recursos externos* – antigos lugares centrais em áreas de agricultura decadente e estagnada, onde o processo migratório é notável, esses centros vivem de recursos externos; e *subúrbios-dormitório* – um antigo lugar central absorvido por uma grande cidade em crescimento e expansão, localizam-se a uma distância próxima que possibilita migrações pendulares dos que ali vivem, mas trabalham na grande cidade.

Contudo, existem outros tipos de pequenas cidades que não foram citadas por Corrêa (2009), são pequenas cidades que não foram totalmente incorporadas pela industrialização do campo devido a carência de recursos econômicos ou naturais. A economia dessas cidades esta assentada na pequena propriedade de terra, com predomínio da agricultura familiar. No estado do Rio Grande do Sul, elas podem ser representadas por antigas áreas de colonização européia, onde há o predomínio da pequena propriedade devido às partilhas de terra.

Nesse sentido é possível dizer que, salvo exceções, os serviços oferecidos pelas pequenas cidades condizem ao seu cotidiano, ou seja, elas oferecem os serviços básicos necessários para os que ali vivem. As afirmações de Veiga (2003b, p. 56), reforçam essa colocação.

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá afirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculado a lides agrícolas, pecuárias, pesqueiras, minerais, ou a recreações dependentes da natureza.

O pequeno município analisado nesse estudo, São João do Polêsine, localizado na porção central do estado do Rio Grande do Sul, apresenta muitas dessas características atribuídas as pequenas cidades, entre elas a baixa densidade populacional, economia alicerçada nas atividades primárias e desta forma uma forte ligação entre o rural e o urbano. Essa estreita ligação entre esses dois espaços, vivenciada pela maioria das cidades muito pequenas, trás uma série de peculiaridades a esses espaços, pequenos municípios impregnados pelas ruralidades.

4.3. Ruralidade e “Novas Ruralidades”: proximidades e diferenças

Nos últimos tempos a temática das ruralidades tem cada vez mais chamado a atenção de estudiosos dos problemas rurais. Muito em voga, as “novas ruralidades”, tem representado tema central de diversos estudos, que visam mostrar alternativas de combate a pobreza no campo e novas perspectivas de geração de renda.

Porém, chama-se a atenção para que diversos estudos ao abordar o tema ruralidades, não esclarecem o entendimento da terminologia, remetendo-o a qualquer elemento ou atividade localizada em área rural. Contudo, na perspectiva de análise deste estudo, entende-se que as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não necessariamente são encontrados apenas em nas áreas rurais. Já no que concerne as “novas ruralidades”, percebe-se tratar-se de um fenômeno de raiz urbana, que além de se utilizar das ruralidades, engloba diversos outros elementos e atividades, como forma de geração de renda em atividades direcionadas a um publico urbano. Assim, a análise que segue, visa buscar o entendimento de como as ruralidades e as “novas ruralidades” são entendidas por diversos estudiosos e quais são as diferenças entre esses dois termos, que muitas vezes são utilizados como sinônimos.

Sob a perspectiva das “novas ruralidades” o espaço rural visto pela atual lógica de consumo urbano, freqüentemente remete-se ao sinônimo de natureza, ar puro, alimentos saudáveis, entre outros aspectos que simbolizam uma melhor qualidade de vida. Nesse contexto, de acordo com Biazzo (2008), nas últimas décadas tem se

destacado uma nova percepção do campo, relativo a um modo de vida “alternativo” e ambientalmente sustentável, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que se dirigem ao campo.

Com a busca dos habitantes da cidade pelo campo, este espaço passa a assumir “novas funções”, entre as quais destacam-se as atividades de lazer, como o turismo em área rural, segundas residências e diversos tipos de serviços destinados ao público urbano. Segundo Candiotto e Corrêa (2008a), esse fenômeno é apresentado por Graziano da Silva como a “urbanização física do rural”, que refere-se a inserção de novas atividades no campo, sobretudo as não-agrícolas.

Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002), ao discorrer sobre o Novo Rural, chamam a atenção para que a partir dos anos 1980 houve o surgimento de uma nova conformação do rural brasileiro, que já ocorria a muitos anos em países desenvolvidos. Segundo os autores, esse “novo rural” seria composto por três grandes grupos de atividades:

Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias;
Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 39).

Os autores colocam o termo “novas” entre aspas, pois muitas dessas atividades são seculares no Brasil, porém até recentemente não tinham importância econômica. Chamadas de “atividades de fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos, foram transformados nas últimas décadas em importantes fontes de emprego e renda no meio rural. Esse processo de geração de “novas” atividades no meio rural brasileiro, nada mais é que a importação de outros países ou de atividades que não eram comerciais, isto é, possuíam um valor de uso, mas não um valor de troca. Conforme Graziano da Silva, Grossi e Campanhola (2002, p. 41), “o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e atividades tradicionais que se mostravam decadentes”.

Todo esse processo descrito por Graziano da Silva, Grossi e Campanhola, é comumente referenciado como “novas ruralidades”, e tem representado um grande foco de interesse nas ultimas décadas de diversos estudos na geografia, sociologia e outras ciências humanas. Porém, é necessário destacar que ao falar em ruralidades vistas sob o viés do “novo rural” estas apenas estarão se referindo a atividades realizadas na área rural e em muitos casos, referenciadas a um viés urbano, devido ao incremento tecnológico, a modernização das atividades e ao público alvo e por isso denominadas de “novas ruralidades”.

Segundo Carneiro (1998), no Brasil as pesquisas apontam para dois conjuntos de fenômenos que ajudam a pensar na questão das ruralidades atuais: a pluriatividade e as crescentes formas de lazer e meios alternativos de vida no campo. Para a autora, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura e crescente o numero de pessoas residentes no campo ocupadas em atividades não-agrícolas, além de uma crescente camada de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimentos, esse fenômeno chamado de pluriatividade, representa uma reorientação da capacidade produtiva das pessoas residentes no campo. O segundo fenômeno, segundo Carneiro, inicia-se de forma tímida no Brasil na década de 1970 e encontra sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico, que tem como alguns de seus efeitos a ampliação das possibilidades de trabalho para a população do campo e a aproximação e integração a sistemas culturais distintos. “O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência” (CARNEIRO, 1998, p. 56).

Assim as “novas ruralidades” representariam um processo dinâmico de reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Desta forma o processo implicaria em duas direções, na reapropriação da cultura local, ou na apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, o que de acordo com Carneiro (1998) não causaria destruição da cultura local, podendo contribuir para estreitar e reforçar os vínculos locais. Nesse sentido a autora chama a atenção para que:

[...] as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (CARNEIRO, 1998, p. 58).

Para Carneiro (1998), atualmente não se pode entender a ruralidade somente a partir da penetração urbano industrial no rural tradicional, ela também deve ser entendida levando em conta o consumo da sociedade urbano-industrial de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais reconhecidas como do mundo rural.

Portanto, é perceptível que dentro da noção de “novas ruralidades” encontram-se implícitos elementos da cultura urbana. Ao tratar dessa temática, Rua (2006), prefere referir-se a “urbanidades no rural” ao invés de falar em “novas ruralidades”, para que não se dê ênfase demasiada ao espaço rural sobre o urbano, e destaca:

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado (RUA, 2006, p.95).

Candiotto e Corrêa (2008b), ao abordarem as ruralidades e urbanidades em seu estudo sobre circuito italiano de turismo rural, no município de Colombo, PR, destacam que de modo geral “as ruralidades seriam compostas por objetos e ações característicos do rural, e fariam parte da identidade da população de origem rural, enquanto as urbanidades corresponderiam a objetos e práticas de caráter urbano” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008b, p. 214).

Segundo esses autores existem diferentes interpretações para a temática das ruralidades. Há autores que identificam a “nova ruralidade”, uma tendência homogênea já manifestada em diversos países, e aqueles que destacam a existência de diversas ruralidades, heterogêneas que se manifestam em indivíduos e grupos sociais. A “nova ruralidade” no espaço rural europeu, traduzida por atividades como a agricultura, silvicultura, aquacultura e a pesca, atividades econômicas e de lazer (artesanato, serviços, indústrias) e reservas naturais e moradia, estão relacionadas a políticas públicas da União Européia, como PAC (Política Agrícola Comum) de 1992 e os Programas LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural) implantados a partir de 1994.

Nessa perspectiva, CandiOTTO e Corrêa (2008b), ao analisar os incentivos governamentais direcionados as “novas ruralidades” questionam, se a constituição dessas atividades seriam reflexo dos anseios da população rural transformados em políticas públicas ou se seriam projetos implementados de cima para baixo, visando modificar as relações produtivas, econômicas, sociais e ambientais no espaço rural.

Dessa forma, ao buscar referências para este estudo da manifestação das ruralidades em pequenos municípios, recorreu-se ao estudo de CandiOTTO e Corrêa (2008a) sobre as “Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo”, no qual os autores ao discorrer sobre o conceito de ruralidades apontam duas correntes de interpretação. Segundo a pesquisa, a primeira corrente vê a ruralidade como uma processo de valorização do rural, a qual vem sendo disseminada por instituições globais através de financiamentos e políticas públicas. Essas instituições defendem o discurso da redução da pobreza e desigualdades sociais, porém segundo os autores está implícito nesse discurso a ampliação das relações capitalistas, através de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008a, p.232).

Já a segunda corrente aborda as ruralidades como realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005, *apud* CANDIOTTO; CORRÊA, 2008a, p. 233).

Dessa forma, o que permitirá falar em ruralidades são as articulações entre as noções de rural e de identidade social, relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e sua comunicação direta, face a face (MOREIRA; GAVIRIA, 2002).

Figueiredo (2003), ao realizar uma análise crítica sobre o turismo em “aldeias típicas” portuguesas, chama a atenção para que nesse país muitas áreas rurais passaram de espaços (im)produtivos de alimentos a espaços-reserva de qualidade ambiental, guardiões da natureza e das memórias do passado. Nesse contexto, segundo a autora “a

forma mais significativa de perpetuar a ruralidade tem sido através do desenvolvimento de actividades de turismo, de recreio e de lazer nas áreas rurais, sobretudo consideradas mais tradicionais” (FIGUEIREDO, 2003, p. 65).

A autora ainda reforça que as transformações sofridas pelo rural estiveram longe de permitir que este se diluísse no urbano ou permitisse o surgimento de um espaço chamado por alguns autores de rurubano. As transformações das áreas rurais motivadas, sobretudo pela expansão da urbanização e da industrialização originaram movimentos a favor da preservação das áreas rurais. Dessa forma, a ruralidade deixa de ser vista como sinónimo de uma condição concreta de oposição ou marginalização relativa ao processo de modernização e passa a “sinónimo de uma noção que remete para a modernidade (ou para a pós-modernidade) vivida através da descoberta e valorização das diferenças, do *autentico* e do *genuíno* (e.g. Joaquim, 1994)” (FIGUEIREDO, 2003, p. 68).

Dessa forma, “o turismo reforça a *recriação da ruralidade*, através da transformação das características (reais ou idealizadas) tradicionais das áreas rurais em *amenidades*, em bens comercializáveis e em produtos consumíveis” (FIGUEIREDO, 2003, p 76).

Pelas palavras de Figueiredo (2003), percebemos que em diversos casos a inserção de novas práticas, como o turismo, podem representar uma forma de revitalização e permanência das ruralidades através do estabelecimento das “novas ruralidades”. Contudo, ao realizar uma análise crítica sobre essa situação a autora chama a atenção para que ao mesmo tempo que o turismo pode promover o desenvolvimento rural, ele pode promover um “divórcio” entre as qualidades comercializáveis e os contextos históricos, sociais e económicos, que correspondem a autenticidade local.

Se o turismo surge actualmente como uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais despojadas, por assim dizer, da sua razão de ser – a agricultura – ele aparece igualmente ter efeitos perversos que consideramos importante debater. Um dos efeitos negativos mais importantes reside na *recriação* ou *reinvenção* da ruralidade para ser comercializada e consumida, com a consequente perda de autenticidade e de dinâmicas locais próprias (FIGUEIREDO, 2003, p. 77-78).

Essa percepção também é partilhada por Cavaco (2009), que coloca que a comercialização da natureza e da cultura podem levar a “espetacularização” e a “museificação” dos territórios, através da proteção da natureza e naturalização dos

espaços, do patrimônio cultural e construído e do imaterial, com reinvenção de tradições para a animação turística. Para ela, o território como matéria-prima do turismo, pela criação de recursos e de produtos turísticos diversos, busca a notoriedade de diferenciação com emergência de novas identidades locais e novas expressões de autenticidade.

O turismo tende, contudo a favorecer a banalização da cultura e a criação de uma autenticidade teatral, em que se integram muitas ofertas de experiências rurais associadas à ruralidade tradicional e aos quotidianos da aldeia comunitária e dos seus habitantes (CAVACO, 2009, p. 60).

Esse entendimento do mundo rural como multifuncional, especialmente ligado as vertentes ambiental e cultural, na concepção de Figueiredo (2009), encontra-se ligado a consideração das áreas rurais como redutos de autenticidade e de identidade coletiva, que segundo a autora fazem “apelo muito mais a uma ruralidade que *parece ser*, a uma ruralidade recriada, reinventada e reconfigurada cada vez mais para *turista ver*” (FIGUEIREDO, 2009, p. 90).

Portanto, percebe-se que mesmo tendo uma forte ligação, as ruralidades e as “novas ruralidades” apresentam diferenciações, visto que as ruralidades referem-se mais a características internas de pequenas comunidades ligadas ao mundo rural e as “novas ruralidades” representam um fenômeno que visa um público externo. Nesse contexto, as “novas ruralidades” buscam explorar as ruralidades presentes em determinados locais como forma de gerar renda a uma determinada parcela da população envolvida com essas atividades e até mesmo promover o desenvolvimento local.

Contudo, mesmo as ruralidades estando relacionadas a identidade dos povos rurais, elas não se manifestam exclusivamente nestes espaços. Conforme Candiotto e Corrêa (2008a) além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que vende o rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável. Assim como a população rural possui urbanidades devido a incorporação dos valores urbanos, seja por meio da televisão ou da internet.

Nesse sentido, Biazzo (2007, p. 19), que acredita ser mais conveniente chamar campo e cidade de campestres e citadinos, ressalta que:

[...] em ambos espaços se manifestam identidades sociais que configuram ruralidades e urbanidades. Em paisagens do campo e das cidades (formas,

conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidade (conteúdos – heranças, origens, hábitos, relações, conjunto de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes atores sociais.

Dessa forma, a partir do exposto percebe-se que tanto as ruralidades, quanto as urbanidades, podem estar presentes em qualquer espaço, pois referem-se a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações, ou seja, elementos característicos desses espaços que ocorrem não necessariamente apenas neles.

Contudo, as ruralidades abordadas na presente pesquisa referem-se a resquícios dos modos de vida do rural tradicional. Essas ruralidades são encontradas não só em área rurais como também no urbano de pequenos municípios, e se manifestam através de uma variada gama de objetos e ações que configuram toda a dinâmica espacial e social desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e diversas vezes sendo aproveitadas através das “novas ruralidades” como alternativas de geração de renda e promoção do desenvolvimento local.

5. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES

A análise da organização do espaço do município de São João do Polêsine apresentada nessa seção é concebida sob o viés do lugar. A representação do lugar para a geografia está relacionada ao espaço vivido, ao espaço percebido, repleto de significações e elementos que nos remetem a identidade de uma sociedade, que habita, trabalha, modifica e organiza seu espaço.

A noção de “espaço de vida” para Cavaco (2009) encontra-se muito relacionada ao espaço aqui analisado, o qual a autora define como um “espaço praticado, onde se investe emocionalmente, onde se tem raízes” (CAVACO, 2009, p.39). Um espaço de vida para Cavaco (2009) é um conceito centrado nas práticas concretas dos lugares, nos percursos diários e rotineiros e inclui lugares de trabalho afastados, outros lugares de convívio e lazeres ou férias, lugares menos frequentes, mesmo ocasionais.

É o espaço de ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efectiva (econômicas, sociais, profissionais, etárias, que afectam os comportamentos espaciais, limitando-os no geral); engloba lugares do quotidiano, apropriados, patrimoniais, familiares pela prática pessoal, mas também pela experiência contada de outros, do presente ou anteriores, mais ou menos imaginada, mesmo sonhada, num passado já distante (CAVACO, 2009, p.39).

Esse espaço citado por Cavaco (2009) é o espaço dos lugares, onde cada indivíduo que possui laços para com ele, o percebe e o vive de diferentes formas. As vivências do conjunto de uma sociedade influenciam diretamente na organização de seu

espaço. Uma sociedade de “raiz” rural vivencia, percebe e organiza seu espaço de acordo com a sua cultura.

Dessa forma, apresentação dos resultados da pesquisa que seguem tem por objetivo demonstrar como a organização do espaço do município de São João do Polêsine encontra-se assentada nas tradições locais, características culturais ligadas a sua colonização, economia e aos valores de seus habitantes. Através desses elementos percebe-se a permanência das ruralidades, as quais são identificadas tanto através de dados históricos, documentais e estatísticos, como através de observações e depoimentos de sujeitos internos e externos ao local.

Dessa forma, essa seção tem início buscando contextualizar a ocupação e as transformações desse espaço resgatando de forma sucinta a formação e organização espacial da Quarta Colônia de Imigração Italiana no estado do Rio Grande do Sul, partindo posteriormente a uma breve análise da história e da paisagem do pequeno município de São João do Polêsine. A partir dessa contextualização os resultados da pesquisa são apresentados buscando o entendimento da organização espacial do pequeno município e da influência das ruralidades a partir da dinâmica espacial e social, abordadas através da análise do processo de crescimento e as funções urbanas, da dimensão do rural, dos modos de vida e percepções do local e das tradições preservadas

5.1. A formação e organização espacial da Quarta Colônia e a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul

A Quarta Colônia de Imigração Italiana² como o próprio nome já diz foi o quarto núcleo de colonização que recebeu imigrantes italianos e seus descendentes no Estado do Rio Grande do Sul. A imigração italiana e de descendentes de imigrantes para colonizar a área da Região da Quarta Colônia é explicada devido ao fracasso da colonização de russos e alemães nessa área, o que fez com que o Governo da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul) tomasse medidas para promover o Novo Núcleo de Povoamento, Silveira Martins.

² A colonização italiana no Rio Grande do Sul deu-se através de quatro núcleos, destinados ao assentamento de imigrantes italianos. Assim, foram fundadas as Colônias Dona Isabel e Conde D' Eu (Bento Gonçalves e Garibaldi), A Colônia Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul) e a Colônia Silveira Martins, também conhecida como Quarta Colônia, por ter sido a última a ser criada.

No ano de 1869 a Província requisitou duas glebas do Império para continuar o processo de colonização iniciado anteriormente com a vinda de imigrantes alemães. As glebas foram concedidas em 1870 e no dia 24 de maio desse ano o presidente da Província criava as colônias de “Conde d’Eu” e “Dona Isabel”, em homenagem ao Príncipe Consorte e a herdeira do trono. A data oficial da imigração italiana é de 20 de maio de 1875, mas não se sabe ao certo em que data o império tomou a si a incumbência de colonizar Conde d’Eu e Dona Isabel. Destaca-se que o intuito do Governo Imperial ao assumir a colonização dessas Colônias era de uma colonização propaganda, que atraísse imigrantes ao Brasil, onde a crise da mão-de-obra agravava-se com o movimento abolicionista. Em 1875 o Governo Imperial cria mais uma colônia, a Fundos de Nova Palmira, em 11 de março de 1877, o nome da colônia é modificado passando a chamar-se de “Colônia Caxias” (BONI; COSTA, 1982).

Em 1877 o governo resolveu criar uma quarta colônia para imigrantes italianos, utilizando áreas de mata próximas a Santa Maria, surgindo assim a Colônia de Silveira Martins. “Estas 4 colônias foram o núcleo básico da imigração italiana, sendo que as outras, de certa forma, delas promanaram” (BONI; COSTA, 1982, p. 65).

A Colônia de Silveira Martins não limitava-se ao território do município que leva este nome, além deste englobava os municípios atuais de Faxinal do Soturno, Nova Palma, Ivorá, São João do Polêsine, Pinhal Grande, parte dos municípios de Dona Francisca, Restinga Seca e áreas pertencentes a Santa Maria e Julio de Castilhos.

Os primeiros imigrantes (157 famílias somando 462 pessoas) chegaram a Silveira Martins, no barracão Val de Buia, em setembro de 1877. Até o final deste ano vieram mais três grupos, permanecendo no barracão até a demarcação das terras. Primeiramente, foi difícil a adaptação a terra desconhecida, após vieram as colheitas e as mesas fartas e o apego surgido a nova terra (SANTIN, 1999).

No âmbito do desenvolvimento das Colônias, Santin (1999), chama a atenção para os movimentos emancipacionistas, de acordo com o autor a primeira colônia a se tornar município foi Caxias do Sul, seguida por Bento Gonçalves e somente dez anos depois Garibaldi. Já Silveira Martins teve seu território retalhado e distribuído entre quatro municípios. As partes do território mais significativas na época, como a sede e núcleos mais desenvolvidos ficaram com Santa Maria, outra parte ficou com Cachoeira do Sul e a outra com São Martinho, que devido a sua extinção em 1903, passa para Vila

Rica, hoje Júlio de Castilhos, e por isso fala-se em quatro municípios. E é nesse momento que começa as diferenciações na evolução de Silveira Martins em relação as outras três colônias. “Nem a sede da Colônia nem os núcleos, apesar de terem alcançado bons níveis de desenvolvimento, foram capazes de articular-se para esboçar e sustentar movimentos emancipacionistas” (SANTIN, 1999, p.15).

Dessa forma, percebe-se que embora as quatro Colônias de Imigração tenham origens semelhantes, elas apresentaram características diferenciadas no seu desenvolvimento. Somente na década de 1950 é que os movimentos emancipacionistas tem êxito na Quarta Colônia, com a emancipação de Faxinal do Soturno e Nova Palma, distritos de Cachoeira do Sul e Julio de Castilhos. A sede da ex-Colônia de Silveira Martins só veio a se emancipar no ano de 1987, praticamente cem anos depois da emancipação de Caxias do Sul.

De acordo com Saquet (1999), a estagnação da ex-Colônia de Silveira Martins pode ter várias razões: como a falta de dirigentes competentes no período da primeira tentativa de emancipação; a divisão do território da Colônia em três partes (Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul); a existência de momentos turbulentos na vida religiosa; a situação geográfica desfavorável da Colônia Silveira Martins, pois enquanto as outras três colônias ficavam próximas a Porto Alegre, ela ficava próxima a Santa Maria que não era um grande centro urbano, era uma pequena cidade que não oferecia grandes recursos, nem se constituía numa grande praça de consumo; o ensino pouco prático, não voltado aos interesses da lavoura; a diminuição da fertilidade das terras e da produtividade que diminuiu a quantidade de produtos comercializáveis.

Segundo o autor, antes das emancipações as localidades anteriormente pertencentes a ex-Colônia Silveira Martins sofriam muito com as péssimas condições, principalmente das estradas para o escoamento da produção, o que deve ter contribuído para o pouco desenvolvimento econômico. Outro fator que pode ter contribuído para o não-desenvolvimento, está no fato de que com o crescimento da cidade de Santa Maria, a qual uma parte da Ex-Colônia fazia parte, principalmente com o entroncamento ferroviário, muitos imigrantes italianos passaram a investir no local.

O declínio da Ex-Colônia Silveira Martins foi caracterizado, principalmente, pela transferência de valor para outros lugares. Valores humanos e materiais, concomitante. Valor criado pela força de trabalho dos colonizadores e descendentes transferido a outros setores e lugares, provavelmente, tanto através da comercialização do resultado da produção agrícola e artesanal,

quanto através de reimigração daqueles produtores com o trabalho familiar acumulado. É devido a todo processo de declínio sócio-econômico na Ex-Colônia Silveira Martins ainda hoje as cidades são pequenas; predomina a população residindo no espaço agrário (SAQUET, 1999, p. 72).

A área da ex-Colônia Silveira Martins é atualmente conhecida como Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (Figura 03). Formada por um conjunto de sete pequenos municípios, essa designação é baseada nas características histórico-culturais desses municípios.

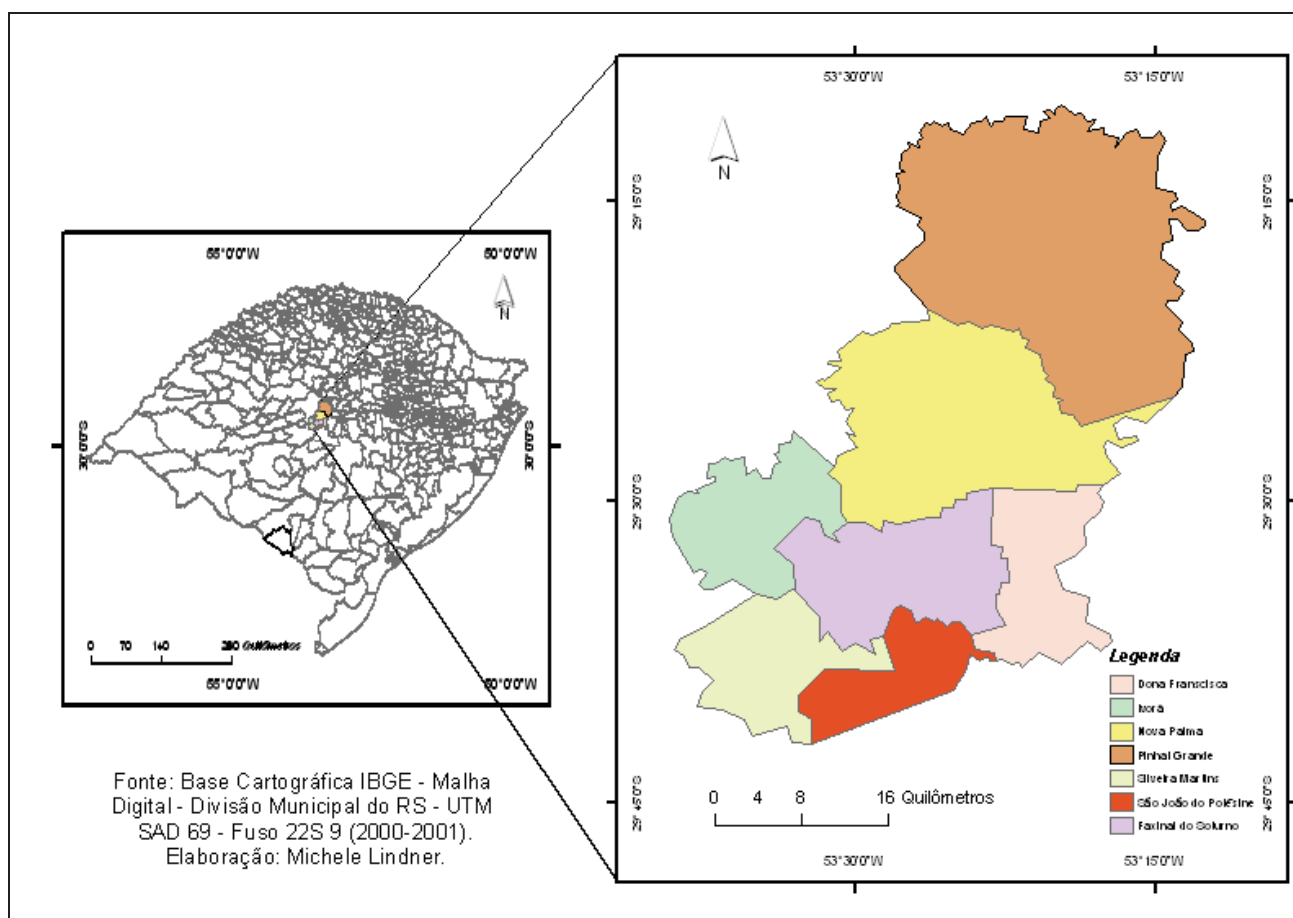


Figura 03 – Localização dos municípios pertencentes a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana em relação ao Estado do Rio Grande do Sul

A permanência da população residindo na área rural, citada anteriormente nas palavras de Saquet (1999), foi uma realidade que sofreu alterações somente na primeira década do século XXI. O crescimento do número de habitantes residindo nas áreas urbanas no conjunto das cidades pertencentes a Quarta Colônia de Imigração Italiana, acompanhados de um decréscimo populacional de cerca de 5% (1.459 habitantes), pode

ser verificado nos dados dos Censos Populacionais do IBGE de 2000 e 2010 (Figura 04).

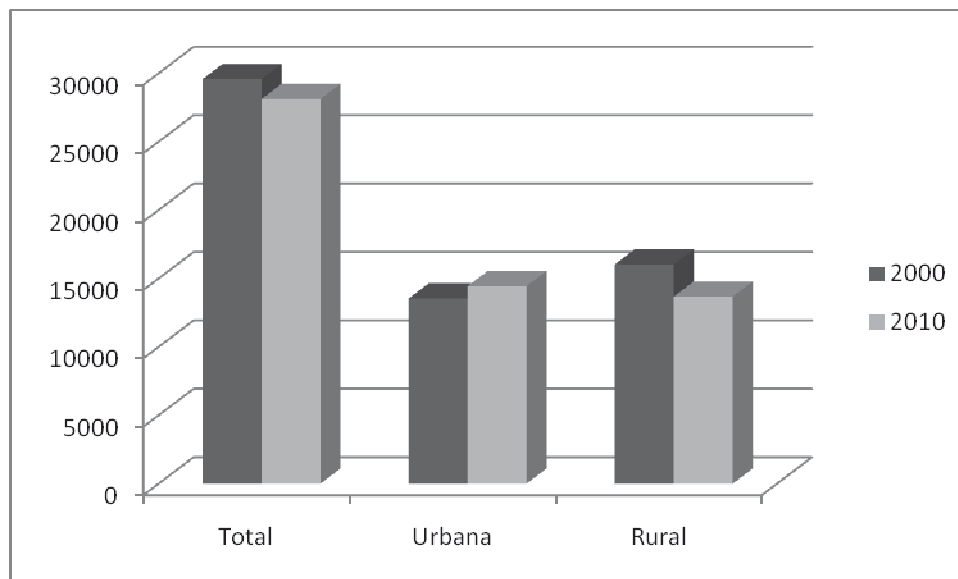


Figura 04 - População da Região da Quarta Colônia de imigração Italiana

Fonte: IBGE, 2011.

Organização: Michele Lindner.

Porém, analisando os dados apresentados no Gráfico (Figura 04), percebe-se que a superioridade da população urbana sobre a rural é muito pequena, cerca de 2% de diferença. Nesse sentido, é necessário destacar que dos sete municípios que compõe a Quarta Colônia de Imigração Italiana, apenas três deles, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, possuem população urbana superior a rural, apresentando o último, uma diferença de 1% no número de habitantes na área urbana em relação a área rural. Já as outras duas cidades, Dona Francisca e Faxinal do Soturno (Tabela 06), possuem diferenças percentuais superiores, fato este que pode ter contribuído na superioridade quantitativa da soma dos habitantes urbanos das cidades da Quarta Colônia, já que Faxinal do Soturno é o município com maior número de habitantes da Região.

Tabela 06: População dos municípios da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS

Município	População Urbana (2010)		População Rural (2010)		População Total (2010)	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Dona Francisca	2146	63	1.255	37	3.401	100
Faxinal do Soturno	4.175	63	2.497	37	6.672	100
Ivorá	705	33	1.451	67	2.156	100
Nova Palma	3.083	49	3.262	51	6.345	100
Pinhal Grande	1.895	42	2.576	58	4.471	100
São João do Polêsine	1.354	51	1.281	49	2.635	100
Silveira Martins	1.091	44	1.361	56	2.452	100
Total	14.449	51	13.683	49	28.132	100

Fonte: IBGE, 2011.

Organização: Michele Lindner.

Esses pequenos municípios pertencentes a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana têm sua economia baseada no setor primário, com destaque para as culturas de arroz, batata, fumo, milho, soja, feijão e frutas, e as criações de suínos, gado de corte e de leite e aves. Essas atividades são desenvolvidas tendo como força de trabalho a família dos proprietários (NARDI, 2007).

As propriedades rurais desses municípios são em geral pequenas unidades produtivas (em média 20 hectares por unidade familiar, minimizada ainda mais, dada a topografia que em sua grande maioria dificulta o cultivo agrícola), trata-se de uma agricultura com reduzida dimensão de exploração, que visa principalmente o autoconsumo e o abastecimento de mercados locais.

De acordo com Villagran (2002), até os anos 1950/1960 essa região apresentava uma exploração baseando-se nos sistemas tradicionais de cultivo. A partir do final dos anos 1960 e 1970 houve um processo de modernização e industrialização da agricultura conduzindo a graves problemas sociais e ambientais.

A partir da década de 1980, quando os problemas se acentuaram foram criados vários projetos, principalmente de cunho cultural e ambiental, tentando valorizar o patrimônio cultural, natural e histórico e encontrar saídas para a crise que atingia todos os municípios. Apesar da existência dos mesmos, “em nenhum momento foram construídas alternativas (políticas e programas de desenvolvimento rural) que fossem capazes de gerar emprego e renda, conciliando desenvolvimento social com preservação ambiental” (ITAQUI, 2002, p.23).

Foi nesse processo que no ano de 1995 foi criado o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS” (PRODESUS), no qual estava contido entre outros, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental. Esse projeto é parte integrante do projeto de desenvolvimento integral voltado as especificidades culturais e turísticas locais, o qual foi instituído no ano de 1995, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, o qual incentivou a criação do Consócio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) entre os municípios da Quarta Colônia e os municípios próximos de Agudo e Restinga Seca.

Dessa forma, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental englobou tanto os municípios pertencentes a Quarta Colônia de Imigração Italiana, quanto os municípios de Agudo e Restinga Seca, aos quais o projeto propôs além da implantação de vários roteiros turísticos rurais a integração dos envolvidos, como no caso da promoção de roteiros turísticos integrados entre os municípios (Figura 05), tentando promover arranjos produtivos intermunicipais. O projeto foi desenvolvido em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE-RS) e visava:

[...] fortalecer os arranjos produtivos locais e intermunicipais com o objetivo de capacitar e formar os dirigentes das agroindústrias, os artesãos, os floricultores, os proprietários das agências de turismo e os empreendedores que comporão os roteiros (SOUZA, 2007, p.14).

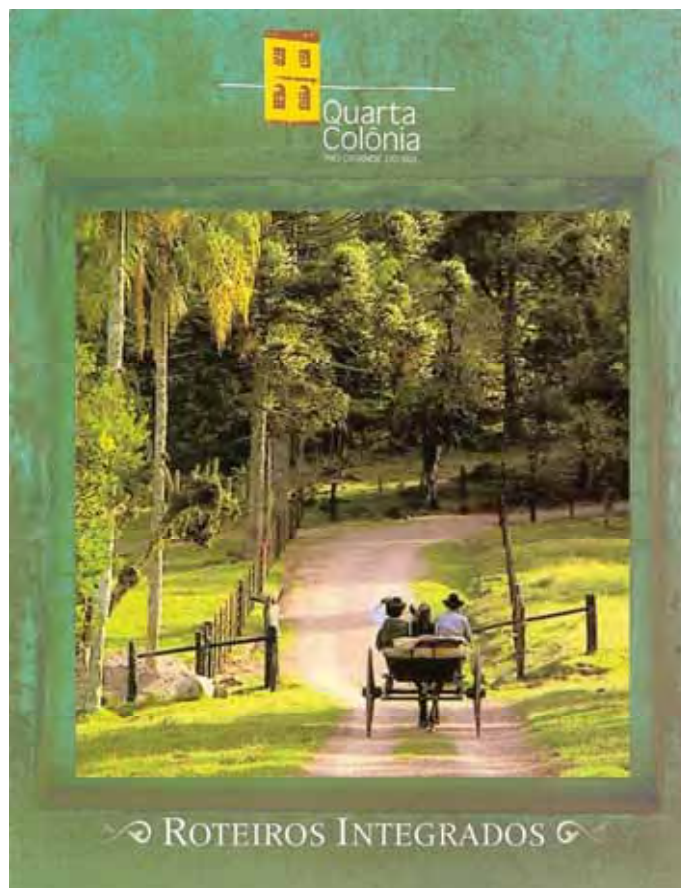


Figura 05 – Folder promocional dos Roteiros Integrados da Quarta Colônia de Imigração Italiana

Os roteiros religiosos integrando um ou mais municípios são os que atualmente mais destacam-se nessa Região. Esses caminhos englobam passagens por capelas, igrejas, plantações, antigos casarões, agroindústrias, enfatizam a gastronomia da Região ligada a imigração italiana, suas motivações de fé e hábitos culturais, que remontam aspectos da infância ou dos antepassados (SOUZA, 2007).

Dessa forma, percebe-se que esses pequenos municípios vêm ao longo dos anos tentando promover o turismo na Região, principalmente o turismo em áreas rurais, através de atividades e festividades que resgatam e valorizam a cultura local, como forma de incremento na renda dos participantes dos projetos e promoção do desenvolvimento local.

5.2. O pequeno município de São João do Polêsine

Como toda a cidade italiana, ainda que de imigrantes, a religiosidade em São João do Polêsine é marcante. Capelas e capitéis se espalham pelas muitas localidades, com sua arquitetura muito peculiar. [...] Andar pela tranqüila Polêsine, é respirar os ares do passado. A máquina a vapor, usada para irrigar as lavouras ainda mantém a imponência dos velhos tempos e ajuda a contar parte da história da cidade (POLESINE, 2009, p. s/n).

São João do Polêsine é um pequeno município localizado na porção central do estado do Rio Grande do Sul (Figura 07). Esse município colonizado por imigrantes e descendentes de imigrantes italianos faz parte da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

No que se refere a geomorfologia, São João do Polêsine está inserido na Depressão Central do RS, com presença de morros residuais, constituídos de rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, em contato com arenitos eólicos e/ou intertrápicos, além de rochas sedimentares pertencentes à Bacia do Paraná, e em parte no Rebordo do Planalto (VOGEL; SILVA; SALLES, 2007). A constituição geomorfológica do município pode explicar a base de sua economia, a agricultura, com destaque para o arroz irrigado, cultivado nas planícies da Depressão Periférica (Figura 06 – A e B).



Figura 06 – Plantações de arroz em São João do Polêsine

Fonte: Leonardo Naujorks, 2011.

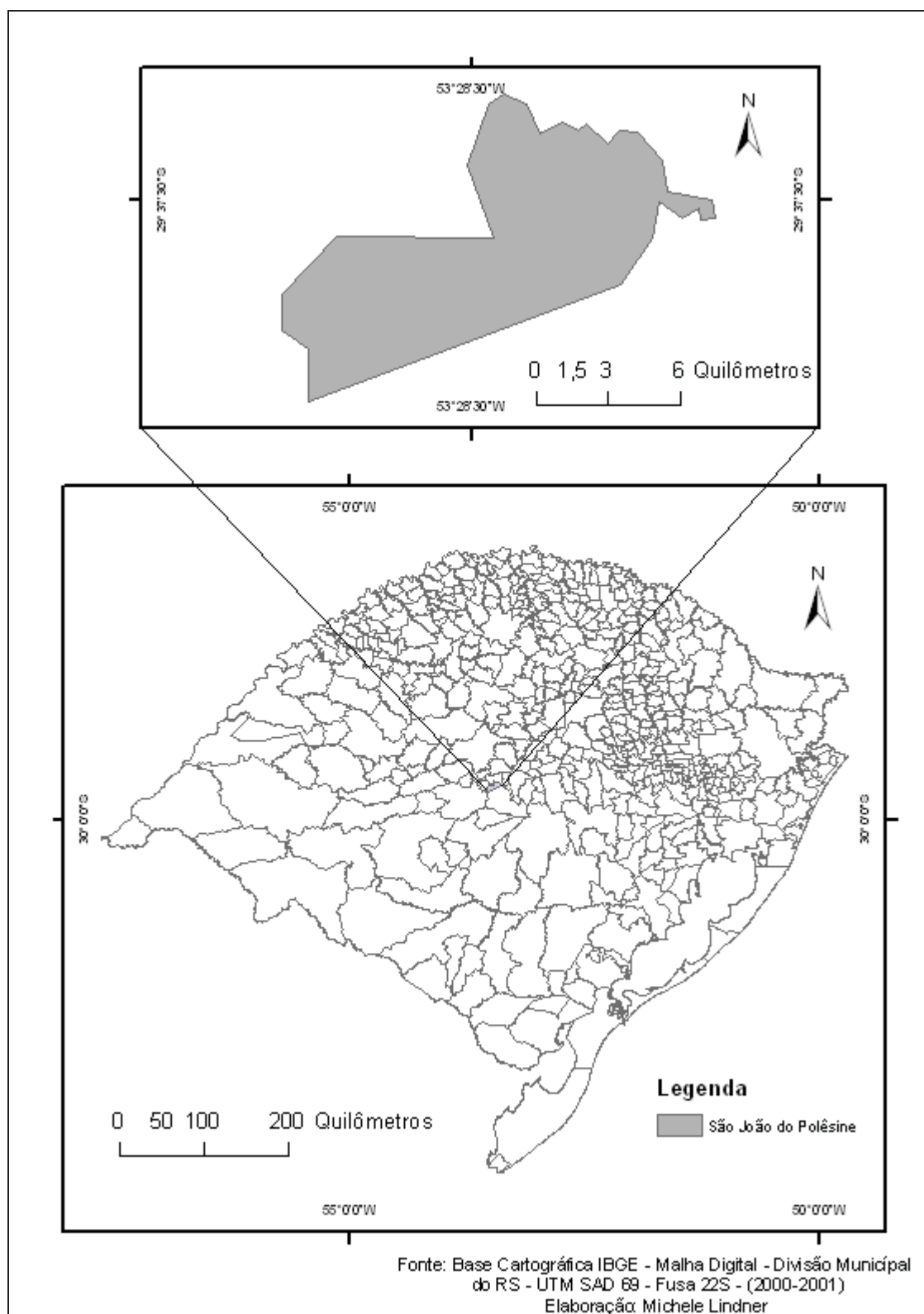


Figura 07 – Localização do município de São João do Polêsine em relação ao Estado do Rio Grande do Sul

A área atualmente ocupada pelo município de São João do Polêsine pertencia primeiramente à família Martins, passando para a família Sertório Leite e então para Manuel Py. As primeiras famílias de imigrantes chegaram ao local em 1890 reimigrados das colônias de Bento Gonçalves e Silveira Martins, devido ao esgotamento de lotes nestas, assim chegaram ao local as famílias Dalmolin, Michelotti e Rossarola, seguidas por mais 30 famílias. A venda dos lotes aos imigrantes era promovida por Manuel Py, proprietário das terras na época.

Dessa forma, primeiramente conhecido como Terras de Manuel Py, a mudança do nome do local se deu devido as suas belas paisagens, em uma planície localizada entre vales e morros, o que chamou muita atenção dos imigrantes italianos que viram semelhança as planícies do Rio Pó ao norte da Itália. Dessa forma, por ser uma região similar ao Polêsine italiano os habitantes resolveram assim denominar o local e após a escolha do padroeiro São João, passou a chamar-se São João do Polêsine (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001). Imagens dos primeiros tempos da localidade de São João do Polêsine são demonstradas na figura abaixo:



Figura 08 – Vista da localidade de São João do Polêsine

Fonte: Acervo de Giordano Ceretta, 2009.

O município de São João do Polêsine foi criado pela Lei Estadual Nº 9.601, de 20 de março de 1992, sendo constituído na sua época de criação por dois distritos, um com o mesmo nome do município e o outro Vale Vêneto, ambos oriundos do município de Faxinal do Soturno. No ano de 2003 a Câmara Municipal cria o Distrito de Recanto Maestro, com área desmembrada do Distrito de Vale Vêneto, passando o município de São João do Polêsine a ser composto por três distritos.

Vale Vêneto que foi a referência de religiosidades e educação da Colônia Silveira Martins (área abrangida hoje pela Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana), é considerado o distrito mais importante do município devido a suas potencialidades turísticas em especial o turismo religioso. A igreja localizada no distrito, Igreja de Corpus Christi, inaugurada em 12 de dezembro de 1909, começou a ser construída nas últimas décadas do século XIX, tendo levado 20 anos até sua conclusão. Outro destaque no local é o Museu do Imigrante Italiano, fundado em 1975 e considerado o maior acervo histórico-italiano no RS. Da mesma forma, destaca-se no local o Calvário de Vale Vêneto, construído em 1913, tendo em seu percurso as 14 estações de crucificação de Cristo, o qual é percorrido todas as Sextas-feiras Santas por moradores e turistas (PISSUTI, 2005).

Pode-se dizer que o Distrito de Vale Vêneto é o local do município onde as tradições dos antepassados que colonizaram a região são mais preservadas e difundidas através das festividades, com seus almoços e jantares típicos. Sua festividade de maior expressão é a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, realizada em conjunto com o Festival Internacional de Inverno da Universidade Federal de Santa Maria, evento que conta com a presença de pessoas de diversos estados e países e é organizado pela comunidade local e Prefeitura de São João do Polêsine em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria.

Esse distrito possui uma beleza peculiar, e é considerado o distrito turístico do município, atraindo diversas pessoas não só para seus eventos, como para a participação de trilhas e caminhadas guiadas, dando dessa forma projeção externa para Vale Vêneto e para São João do Polêsine. As imagens do local (Figura 09 – A, B, C e D) mostram a sua arquitetura típica cercadas por paisagens naturais.



Figura 09 – Imagens do distrito de Vale Vêneto

Fonte: Michele Lindner, 2009/2010.

Já o distrito de Recanto Maestro é um espaço que se difere do restante do município, pois não guarda mais as características coloniais presentes no município. O Distrito pode ser caracterizado como um “condomínio fechado” cujos proprietários são externos a região, possui uma arquitetura peculiar, com construções em estilo OntoArte (Figura 10 – A, B e C). Denominado de Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista, a idéia de sua construção nasceu no dia 09 de fevereiro de 1988, após uma palestra de seu idealizador Antônio Meneguetti na cidade de Santa Maria, o qual dirige o desenvolvimento do Recanto Maestro através da iniciativa privada nos últimos 20 anos. O local é composto pela Faculdade de Administração Antônio Meneguetti, restaurantes, hotel, pousada, condomínio residencial e centro empresarial (RECANTO MAESTRO, 2010).



Figura 10 – Imagens do distrito de Recanto Maestro

Fonte: Michele Lindner, 2009/2010.

O outro Distrito, a Sede, ou seja, a cidade de São João do Polêsine possui como principal função a administração pública e a concentração de comércio e serviços do município. É a Sede que concentra a maior densidade de população urbana, sendo este local o foco principal deste estudo.

A cidade de São João do Polêsine configura-se como uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, formada por poucas ruas, bastante arborizada, tem como seus principais símbolos a Igreja Matriz São João Batista (Figura 11 – A), cuja construção teve início no ano de 1949, sendo concluída em 1955. Essa Igreja veio substituir a antiga Capela construída no ano de 1916, construída pelos imigrantes em substituição a primeira Capela de madeira, que datava do ano de 1899. Essa Igreja católica, como em muitas outras cidades pequenas, ocupa lugar central na cidade, localizando-se na praça ao lado do Salão Paroquial (Figura 11 – B). Outro símbolo da cidade, também de caráter religioso é o monumento dedicado a Nossa Senhora Salete,

Padroeira dos Agricultores (Figura 11 - D), construído em 1967 para agradecer as colheitas. Localizado em um local privilegiado, no alto de seus 77 degraus, tem-se uma vista da área urbana e parte da área rural do município, tendo para os habitantes de São João do Polêsine a simbologia de que a Virgem olha do alto pelos seus agricultores. Outro símbolo, e talvez o mais conhecido da cidade, é a antiga Máquina a Vapor (Figura 11 – C), localizada na avenida principal (Avenida São João), essa Máquina era utilizada pelos imigrantes para irrigar as lavouras de arroz.



Figura 11 – Imagens da cidade de São João do Polêsine

Fonte: Michele Lindner, 2009/2010.

A paisagem concreta, imobilizada através da arquitetura da cidade revela uma mescla de antigos casarões coloniais e construções mais recentes. Muitos sobrados e casas antigas que pertenceram aos imigrantes italianos e seus descendentes foram destruídas, tanto na cidade de São João do Polêsine como no distrito de Vale Vêneto. Os poucos casarões coloniais (Figura 12 – A e B) que ainda restaram, revelam as origens da ocupação da cidade e as raízes culturais de seus habitantes. Nesse sentido remete-se ao

estudo de Filippon (2007), sobre as casas dos imigrantes italianos na Serra Gaúcha, na qual a autora ressalta que as casas e suas dependências representam “[...] espaços cheios de significados decorrentes da interação de seus moradores, que carregam consigo seus valores, seus hábitos, sua cultura” (FILIPPON, 2007, p. 138).



Figura 12 – Casarões coloniais na cidade de São João do Polêsine

Fonte: Michele Lindner, 2009.

Nesse sentido, percebe-se que sob a aparência estática da paisagem se esconde todo o dinamismo do seu processo de existência, produto de relações fundamentadas em contradições, em que o ritmo da mudança se dá no ritmo das relações sociais. A paisagem é humana, histórica e social. O movimento escondido na forma pode ser observado através do grau de conservação, arquitetura e tipo das construções (CARLOS, 1994).

Segundo Carlos (1994, p. 35), “a dimensão de vários tempos está impregnada na paisagem da cidade”. Assim, a arquitetura preservada em uma cidade demonstra a sua história passada e presente. Os hábitos e os costumes da população de uma cidade estão impressos em sua paisagem estática, através das construções funcionais e monumentos. Portanto, a paisagem é um reflexo da sociedade do lugar, revelando através de suas formas toda uma dinâmica da vida das pessoas que ali habitam.

São João do Polêsine teve durante muito tempo, como característica a permanência da maior parte de seus habitantes residindo na área rural do município. Contudo, de acordo com os dados do último Censo Populacional do IBGE, esse quadro teve uma pequena mudança, que revelou que no ano base de 2010, 51% de seus habitantes estariam residindo nas áreas consideradas urbanas desse município, ou seja, do conjunto total de 2.635 habitantes, 1.354 são habitantes urbanos. Contudo, trata-se

ainda de uma pequena superioridade numérica da população urbana sobre a rural, uma diferença de apenas 73 pessoas.

No entanto, mesmo com a população urbana tendo superado a rural, ainda torna-se muito clara a vocação agrícola do município, perceptível na ocupação de sua área pelas lavouras de arroz, como se pode visualizar no Mapa de Uso e Ocupação do Solo do Município de São João do Polêsine (Figura 13). Essa vocação agrícola é visualizada na paisagem, através de suas extensas áreas de lavouras de arroz irrigado nas planícies do delta do Rio Jacuí, característica esta também citada em Polêsine (2009 p. s/n): “A vocação para trabalhar a terra fica visível antes mesmo de chegar-se em São João do Polêsine, quando as plantações de arroz indicam ao visitante que a cidade está próxima”.

Assim, é notável não apenas na paisagem, que se trata de um município de economia agrícola, mas também na suas especializações comerciais e industriais voltadas para esse ramo, sendo perceptível que a sua principal função, impulsiona as demais. Contudo, o produto agrícola de maior destaque na economia do município é o arroz, sendo que no ano de 2009 o valor gerado pela sua produção representou 79% do valor total da produção agrícola municipal. Segundo os dados apresentados na Tabela 07, referentes a Produção Agrícola Municipal, além do arroz, que representa a grande cultura municipal, o município também produz uma diversidade de produtos, muitos voltados apenas para o consumo interno.

Carta de Uso e Ocupação do Solo do Município de Polesine - R.S.

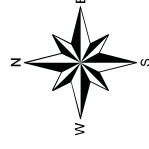
Legenda

- Cursos da Água
- - - Curvas de Nível
- Municípios do Entorno

Uso e Ocupação do Solo

Tipos

- Vegetação
- Reflorestamento
- Cultura de Arroz
- Outras Culturas
- Solo Exposto
- Urbano
- Área Úmida
- Espelho d'Água



1:83.976

Datum: Córrego Alegre UTM Fuso 23 °S.

Fonte: INPE Imagem Landsat
Fev/ 2010 e Laboratório de
Sensoriamento Remoto
da Universidade Federal de
Santa Maria.

Orientação e Adaptação:
Bacharel e Ms. Michele Lindner
Execução Técnica: Tadeu C. Gaspareto
Abril de 2011

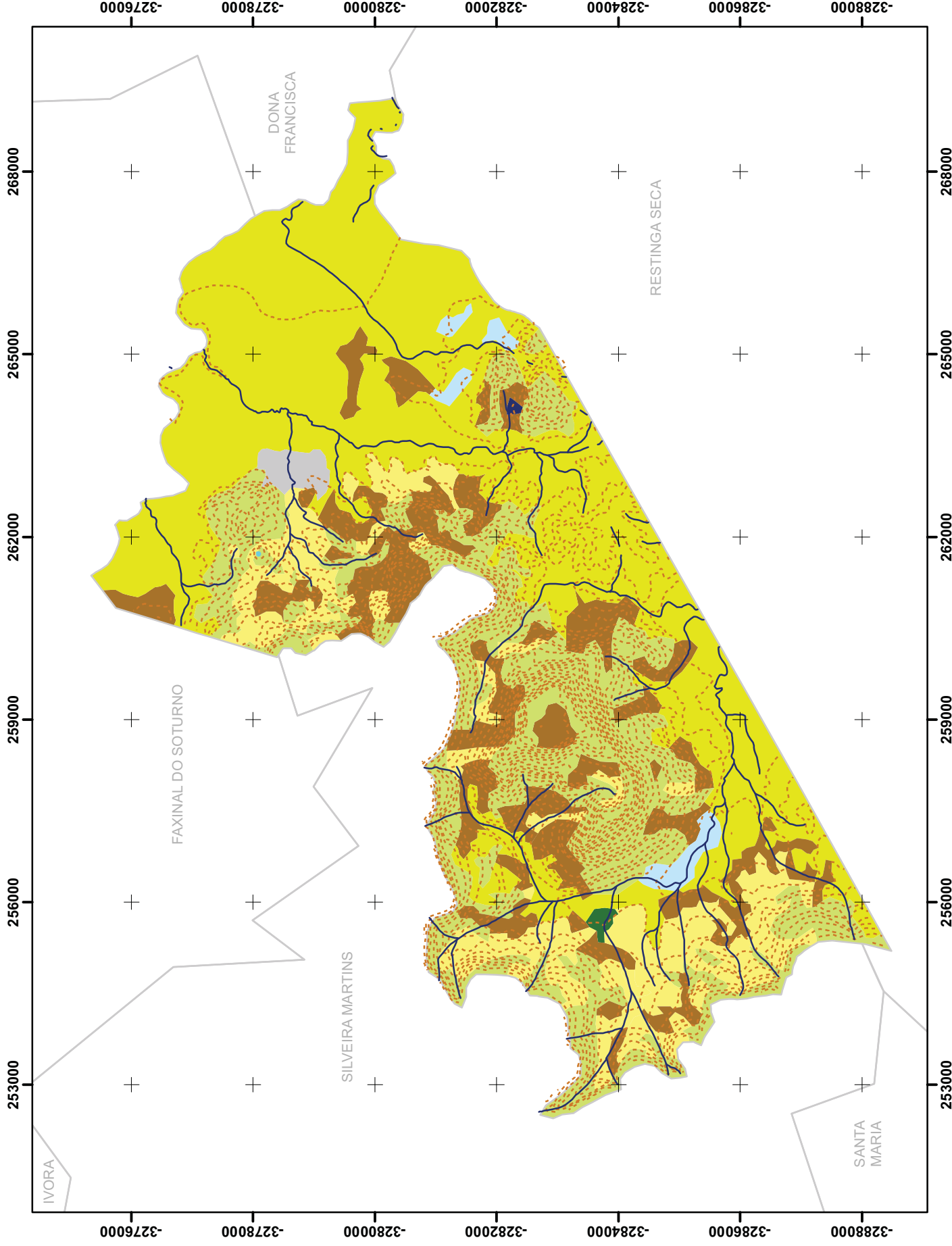


Figura 13 - Carta de Uso e Ocupação Solo do Município de Polesine - R.S.

Tabela 07 - Produção Agrícola Municipal – São João do Polêsine

	Valor da produção (mil reais)								
	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	
Lavoura Temporária	Amendoim (em casca)	-	-	-	-	23	0,22	22	0,20
	Arroz (em casca)	5.045	72,67	5.214	73,98	8.232	78,02	8.510	78,97
	Batata Doce	74	1,07	62	0,88	65	0,62	76	0,71
	Batata Inglesa	60	0,86	80	1,14	53	0,50	58	0,54
	Cana-de-açúcar	187	2,69	240	3,41	250	2,37	224	2,08
	Cebola	33	0,48	31	0,44	46	0,44	28	0,26
	Feijão (em grão)	41	0,59	43	0,61	75	0,71	80	0,74
	Fumo (em folha)	168	2,42	90	1,28	143	1,36	153	1,42
	Mamona (baga)	-	-	2	0,03	-	-	-	-
	Mandioca	396	5,70	288	4,09	266	2,52	274	2,54
	Melancia	16	0,23	14	0,20	12	0,11	10	0,09
	Melão	3	0,04	3	0,04	7	0,07	6	0,06
	Milho (em grão)	131	1,89	176	2,50	236	2,24	182	1,69
	Soja (em grão)	285	4,11	342	4,85	583	5,53	624	5,79
	Tomate	26	0,37	33	0,47	39	0,37	27	0,25
Lavoura Permanente	Banana (cacho)	173	2,49	173	2,45	165	1,56	144	1,34
	Caqui	4	0,06	4	0,06	12	0,11	10	0,09
	Figo	-	-	-	-	9	0,09	9	0,08
	Goiaba	2	0,03	2	0,03	-	-	-	-
	Laranja	178	2,56	156	2,21	162	1,54	177	1,64
	Limão	1	0,01	1	0,01	1	0,01	1	0,01
	Pêssego	53	0,76	46	0,65	43	0,41	41	0,38
	Tangerina	3	0,04	4	0,06	4	0,04	3	0,03
	Uva	63	0,91	74	1,05	125	1,18	117	1,09
Total		6.942	100	7.048	100	10.551	100	10.776	100

Fonte: IBGE (2011) - Produção Agrícola Municipal

Os rendimentos e a participação da cultura do arroz no total da produção agrícola municipal vem crescendo gradativamente desde o ano de 2006. Destaca-se que de 2006 em relação a 2009 houve um aumento de cerca de 6,3% da participação do produto no valor total da produção agrícola, além do total do valor gerado pela produção ter subido cerca de 40,72.

Entre as outras culturas que se destacam no município, esta a soja, a qual no ano de 2009 teve uma participação de 5,79% no valor total da produção agrícola municipal, seguida pela cultura da mandioca, com participação de 2,54% e da cultura de cana-de-açúcar com participação de 2,08% no valor total da produção.

O município também investe na fruticultura, na produção de banana, caqui, figo, laranja, limão, pêssego, tangerina e uva, porém destas, apenas a produção de laranja (1,64%), de banana (1,34%) e de uva (1,09%), possuem um percentual significativo no valor total da produção agrícola municipal.

Outra atividade econômica que vem ganhando cada vez mais importância no município é o turismo, o qual vem sendo muito incentivado pelos órgãos públicos,

representando além uma alternativa de renda extra para a população municipal, uma atividade com potencial de trazer muitas contribuições para o desenvolvimento local. Com atrações individuais e integradas aos outros municípios da Quarta Colônia, através de projeto do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), o turismo na localidade vem crescendo e tornando-se uma atividade de destaque.

As iniciativas da promoção de atividades turísticas na região não são recentes, tendo começado ainda antes da emancipação de São João do Polêsine, quando a Sede e o Distrito de Vale Vêneto ainda eram distritos da cidade de Faxinal do Soturno. Suas raízes estão no Projeto Identidade que foi desenvolvido a partir de ações de animação sociocultural, que começaram após a emancipação do município de Silveira Martins no ano de 1988 (ITAQUI, 2002).

Nesse processo de buscar entender as questões pontuais da realidade local, foram sendo identificados elementos materiais e imateriais que faziam parte significativa da cultura local, mas que não eram reconhecidos como importantes para a subjetividade individual ou coletiva dos grupos de moradores (ITAQUI, 2002, p.23).

Dessa forma, o 1º Fórum Cultural da Quarta Colônia, organizado a partir de ações do Projeto Identidade, reuniu não só os municípios da Quarta Colônia como diversos outros municípios do estado do Rio Grande do Sul, interessados em discutir sua história. No ano de 1992 realizou-se o 2º Fórum Cultural da Quarta Colônia, com uma temática voltada para a educação patrimonial e que resultou em um Projeto Piloto de Museologia Popular. No ano de 1994 durante a realização do 3º Fórum Cultural da Quarta Colônia, o presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), com apoio da Comissão de Tombamento da Mata Atlântida do RS, propôs que o município de Silveira Martins fosse uma das Áreas Piloto de Reserva da Biosfera do Estado, sendo a proposta estendida para os demais municípios da Quarta Colônia (ITAQUI, 2002).

No ano de 1995 a partir do Projeto de Execução Descentralizada (PDE), integrante do Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente (PNMA), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, elaborou-se o processo de detalhamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS). Esse Projeto foi composto por quatro subprojetos integrados: Manejo dos Recursos Naturais da Quarta Colônia; Desenvolvimento da

Agricultura Ecológica; Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e Educação Ambiental. Para a execução do PRODESUS foi necessário criar um instrumento de articulação, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), que além de responder as necessidades administrativas do PRODESUS tinha como objetivo criar projetos para captar recursos e executar ações de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia (ITAQUI, 2002).

Por meio do PRODESUS foram implantados os Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana, dos quais o município de São João do Polêsine participa atualmente com dois Roteiros. O Roteiro das Pedras Brancas, que engloba visitas a cidades e caminhada até o mirante natural das Pedras Brancas e o Roteiro do Vale Vêneto, que engloba visitas à cidade, as igrejas e grutas no interior do município, ao Museu do Imigrante, a um Moinho, um Balneário e ao Distrito de Recanto Maestro.

Além desses Roteiros integrados a outros da Quarta Colônia, o município possui mais atrativos turísticos individuais, como as Trilhas de Vale Vêneto. Entre estas tem-se a Trilha do Moinho, na qual os visitantes apreciam a beleza natural do local aliada a cultura dos imigrantes italianos. A Trilha tem duração média de cinco horas e termina com a chegada em uma queda d'água, a Cascata Moinho. Além desta existe a Trilha da Pedra da Gruta, percorrendo um trajeto de cerca de quatro quilômetros entre vales e montanhas, a Trilha de São Valentin, que em seu trajeto passa por uma Capela de mesmo nome construída no ano de 1893, ruínas de casas coloniais culminando na Cascata das Pedras Brancas e a Trilha da Pedreira, que segue margeando um pequeno riacho (NARDI, 2007). Estas atividades têm uma grande procura, principalmente por moradores oriundos de áreas urbanas das cidades próximas, em especial Santa Maria.

Também entre os atrativos turísticos do município estão alguns eventos, entre eles o Festival Internacional de Inverno da UFSM e Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, o qual representa uma das principais atrações turísticas do município de São João do Polêsine. Caracterizado como um evento acadêmico e cultural é através deste que o nome do pequeno distrito de Vale Vêneto é projetado em nível nacional e internacional.

Outro evento de grande importância no município é Festa Regional do Arroz, esse evento é o segundo que mais atrai turistas no município. A Festa Regional do Arroz acontece em todo o mês de maio, desde o ano de 1955. Esse evento realizado para comemorar a colheita do principal produto agrícola da economia municipal, também conta com a participação de diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul e tem como principais atrações palestras, desfiles, festival gastronômico, shows, passeios, missa, almoço e baile. Essa festividade organizada pelo Conselho Paroquial da Igreja Matriz São João Batista, Associação Comercial, Industrial, de Serviços e da Agricultura (ACISA) e Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, também é caracterizada pela participação direta da comunidade local, que trabalha em todas as etapas de sua organização, portanto trata-se de um evento que assim como o Festival de Inverno da UFSM e a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, gera empregos temporários para a população do município e atrai turistas de diversos locais, principalmente dos municípios da Região da Quarta Colônia e de Santa Maria.

Destaca-se que o turismo de eventos, tem representado a principal fonte de atração de turistas ao município, em suas tradicionais festividades. Contudo, existem também outros importantes atrativos turísticos do município, os quais representam símbolos da história e da religiosidade do povo de São João do Polêsine. Na Sede do município encontram-se dois importantes pontos turísticos o Monumento a Nossa Senhora Salete, padroeira dos agricultores, e a Igreja Matriz São João Batista (Figura 14 – A), localizada na praça central. Na área rural, os principais pontos turísticos são a antiga casa do Diácono João Luis Pozzobon³ (Figura 14 – B), religioso em processo de canonização, que em vida dedicou-se a cuidar de pobres e doentes e viajou por muitos países divulgando sua campanha e a igreja de São Pedro (Figura 14 – C), na qual o religioso fez a 1ª Comunhão, recebeu a Crisma e casou-se em 1928.

³ Nascido em 12 de dezembro de 1904 em Ribeirão, São João do Polêsine – RS, cresceu em uma família de imigrantes italianos profundamente religiosos. No ano de 1948 consagrou-se à Mãe e Rainha Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt no Santuário Tabor de Santa Maria - RS. No ano de 1972 foi ordenado Diácono permanente e dedicou a sua vida a levar a Mãe e Rainha às famílias, hospitais, escolas e presídios, rezando o terço, aconselhando os casais, crianças, doentes, consolando os presos. Em 1952 fundou em Santa Maria a Vila Nobre da Caridade para dar abrigo aos pobres e no ano de 1950 recebeu a imagem da Mãe e Rainha para levá-la às famílias. Para divulgar a sua Campanha do Rosário viajou para América Latina, Alemanha, França, Portugal, Itália e Roma onde recebeu em 1979 a benção do Papa João Paulo II. Faleceu no município de Santa Maria no ano de 1985 em um acidente indo para a missa. Seu processo de canonização foi aberto dia 12 de dezembro 1994 em Santa Maria – RS (POSTULADOR, 2010).

No Distrito de Vale Vêneto além do Seminário Rainha dos Apóstolos e da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes, o turismo religioso tem como atrativos a igreja de Corpus Christi e Morro do Calvário (Figura 14 – E) com as 14 estações de crucificação de Cristo, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes (Figura 09 – D) e o Capitél⁴ de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia (Figura 14 – F).

Assim, percebe-se que essa atividade, que tem representado um incremento na renda de muitos habitantes locais, também representa um fonte de animação sócio-cultural, visto que seus principais atrativos turísticos estão diretamente relacionados a cultura local, marcadamente a religiosidade da população, herança cultural da colonização italiana na região.



Figura 14 – Imagens dos atrativos do turismo religiosa no município de São João do Polêsine

Fonte: Michele Lindner, 2009/2010.

⁴ Os capitéis, ou pequenas capelas, dedicadas aos santos de devoção de um grupo, ou de algum indivíduo, surgiram simultaneamente às capelas, mas em maior número, por serem de mais fácil arquitetura e não exigirem avultados gastos. A construção do capitél, embora em muitos casos tenha surgido da associação de várias famílias, na maioria das vezes parece ter surgido mais de promessas individuais. Esses pequenos templos não chegaram a criar tradições comunitárias como a capela, que tinha privilégio de encomendar missas de prepara catequese para a primeira eucaristia e, principalmente, de ter uma comunidade reconhecida pelos sacerdotes do lugar. (BONI; COSTA, 1982).

Contudo, é possível perceber o quanto a atividade turística é importante no município, que busca explorar sua história e seus modos de vida como atrativos. Nesse contexto, as festividades assumem um caráter especial, pois além de atrair um grande número de visitantes, proporcionarem o convívio social da população, também geram inúmeros empregos diretos e indiretos, trazendo um incremento na renda familiar. Portanto, é necessário destacar que a atividade turística vem crescendo constantemente neste município de economia agrícola e se tornando uma das principais atividades econômicas do local.

5.3. A dinâmica espacial e social do pequeno município e as ruralidades

Para entender a organização do espaço de um pequeno município como São João do Polêsine é necessário que se entenda a sua dinâmica espacial e social. Os pequenos municípios possuem identidades espaciais e sociais muito fortemente influenciadas por questões culturais, o que em diversos casos remetem-se os modos de vida do rural. Muito relacionadas a economia e dimensão populacional, as ruralidades são traços marcantes nesses locais, que se encontram enraizadas nas formas de falar, de pensar, de se socializar, de comer, vestir, produzir, construir, ou seja, nas formas de viver e organizar seu espaço.

Nesse sentido, esse subitem vem apresentar os resultados desse estudo, procurando demonstrar a presença concreta e simbólica dessas ruralidades no local de análise. Os dados aqui apresentados obtidos em pesquisas de campo, resgates bibliográficos e demais formas de coletas de informação, foram sistematizados visando demonstrar a força da cultura rural na dinâmica espacial e social de São João do Polêsine.

5.3.1. O processo de crescimento e as funções urbanas no pequeno município

O crescimento urbano tem cada vez mais se tornado uma realidade muito presente e discutida no mundo contemporâneo. A rápida expansão das grandes cidades e suas áreas de influência, geraram mudanças significativas na economia e nos modos de vida de diversos lugares. Relacionado ao afastamento das características rurais e da

dependência das atividades agrárias, para a emergência da dominação das cidades e dos valores urbanos, o processo de crescimento das cidades, trás consigo além de uma série de equipamentos urbanos (abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado) e serviços (transportes coletivos, educação, saúde pública, entre outros), concentração demográfica, comercial e industrial.

Porém, o crescimento urbano ocorre de diferentes formas em diferentes locais. A realidade brasileira é muito ampla e distinta, coexistindo no território nacional cidades com altos índices de urbanização, as chamadas metrópoles, até cidades tão pequenas, que se assemelham a vilarejos rurais, locais os quais o processo de crescimento urbano teve pequena penetração.

Os estudos relacionados ao crescimento urbano e a urbanização das pequenas cidades brasileiras vem crescendo ao longo dos anos, buscando demonstrar as especificidades dessas unidades espaciais. E é nesse sentido que Endlich (2009), chama a atenção para que as pequenas cidades não correspondem a miniaturas das grandes cidades e sim uma expressão do urbano com feições específicas, as quais são expressas pelo cotidiano de seus habitantes marcados por atributos que confirmam essa natureza diversa.

A área do pequeno município pesquisado, São João do Polêsine, teve seu processo de ocupação iniciado no ano de 1890 com a chegada dos primeiros imigrantes ao local. No entanto, somente no dia 1 de janeiro de 1993, ou seja, cerca de 103 anos após sua ocupação, houve a instalação oficial do então município. A partir dessa data, constituindo uma sede urbana e administrativa o desenvolvimento do processo de crescimento urbano pode ser impulsionado, como é percebido nas palavras de um sujeito entrevistado representante da administração pública local.

- *“Depois da emancipação ele cresceu bastante, varias empresas foram constituídas e também vários estabelecimentos públicos de prestação de serviços foram instalados”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

Mesmo com o processo de crescimento urbano em curso, ao pensarmos nas áreas urbanas de pequenas cidades de interior, como na área analisada, logo temos em

mente que a organização espacial desses espaços difere-se muito da organização de médias ou grandes cidades. Ou seja, o seu crescimento se dá em um ritmo diferente, o qual respeita as necessidades locais.

O ritmo do crescimento urbano de uma cidade pode ser percebido através da observação de sua materialidade e dinâmica social. Em um primeiro momento, a observação da paisagem nos permite captar diversas impressões sobre um determinado local, como estágio que se encontra o seu desenvolvimento urbano, a sua organização espacial, além de nos permitir desvendar algumas peculiaridades locais. Nessa perspectiva Carlos (1994), chama a atenção para que a paisagem urbana aparece como o “instantâneo” registro de um momento, como manifestação formal ela revela a dimensão aparente, imediatamente perceptível da produção espacial. Dessa forma, a organização do espaço pode ser percebida imobilizada na cidade, através de sua arquitetura, suas ruas, praças, comércio, indústria, serviços, entre outros diversos elementos perceptíveis através de uma observação atenta.

A área construída da sede urbana do município estudado é caracterizada por uma pequena concentração de edificações, formada por residências, estabelecimentos comerciais e de serviços, edificações da administração pública municipal, igreja e as dependências ligadas a ela, além de algumas indústrias de pequeno porte.

Ao observar a Figura 15, que nos mostra além da distribuição das edificações, uma imagem da cidade de São João do Polêsine, torna-se marcante as áreas verdes e as áreas agrícolas nas cercanias da cidade, as quais muitas vezes intercalam-se com o urbano. Essa percepção da cidade de São João do Polêsine foi identificada no discurso de um dos sujeitos entrevistados, na qual a Doutoranda em Geografia, 27 anos (Grupo 3), caracteriza processo de desenvolvimento urbano do local como:

- *“Descontínuo, marcado por um pequeno aglomerado de casas e comércio intercalado com paisagens naturais”.*

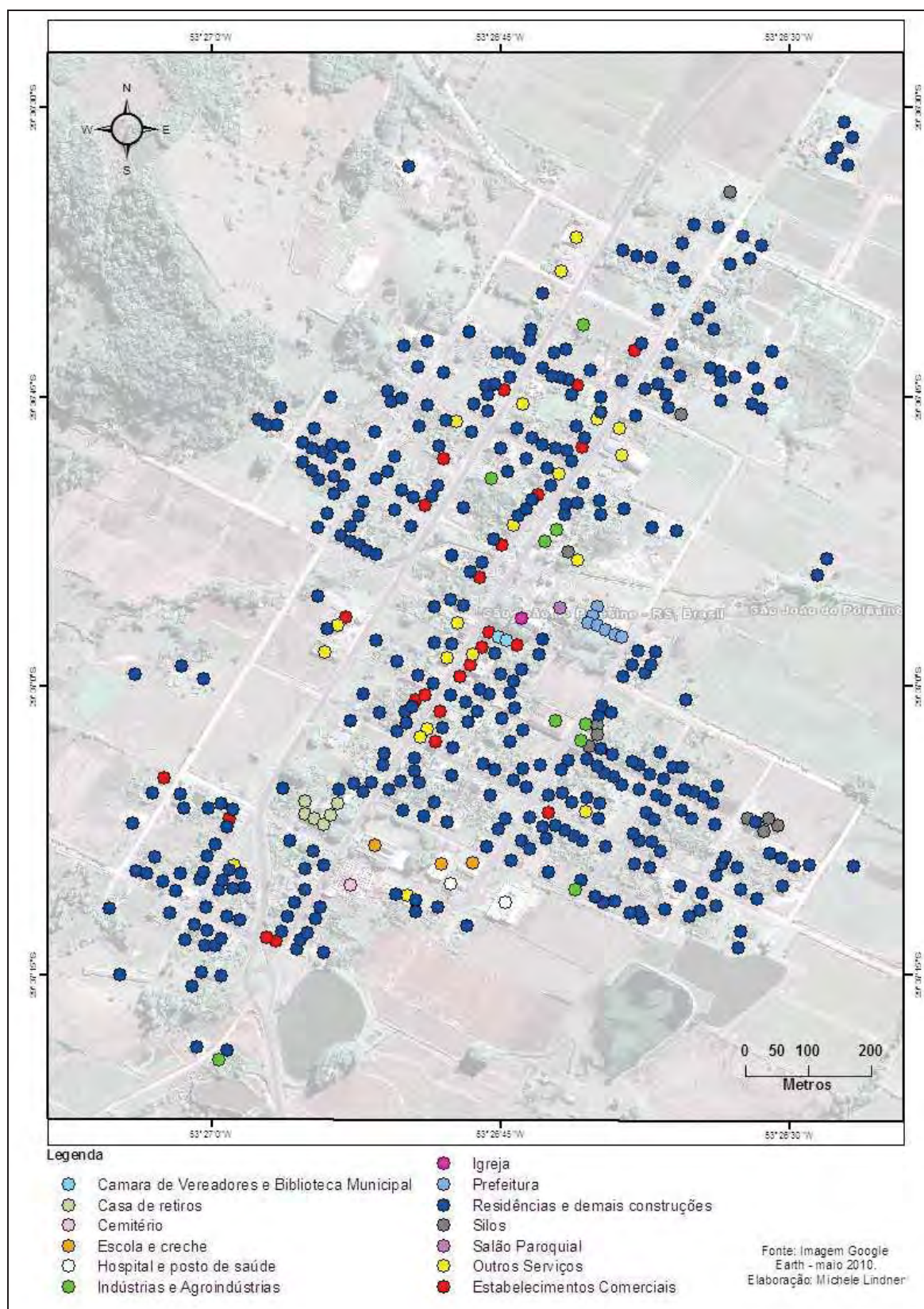


Figura 15 – Imagem da cidade e suas edificações: São João do Polêsine, RS

As dimensões construídas e densidades populacionais reduzidas das pequenas cidades diversas vezes também vêm a influenciar na forma e na dimensão de seus serviços. Assim concorda-se com Santos (1989), quando ele coloca que a cidadezinha é a matriz que atende as necessidades de uma população e que essas necessidades variam de acordo com a densidade demográfica, comunicações, economia da região e comportamento sócio-econômico dos habitantes.

São João do Polêsine é um município de economia agrícola, sendo essa sua principal função, o que leva grande parte das funções da cidade a convergirem para serviços ligados à agricultura, ocorrendo o mesmo com as indústrias do município. Essas características também foram identificadas por Pissuti (2005), em seu estudo sobre o município de São João do Polêsine, no qual é possível perceber que muitas indústrias do município são voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas.

A referida autora identificou a existência de poucas indústrias no município, chamando a atenção para que entre estas o destaque é das agroindústrias que produzem pão, biscoitos, massas, queijos, doces e vinhos que são comercializados com municípios vizinhos, como Santa Maria. A indústria de beneficiamento de arroz também é destaque no município, contando com três descascadores na área urbana, além disso, possui um moinho para o processamento do milho, duas cooperativas (CAMPAL – unidade da Cooperativa Mista de Nova Palma e Cooperativa Agrícola Mista Santo Isidoro LTDA - COOPSIL), três indústrias moveleiras e três pequenas metalúrgicas que produzem implementos agrícolas (PISSUTI, 2005).

De forma semelhante ao estudo de Pissuti (2005), as especializações das indústrias locais também foram reconhecidas nas falas de alguns sujeitos entrevistados:

- *“Mais é de implementos agrícolas, o que mais tem é agroindústrias, indústria mesmo tem ali a parte das cooperativas”* (Grupo 2 – Prefeita, 45 anos).

- *“[...] ta baseado na agricultura, nas pequenas indústrias de produtos agroindustriais”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- *“[...] matéria-prima aqui seria só matéria agrícola e a industrialização moinhos descascadores e praticamente é isso e aquela indústriazinha, agroindústria”* (Grupo 2 – Padre, 78 anos).

Da mesma forma, como percebe-se que as indústrias são voltadas para a principal função do município, o tamanho e a quantidade das mesmas também são pertinentes ao tamanho da pequena cidade. Essas características podem ser percebidas na forma como alguns sujeitos qualificam as indústrias do local:

- *“As indústrias existem em pequeno numero e são de pequeno porte [...], geram poucos empregos e não absorvem a mão-de-obra excedente”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- *“Pouca indústria, por isso também que não tem emprego”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- *“Indústria grande não vão vir porque quem vai consumir”* (Grupo 2 – Padre, 78 anos).

Contudo, o porte pequeno não configura uma característica apenas das indústrias de São João do Polêsine, mas também do comércio e dos serviços disponíveis. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empresas do ano de 2006 do município de São João do Polêsine, disponibilizados pelo IBGE (2010), o município possuía neste ano, um total de 174 empresas, sendo destas, uma indústria extrativa, 50 indústrias de transformação, uma empresa de construção, 69 empresas de comércio, 12 de alojamento e alimentação, uma de transporte, armazenagem e comunicação, 10 de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, uma de administração pública, defesa e seguridade social, duas de educação e 27 de outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Contudo, dados nos demonstram que a grande maioria, ou seja, uma proporção de 91% do total dessas empresas são empresas de pequeno porte com até quatro empregados, conforme pode-se observar na Tabela 08, que demonstra o número de empresas conforme o pessoal ocupado.

Tabela 08 - Faixa de pessoal ocupado em empresas e outras organizações no município de São João do Polêsine - 2006

Faixas de pessoal ocupado	Empresas	
	Unidades	%
0 a 4	159	91,4
5 a 9	11	6
10 a 19	3	2
20 a 29	-	-
30 a 49	-	-
50 a 99	1	0,6
100 a 249	-	-
250 a 499	-	-
500 e mais	-	-
Total	174	100

Fonte: IBGE (2010) - Cadastro Central de Empresas.

Os dados apresentados relativos ao pessoal ocupado no município demonstram que as empresas que ali se encontram, apenas com uma exceção, não possuem mais que 19 empregados. A única ocorrência na faixa de 50 a 99 empregados trata-se da administração pública municipal, a qual representa a maior fonte empregadora deste pequeno município. Embora não se tenha informações oficiais do ano de 2011 sobre essa questão, segundo informações do Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, a administração pública municipal ainda continua sendo a maior empregadora do município, contando atualmente com um total de 95 pessoas ocupadas em empregos diretos, muitos dos quais representam trabalhadores multifuncionais, pois estão ocupados também em atividades agropecuárias.

No que tange a configuração espacial da cidade de São João do Polêsine, a sua composição formada por poucas ruas, nos permite identificar a presença de alguns estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, dos quais a maior parte deles encontram-se localizados na avenida central da cidade (Figura 16 – Escola Estadual João XXIII – A; Banco do Brasil e Banrisul – B; Moinho de Arroz – C; Rodoviária - D) e em suas proximidades.



Figura 16 – Imagens de estabelecimentos localizados na Avenida São João

Fonte: Michele Lindner, 2009.

A observação da área construída, atividade que pode ser realizada durante uma caminhada a pé por toda a área de abrangência da cidade, possibilitou a realização do reconhecimento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços ali instalados. Assim, identificou-se a existência de dois pequenos supermercados; uma fábrica de implementos; uma estética; uma padaria; um posto da polícia militar; um posto rodoviário; um clube; uma lancheria; um sindicato de trabalhadores rurais; dois centros de atendimento social; um restaurante; uma oficina mecânica; seis lojas de roupas; seis bares; uma clínica médica; câmara de vereadores; biblioteca municipal; prefeitura; duas farmácias; uma psicóloga; duas igrejas; um salão paroquial; uma loja de calçados; três bancos; um escritório contábil; uma cooperativa; uma agropecuária; dois engenhos de arroz; um comércio de materiais elétricos; um posto da polícia civil; um

posto do conselho tutelar; uma fábrica de mandolates⁵ e sorvetes; um hospital; um posto de saúde; uma vidraçaria; uma creche; uma eletrônica; uma escola; um museu; três dentistas; uma associação; um posto da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); um posto do correio; e uma floricultura. Contudo, é necessário destacar que essa rápida observação e identificação só vieram confirmar as informações apresentadas anteriormente, que todos estes estabelecimentos tratam-se de estabelecimentos de pequeno porte.

No entanto, percebe-se que a estrutura da cidade se dá de acordo com as necessidades da população, não há muita concentração de comércio e serviços, fato que pode ser explicado pelo reduzido número de habitantes, não produzirem maior demanda.

Assim infere-se que esses locais geralmente apresentam elementos básicos para satisfazer as necessidades imediatas de suas populações. Essa e outras características da pequena cidade de São João do Polêsine foram identificadas, em alguns discursos dos sujeitos entrevistados, ao serem questionados sobre o crescimento urbano do local e sobre o comércio e serviços no município. A Tabela 09 apresenta algumas qualificações identificadas nas entrevistas realizadas com os três grupos de sujeitos.

Tabela 09 – Qualificações sobre o comércio e serviços no município de São João do Polêsine

Qualidades	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
De acordo com as necessidades locais	2	1	5
Insatisfatório / Necessita melhorias	4	-	1
Pequeno porte	1	1	1
Dependente de cidades maiores	5	2	1
Baixa concorrência	-	-	2
Estagnado	-	1	-
Apresenta crescimento	-	2	1

Fonte: Pesquisa de campo realizado nos anos de 2009 e 2010.

Org. Michele Lindner.

Com base nessas qualificações identificadas nos discursos dos sujeitos percebe-se que muitos moradores locais qualificam o comércio e os serviços da cidade como insatisfatório, necessitando de melhorias e dependente das cidades maiores próximas, como pode ser percebido em algumas falas que seguem:

⁵ Pasta de caramelo, com clara de ovos e amendoins. Também chamados de torrones, embora sua receita seja originária da Região Vêneta italiana, no Brasil representa um produto típico do estado Rio Grande do Sul.

- “[...] a gente vê uma certa deficiência ainda, não digo deficiência, carência ainda, claro a gente tá perto de um grande centro que é Santa Maria, então certos tipos de natureza de comércio é impossível, não sobrevive” (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos).

- “Não satisfaz as necessidades” (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- “Não, por exemplo, nós não temos um hotel aqui, mercados existem só dois” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “Eu acho que não, porque a gente sempre busca um pouco fora” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).

- “Eu acho que poderia melhorar, é como tem Faxinal do Soturno próximo, bem pertinho ali, tem muita coisa se não tem em Polêsine a gente vai e procura lá” (Grupo 1 - Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

A dependência também foi uma das qualificações mais presentes nas falas dos sujeitos representantes dos poderes públicos municipais. Estes chamam a atenção para que apesar das melhorias ocorridas no setor após a emancipação do município, ainda existe dependência á centros comerciais e de serviços maiores.

- “Depois da emancipação ele cresceu bastante [...] mas na minha visão o comércio é bastante incipiente e pouco diversificado, não atende totalmente a demanda da população [...] temos que se deslocar a Santa Maria que é o principal centro polarizador da Região Central” (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- “[...] ainda não achou seu caminho para desenvolver, mas tem potencial [...] estamos assim no meio de outros comércios mais fortes” (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- “Tá bem mais variado, tem mercado, tem padaria, tem oficinas, coisas que até tempos atrás nem padarias tinha” (Grupo 2 - Prefeita, 45 anos).

- “O básico nós temos, alguma coisa tu não vai achar né” (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

Já para os sujeitos externos ao lugar, a qualificação de um comércio e serviços de acordo com as necessidades da população local foi a mais citada. Essas percepções dos entrevistados se justificam por tratar-se de um local com pequena população, tendo seus serviços proporcionais a mesma.

- “[...] acredito que estejam de acordo com a demanda local, visto que, a população não parece muito numerosa” (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- “O comércio é pequeno, e existe somente o necessário” (Grupo 3 – Enfermeira, 34 anos).

- “[...] tem praticamente todos os serviços necessários para os habitantes, o que não ocorre pelo que percebi é uma concorrência significativa” (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).

- “[...] obedece o padrão característico de cidades pequenas, com comércio restringindo-se aos artigos básicos, assim como serviços básicos” (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).

- “O comércio se baseia em serviços básicos e sem muita concorrência” (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

Entre os serviços considerados mais importantes nessa pesquisa, estão o acesso a saúde e educação dos habitantes do município. Analisando o discurso do grupo de moradores locais, quando questionados sobre a necessidade de se buscar serviços fora do município, o acesso aos serviços de saúde foi um item citado. Vindo este referenciado a partir da comparação ao acesso a saúde em cidades maiores, as opiniões dos sujeitos entrevistados demonstram uma dualidade: satisfação quando se referem a atendimentos de rotina e insatisfação em atendimentos mais especializados e de maior gravidade. A fala que segue expressa essa dualidade:

- “A saúde ela é muito mais aqui do que em Santa Maria, lá demora tanto para remédios quanto para consulta, aqui tem médicos em todos os horários, alguns casos assim áreas mais especializadas ou mais urgentes é mais complicado, aí tu tem que se

credenciar aqui pelo município para a cota de vagas que o município tem no Hospital Universitário” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

Alguns dos sujeitos que informaram buscar atendimento de saúde em outro local, citaram a cidade de Santa Maria e assim como na fala do sujeito acima, o Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente o município de São João do Polêsine conta com um posto de saúde e um hospital para o atendimento da população local. Porém, o hospital, Centro Municipal de Saúde Dr. Roberto Binatto, inaugurado no ano de 2008, embora inacabado na data, funciona apenas para atendimentos de baixa complexidade, ou seja, funciona como um pronto atendimento 24 horas, não havendo internações no local. De acordo com informações do sujeito do Grupo 2 (Vereador e professor, 29 anos): - “[...] *falta instalar gerador, lavanderia, cozinha, uma serie de coisas que ainda faltam*”.

Portanto, é notável que mesmo possuindo algumas vantagens referentes a disponibilidade de médicos e acesso a remédios, os serviços de saúde ainda atendem apenas as necessidades básicas da população, continuando o mesmo dependente de outros municípios vizinhos maiores para saciar as demandas mais variadas e especializadas.

No que se refere a oferta de educação, o município de São João do Polêsine, mais especificamente o distrito de Vale Vêneto, sempre teve destaque. Durante muito tempo o Seminário Rainha dos Apóstolos, e o Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, serviram de referência para toda a região, recebendo ao longo de suas décadas de funcionamento pessoas de diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Essa realidade mudou com o fechamento dessas instituições de ensino e atualmente o município conta com quatro escolas, duas de educação infantil, uma de ensino fundamental e uma de ensino fundamental e médio, além de uma instituição de ensino superior, a Faculdade Antônio Meneguetti, localizada no distrito de Recanto Maestro e um Pólo de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Além das instituições de ensino, de acordo com informações da Secretária de Educação, o município tem incentivado muitos jovens a buscarem cursos profissionalizantes e ensino superior no município de Santa Maria, através de ajuda de custos com transportes, incentivando dessa forma, a qualificação profissional.

Ao consultar os sujeitos pertencentes aos dois Grupos residentes no local (Grupo 1 e Grupo 2), sobre se a oferta de educação satisfaz todas as necessidades da população local, pode-se perceber que entre os nove sujeitos que se manifestaram a este respeito, seis deles demonstraram estar satisfeitos, conforme pode ser percebido em suas falas:

- *“Hoje em termos de oferta satisfaz [...] temos a escola estadual e as escolas municipais”* (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- *“Eu acho que sim [...] não vejo ninguém se queixar, eu acho que ta bom”* (Grupo 1 – Artesã, 63 anos).

- *“Eu acho que sim, que ta fazendo o papel”* (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- *“Sim satisfaz”* (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- *“Acho que sim preenche todos os requisitos”* (Grupo 1 - Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

- *“O acesso a educação é muito grande”* (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos).

Entende-se a partir dos relatos que a oferta da educação no município, representada por suas escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, são suficientes para atender as necessidades da população local. Porém, ao se referirem a da situação da educação superior no município, alguns informantes ainda mostram que existe uma certa dependência a centros maiores, conforme suas falas:

- *“No município nós temos toda a educação básica totalmente gratuita, fora isso tem muitos estudantes que estão sendo incentivados pelo município fazerem cursos profissionalizantes e superior fora daqui, em Santa Maria”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- *“Até o nível da educação básica o município satisfaz totalmente as necessidades da população haja vista que temos boas escolas e em número suficiente. Contudo, quando se fala em educação profissionalizante, técnica ou superior o município não satisfaz as todas as necessidades”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- *“Só o curso superior as pessoas buscam fora”* (Grupo 2 – Prefeita, 45 anos).

Contudo, os depoimentos vem reforçar a idéia de que a pequena cidade satisfaz também nos serviços de educação apenas as necessidades básicas de sua população. Embora existam instituições de ensino superior no município, elas não estão acessíveis a todos que desejam cursar um curso superior, seja por custos financeiros ou por oferta de cursos, passando muitos destes a buscar o ensino superior fora do local.

Outro elemento que nos chama a atenção na área urbana do município refere-se à localização de determinados estabelecimentos. Nas grandes cidades as áreas industriais e comerciais localizam-se em lugares diferenciados das áreas residenciais, o mesmo não acontece nas pequenas cidades, como no caso do município de São João do Polêsine, onde essas funcionalidades, estabelecimentos comerciais, de serviços, industriais e residenciais aparecem mescladas em uma mesma área, o que pode ser observado na Figura 15 da pagina 102.

Em São João do Polêsine percebe-se a existência de diversas residências no centro da cidade. Essas constatações vêm reforçar a idéia de que em pequenas cidades no interior do Brasil, as áreas centrais ainda representam áreas nobres e muito valorizadas pela sociedade que ali vive, são vistas como áreas boas para residir e como locais de encontros para diversas atividades como lazer, trabalho, compras. Já nas grandes cidades, em especial cidades mais antigas, as áreas centrais representam locais deteriorados, utilizados mais para atividades comerciais e com pouca atratividade como área de residências para os habitantes das classes médias e altas da cidade.

Contudo, a sociedade é uma organização complexa independente de seu tamanho. Formada por uma estrutura de elementos diversos, essa organização é fundamental para a vida dos seres humanos. A organização de uma cidade está baseada na organização da sociedade, quanto maior for a cidade mais a sua sociedade estará influenciada por elementos externos, devido a rapidez da entrada e saída de informações. Já as sociedades em pequenas cidades ainda encontram-se assentadas em um âmbito mais local, trabalhando em torno de perspectivas menores e mais pontuais.

No entanto, mesmo se tratando de um caráter mais local e sem tantas diferenciações socioeconômicas a homogeneidade não poderia ser uma característica definidora para a descrição de um espaço urbano ou mesmo rural. Cada espaço é dotado

de particularidades e formado por diversos lugares em suas variadas dimensões. Porém, ao tratar de áreas de contraste urbano percebe-se que em cidades grandes a heterogeneidade econômica e social é muito mais contrastante do que nas pequenas cidades.

As zonas contrastantes de diferenciação social são facilmente perceptíveis na paisagem urbana de um município. Nas grandes cidades a diferenciação social acaba revelada em uma diferenciação espacial, separando bairros ricos, de classe média e pobres, até zonas de grande miséria. Em uma pequena cidade, como em São João do Polêsine percebe-se que esses contrastes acentuados não ocorrem, identifica-se a existência de imóveis de padrões diferenciados no município, porém não se tratam de diferenciações contrastantes ou algum tipo de segregação espacial. Referências nesse sentido são encontradas nas falas do morador local e representantes da administração pública, ao serem questionados sobre a qualidade de vida do município:

- “[...] todos tão mais ou menos bem e os que não tem por ali quase sempre tem serviço pra trabalha na agricultura então não é lugar de gente pobre, gente pobre não tem quase” (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- “Eu acredito que aqui é um lugar bom de se viver, não tem grandes diferenças, as carências não tem muitas em termos de vida socioeconômica, todos são mais ou menos, tem pobreza, mas extrema assim não existe” (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- “Aqui não existe problemas sociais graves, as desigualdades sociais não são muito acentuadas” (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- “O PIB nosso é muito bom, não tem assim, aquela favela pobreza, gente mendigo” (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

- “Nós temos pessoas pobres não é aquela miserabilidade” (Grupo 2 – Prefeita, 45 anos).

Assim pode-se inferir que essa relativa homogeneidade socioeconômica da população também é uma característica das cidades com pequeno grau de crescimento urbano, visto que o processo que leva a esse crescimento pode também levar ao agravamento de zonas de contrastes socioeconômicos, pois o aumento da concentração

populacional nas cidades acaba gerando necessidades de todas as ordens, as quais muitas vezes o local não consegue suprir totalmente. Contudo, em contrapartida ao crescimento urbano gerando mais necessidades, está também a geração de empregos. Quanto mais uma cidade cresce, mais necessidades têm e logo, maior será a geração de postos de trabalho e maiores as especializações.

Nessa perspectiva infere-se que a pequena cidade seria prejudicada na oferta de empregos para a sua população, principalmente no que tange empregos que exigem maiores especializações. Essa deficiência na oferta de empregos muitas vezes leva a migração e ao envelhecimento da população residente nas pequenas cidades. Qualificado como um problema no local pesquisado os sujeitos entrevistados dos Grupos locais (Grupo 1 e Grupo 2) falaram sobre o assunto ao serem questionados se as pessoas que buscam qualificação fora do município retornam a ele após se especializarem:

- *“As que buscam bastante qualificação, elas ficam um tempo aqui por conta do desemprego e assim que passam num concurso, que pegam um emprego numa cidade maior elas vão embora”* (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- *“A faculdade lança eles para fora e esses que vão poucos voltam, esse que é um dos problemas”* (Grupo 1 - Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- *“Poucos eu acho, não tem nada para trabalhar, vão voltar fazer o que”* (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- *“Elas não estão voltando por que não tem mercado de trabalho, não adianta”* (Grupo 1 - Professor aposentado, 59 anos).

- *“Olha acredito que voltar é meio difícil, geralmente saem para fora, que não tem muitas opções”* (Grupo 1 - Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

- *“Ou a pessoa tem uma herança que prende ele a tomar a iniciativa se não tem que ir embora”* (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos).

- *“As pessoas não costumam retornar para aplicar seus conhecimentos adquiridos, em virtude da falta de oportunidades”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- “[...] os jovens vão para fora e não voltam mais, vão estudar e não retornam por falta de oportunidade” (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

Assim, analisando as falas dos sujeitos é possível perceber que são muito poucos os profissionais que conseguem colocação no município de São João do Polêsine. Os cargos voltados a profissionais com ensino superior tem sua maior oferta em ocupações na administração pública municipal, porém, ela não é suficiente para suprir toda a demanda, fazendo com que as pessoas para arrumar uma ocupação necessitem deixar o local em busca de empregos em suas áreas ou trabalharem em outras ocupações diferentes de suas formações, o que geralmente acontece com filhos de agricultores que retornam após a conclusão de seus cursos superiores para trabalhar na lavoura com seus pais.

Contudo, a partir das informações descritas referentes a infra-estrutura e crescimento urbano do pequeno município, percebe-se que as funções urbanas no município de São João do Polêsine encontram-se em um processo de crescimento lento. Nesse sentido é importante que se tenha claro que o desenvolvimento do processo de crescimento urbano de um município esta diretamente ligado as necessidades da população que nele vive e circula.

Quanto maior for o crescimento da população, maiores serão suas necessidades, mais postos de trabalho deverão ser criados e haverá uma maior circulação financeira e assim, maior será a expansão urbana municipal. No entanto, o que se identifica no município estudado é o inverso, ao invés da criação de novos postos de trabalho, as pessoas deixam o local, fato que faz com que o comércio e as indústrias continuem estagnadas ou voltadas ao setor primário não havendo assim a necessidade de ampliação dos serviços, pois há uma diminuição da população jovem que migra para municípios maiores em busca de oportunidades de emprego. Essa situação é muito comum em diversos outros pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, a estagnação dos pequenos municípios e o crescimento cada vez maior dos médios e grandes municípios, devido a constante migração de jovens e adultos em busca de oportunidades não encontradas em seus municípios de origem.

5.3.2. A “dimensão” do rural no pequeno município

A dimensão do rural em um pequeno município pode ser analisada através de diversos elementos, entre eles o estudo da evolução de sua população no decorrer do tempo. Através dos estudos populacionais torna-se possível ter uma idéia da dinâmica municipal, observando as mudanças ocorridas, para dessa forma, buscar explicações sobre os fenômenos em curso. A importância desse tipo de estudo é ressaltada no trabalho de Figueiredo (2007, p.123): “os estudos de população adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza econômica, política ou social”.

Nesta etapa da pesquisa, o estudo da população do município de São João do Polêsine procurou demonstrar o peso da população rural no conjunto da população municipal e sua evolução através do tempo.

Historicamente o município de São João do Polêsine, manteve durante muitas décadas a permanência da maior parte de sua população residindo em área rural. O município criado no ano de 1992 e instalado em janeiro de 1993, teve sua área desmembrada do município vizinho Faxinal do Soturno, o qual cedeu para a criação do novo as áreas de seus dois distritos São João do Polêsine e Vale Vêneto. Dessa forma a evolução da população urbana e rural do então município de São João do Polêsine, pode ser analisada a partir de dados do município de Faxinal do Soturno, dos Censos de 1970, 1980 e 1991, os quais demonstram de forma discriminada a população dos dois distritos que posteriormente comporiam o município de São João do Polêsine, e de dados dos Censos de 2000 e 2010 já como município instalado. A partir dessas informações tornou-se possível fazer uma análise histórica da evolução da população municipal, assim como da população rural e urbana ao longo de cinco décadas. Esses dados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 – População rural e urbana do município de São João do Polêsine

Ano	São João do Polêsine	Urbana		Rural	
		Pessoas	%	Pessoas	%
1970	3328	718	22	2610	78
1980	2724	522	19	2202	81
1991	2598	913	35	1685	65
2000	2745	1061	39	1684	61
2010	2635	1354	51	1281	49

Fonte: Censos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.
Organização: Michele Lindner.

Como se pode perceber a população do município de São João do Polêsine teve um constante decréscimo até a década de 1990. De 1970 a 1980 a população diminuiu cerca de 18%. Na década seguinte entre 1980 e 1991 esse decréscimo foi de 4,6%. Já entre 1991 e 2000 a população do município cresceu cerca de 5,6%, voltando a apresentar decréscimo de cerca de 4% entre 2000 e 2010. Os dados também demonstram que durante quatro décadas a população rural no município de São João do Polêsine foi superior a urbana. Contudo, é possível notar que a população urbana que vem apresentando crescimento contínuo a partir da década de 1990, somente no ano de 2010, passou a ser superior a população rural, com uma pequena diferença de cerca de 1%, ou seja, representando 51% do conjunto total da população municipal.

A população rural na década de 1970 representava 78% do total da população que ocupava a área atual do município de São João do Polêsine. Na década seguinte essa relação aumentou em 3%, passando a população rural ocupar 81% da atual área do município. No intervalo entre as décadas de 1980 a 1991, a população rural decresceu, passando a representar 65% do total, o que se manteve estável até a década de 2000, na qual esta categoria manteve-se na faixa de 61%, já no ano de 2010 houve um decréscimo considerável da população rural no município, passando esta a representar apenas 49% do conjunto total da população municipal. A população urbana conseqüentemente passou a crescer a partir da década de 1980, tendo seu maior registro entre esta década e a década de 1991, quando cresceu 16% em relação a década anterior, de 19% do total de habitantes passou a 35%. Na década seguinte a população urbana continuou aumentando, porém de forma mais moderada, crescendo 4% de 1991 a 2000. Já em 2010, a população urbana volta a ter um considerável crescimento, cerca de 12% em relação a 2000, quando pela primeira vez na história, o Município passa a ter a população urbana superior a rural. Porém é necessário destacar, que essa superioridade numérica da população urbana sobre a rural ainda é considerada pequena, visto que refere-se a uma diferença de apenas 73 pessoas.

Além, da distribuição da população na área municipal, outro elemento importante no estudo da “dimensão” do rural do município é a proporção de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, assim como a existência de pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas nessas atividades combinadas ou não com atividades

urbanas. No entanto, as informações disponíveis referentes as pessoas ocupadas no município de São João do Polêsine, datam do ano de 2000. Essas informações são apresentadas na Tabela 11, separadas em grandes grupos de ocupações de acordo com a antiga classificação do IBGE:

Tabela 11 – Pessoas ocupadas no município de São João do Polêsine – RS

Ocupações	Número de pessoas	%
Administrativas	73	5,9
Agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal	484	36,86
Comércio e atividades auxiliares	82	6,27
Defesa nacional e segurança pública	12	0,92
Indústria de transformação e da construção civil	195	14,82
Indústria extrativa mineral	20	1,53
Prestação de serviços	182	13,85
Transportes e comunicações	33	2,48
Técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas	102	7,75
Ocupações mal definidas ou não declaradas	131	9,93
Total	1.314	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Organização: Michele Lindner.

Nota: Dados referentes a pessoas de 10 anos ou mais ocupadas no trabalho principal no ano de referência de 2000, de acordo com a antiga classificação de grandes grupos de ocupação do IBGE.

Os dados apresentados na Tabela 11 nos demonstram que entre os grupos, o grupo de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias e da produção extrativa vegetal e animal tem a maior representatividade, com uma proporção de 36,86% do total de pessoas ocupadas no ano de referência dos dados. Os outros dois grupos de ocupações de relativa significância são a indústria de transformação e construção civil e a prestação de serviços.

Embora os dados disponibilizados até o momento pelo IBGE estejam desatualizados e a Prefeitura Municipal declare não possuir os mesmos atualizados, ao ser questionado sobre o número de pessoal ocupado em atividades agropecuárias no município, o Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine declarou que estima que atualmente estes estejam em uma faixa entre 65% a 70% das pessoas ocupadas no município. Segundo sua declaração essa seria a proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais e também informais, permanentes e temporários, os quais apresentariam variação em épocas de plantio e colheita do arroz,

principal produto da economia municipal. Também dentro dessa percentagem estariam residentes e/ou trabalhadores da área urbana, os quais segundo o informante representariam em média 50% das pessoas ocupadas em algum tipo de atividade nesta área. O mesmo chama a atenção para que muitas pessoas combinam empregos na área urbana com atividades agropecuárias, citando como exemplo pessoas empregadas na administração pública municipal.

Igualmente, as informações relativas a distribuição da população e suas ocupações, a base da economia municipal nos leva a estreita dependência do local com o rural, visto que a base da economia é a agricultura. Segundo informações de um Vereador do município a economia nesse local encontra-se assentada sobre o setor primário, notadamente para o cultivo de arroz irrigado que ocupa as várzeas do Rio Soturno ao nordeste do Município e do Arroio Divisa, ao sul do município, na área de abrangência da Depressão Central. O cultivo de arroz é realizado em uma área de mais de 2.000 hectares fazendo uso de tecnologia intensiva através do uso de maquinário moderno, defensivos, fertilizantes químicos em larga escala bem como em terrenos aplainados em forma de tabuleiros, formando diferentes patamares de altitude. De acordo com o informante, graças a esse emprego de tecnologia, a lavoura orizícola polesinense apresenta um dos melhores índices de produtividade do Rio Grande do Sul e a comercialização do arroz é o que proporciona o maior retorno do ICMS ao município.

Assim como a economia e ocupação da população, diversos elementos que compõem a cidade nos remetem ao rural. No local, conforme comentado anteriormente, percebe-se que grande parte dos estabelecimentos industriais e de serviços estão voltados as necessidades agrícolas, ou seja, existe uma especialização voltada para a principal função do município, a qual é expressa através dos engenhos de arroz e também das cooperativas agrícolas presentes na área urbana do município.

Essa identidade rural de São João do Polêsine também foi identificada na percepção dos sujeitos entrevistados ao serem indagados sobre a seguinte questão: “Se você tivesse que descrever para alguém que não conhece o município de São João do Polêsine, como o descreveria?”. As qualificações dos diversos sujeitos a respeito do lugar possuem marcadamente significados práticos e afetivos que expressam suas proximidades com o local. Assim ao analisar as falas dos sujeitos, pode-se identificar

algumas expressões recorrentes nas definições do local, as quais puderam ser agrupadas em cinco qualidades que representariam as principais percepções sobre o município: agrícola; bonito; italiano; pequeno; tranquilo. Essas percepções apareceram de forma individual ou combinadas, havendo em algumas entrevistas referências a uma ou mais qualidades ao longo das falas dos sujeitos, as quais foram creditadas de forma individual toda vez que citadas. As menções as qualidades podem ser observadas na Tabela 12:

Tabela 12 – Qualidades do município de São João do Polêsine

Qualidades	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Agrícola	4	2	5	11
Bonito	-	1	7	8
Italiano	2	3	2	7
Tranquilo	3	2	1	6
Pequeno	2	1	2	5
Total	11	9	17	37

Fonte: Pesquisa de campo realizado nos anos de 2009 e 2010.
Org. Michele Lindner.

A partir da Tabela 12, percebe-se que entre as qualificações atribuídas ao município de São João do Polêsine, a qualidade “Agrícola” foi a mais recorrente, representando 27,78% das qualidades citadas ao longo do discurso dos sujeitos. Essa qualificação foi a mais mencionada pelo grupo de sujeitos locais, tendo sido referenciada durante quatro entrevistas dos sujeitos do Grupo 1 e duas dos sujeitos do Grupo 2. Da mesma forma, essa qualificação teve recorrência significativa na fala dos sujeitos externos ao local ao caracterizarem o município. Percebe-se, contudo, nas falas que a referência a qualidade “Agrícola”, assim como outras expressões utilizadas pelos sujeitos que remetem a isto, vem caracterizando a percepção destes sobre a economia local.

- “*É agrícola, a agricultura do arroz*” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “[...] *o município a infra-estrutura dele é pequena mas tem a maioria é agricultura de arroz*” (Comerciário e agricultor aposentado, 77 anos).

- “*Ele é essencialmente agrícola, isso já é a parte da economia*” (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).

- “*Aqui a economia é base do arroz*” (Grupo 1 – Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- “[...] é um povo agrícola e dizendo assim, que é dedicado a agricultura, é um povo simples” (Grupo 2 – Padre, 78 anos).
- “É um município de base agrícola né” (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).
- “Um município onde a base econômica é o setor primário” (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).
- “Pouco urbanizado, e dependente de renda provinda da zona rural do município” (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).
- “Culturalmente colonizada por imigrantes italianos que vieram trabalhar na agricultura, a economia local, portanto é o setor primário” (Grupo 3 – Doutoranda em Geografia, 27 anos).
- “Grande parte da população da cidade trabalha na agricultura” (Grupo 3 – Enfermeira, 34 anos).

A segunda qualidade mais recorrente ao definir o Município nas entrevistas, foi o “bonito”, representando 22,22% das qualidades citadas. Essa qualificação do lugar veio referindo-se as suas belezas naturais, já que a sua área encontra-se localizada no rebordo do planalto sul-rio-grandense, ou seja, trata-se de um local de natureza exuberante, cercado por vales e morros. Contudo, é interessante notar que as referências as belezas naturais do local vieram quase que exclusivamente dos sujeitos externos ao local, ou seja, das oito menções a essa qualidade, apenas uma veio da Prefeita do município (45 anos), que declarou que no local o que mais se tem são belas paisagens. As outras sete referências a essa qualidade são expressas nas falas dos sujeitos do Grupo 3, que seguem:

- “Os principais motivadores para conhecer o local são a apreciação da paisagem e saborear uma comida italiana” (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).
- “Município de interior do Estado, onde moradores das cidades vizinhas como Santa Maria vão pra lá para descansar e desfrutar das belezas naturais que a região proporciona” (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

- “[...] com paisagem natural muito bela, com potencial turístico que pode ser melhor explorado e planejado” (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).
- “Um município acolhedor [...] com locais lindo de conhecer e passear com a família” (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).
- “Um lugar muito bonito, que temos na Quarta Colônia da região central do Rio Grande do Sul” (Grupo 3 – Mestrando em Geografia, 29 anos).
- “Um lugar com belas paisagens naturais, por estar no rebordo do planalto sul-rio-grandense apresenta um relevo de vales e montanhas desgastadas ainda com sua vegetação natural preservada em muitos pontos” (Grupo 3 – Doutoranda em Geografia, 27 anos).
- “Apresenta uma bonita paisagem natural em função de sua localização geográfica” (Grupo 3 – Geógrafa, 32 anos).

As qualificações belas paisagens, belezas naturais ou outras expressões que nos remetam a um município bonito, foram as predominantes no Grupo 3 ao descrever o local, representando 41,18% das referências as qualidades definidoras do município. Essas falas dos sujeitos refletem diferença de percepções entre o lugar vivido e o não vivido. Os sujeitos externos ao local vêem o município como um lugar de lazer e turismo, onde a qualidades mais importantes são as belezas naturais para desfrutar e passear com a família. Já os sujeitos do local (Grupo 1 e Grupo 2), além da qualificação do município pela sua economia, vêem a descendência cultural italiana e a tranquilidade como umas das qualidades mais importantes do lugar.

O orgulho da descendência italiana nos remete a um forte apego percebido não só na cidade de São João do Polêsine como também em toda região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Essa característica que leva alguns moradores a qualificar o seu lugar como “nicho italiano”, “italianos”, “de descendência italiana” está muito relacionado a forte ligação ainda existente aos valores tradicionais trazidos pelos imigrantes que colonizaram o local. A percepção dessas permanências podem ser identificadas nas falas que seguem:

- *“Aqui é um nicho italiano mesmo, esses valores italianos trazidos com a colonização, eles se conservam bem tradicionais, bem perenes ainda hoje”* (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- *“Quanto a usos e costumes é de procedência italiana”* (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).

- *“[...] a maioria é oriundo, 80, 90% são italianos, de origem italiana”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- *“Quanto a matriz étnica, a grande maioria da população é composta por descendentes de imigrantes italianos”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- *“Bom, somos italianos, começa ai”* (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

Os conteúdos das qualificações nos levam ao entendimento de que se trata de um local onde as tradições são muito respeitadas. Percebe-se tanto através das falas dos sujeitos quanto das observações realizadas nas pesquisas de campo, que os costumes dos ancestrais que colonizaram o local, ainda são muito conservados pelas famílias e repassados através de gerações, mantendo assim a permanência de famílias tradicionais no local.

A tranquilidade, outra qualificação de grande importância, definidora do lugar – São João do Polêsine, segundo os depoimentos dos sujeitos que o vivenciam, esta diretamente ligada ao cotidiano. O ritmo da vida local influenciado pelo pequeno crescimento urbano é expresso na fala de cinco sujeitos entrevistados:

- *“É um lugar tranquilo por hora, mas é um lugar tranquilo, é um município de interior bonito, bem cuidado”* (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- *“[...] aqui é tranquilo, calmo, sabe, como em qualquer cidade, lugar pequeno um cuida o outro”* (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).

- *“[...] acho um município bom porque ele ta crescendo e assim tranquilo”* (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).

- *“O tempo aqui é mais lento, não existe a correria e estresse que imperam nas cidades maiores, enfim comparando com a situação vivida pelos grandes centros urbanos nós ainda somos privilegiados, estamos numa ilha de tranquilidade”* (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- “[...] tu tem um sossego, ainda da de vez em quando para dormir de janela aberta” (Grupo 2 – Prefeita, 45 anos).

- “*Temos a tranqüilidade de cidadezinha do interior*” (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

Junto com as referências a tranqüilidade de São João do Polêsine, que algumas vezes é encontrada nas falas dos sujeitos de forma direta ou indireta em comparação a realidade de cidades maiores, podemos encontrar a beleza do local e a satisfação de estar num lugar com essas características. Contudo a tranqüilidade como característica das pequenas cidades, também é referenciada em outros estudos sobre a temática, como em Endlich (2009), que caracteriza esse locais como tendo um ritmo urbano mais lento e humanizado. Essa pesquisadora ao colocar a tranqüilidade como um atributo das pequenas cidades, remete-se a análise do ritmo de vida urbana, fazendo uma leitura marcada pela comparação com outras circunstâncias urbanas, vinculadas as cidades maiores.

Nas pequenas cidades, é possível percorrer alguns trajetos a pé, e mais, caminhar devagar, pois não há uma multidão impondo um ritmo forçado. Então, a tranqüilidade está associada [...] a facilidade de locomoção, pela proximidade que permite o pedestrianismo ou pelo trânsito descongestionado para os que utilizam veículos automotores (ENDLICH, 2009, p. 291).

Contudo a tranqüilidade da Sede do pequeno município de São João do Polêsine também é perceptível através da observação da paisagem. Nessa localidade a tranqüilidade é um elemento predominante no dia a dia da população residente em sua área denominada urbana, a qual não representa uma área densamente construída ou povoada, não possui edifícios, trânsito movimentado, fluxo contínuo de pedestres ou poluição atmosférica. Muitas são as semelhanças desta, com pequenos povoados em áreas rurais, como o número pequeno de habitantes, o trânsito tranqüilo, sendo muito comum o trânsito de tratores na avenida principal da cidade. Outra característica marcante no local é o pedestrianismo citado por Endlich (2009), na área urbana de São João do Polêsine o deslocamento das pessoas é comumente realizado a pé, devido às pequenas distâncias em sua extensão e a falta de transportes públicos urbanos, o que ocorre devido a falta de necessidade desses serviços.

Também na paisagem da cidade de São João do Polêsine encontram-se expressos outros elementos que nos remetem ao mundo rural, tratam-se de homenagens,

materializadas através de monumentos que enfatizam a forte ligação do povo a esta área. Na paisagem da cidade encontram-se destacados o monumento dedicado a Nossa Senhora Salete, Padroeira dos Agricultores (Figura 11 – D, página 90), construído em 1967 para agradecer as colheitas. Este monumento além de demonstrar a religiosidade da população, também demonstra a grande ligação dos habitantes com o rural, ou seja, é uma representação das ruralidades materializada no ambiente urbano, assim como antiga Máquina a Vapor (Figura 11 – C, página 90). Localizada na avenida principal da cidade, a antiga Máquina a Vapor era utilizada para irrigar as lavouras de arroz, transformada em um monumento, ela além de representar a vocação agrícola do município e representa um dos principais símbolos do local.

Portanto, várias podem ser as qualidades que nos remetem a nossa idéia do rural, ou mesmo a ligação de certos lugares com este espaço. A paisagem do lugar ainda repleta de áreas verdes e a proximidade das plantações a área urbana, nos mostram a mescla desses dois espaços e suas complementaridades. A dependência de uma economia focada no setor primário e a ocupação de grande parte dos habitantes locais em atividades agropecuárias, refletem o modo de vida peculiar de seus habitantes, ligados a costumes, tradições de um povo em maior contato com a natureza.

A tranquilidade associada a um ritmo de vida mais lento, em um local onde ainda se pode levar uma vida sem intensa poluição sonora e atmosférica, com poucos índices de violência, alimentação mais saudável, habitado segundo as palavras do Padre local, por um povo “agrícola”, “simples”, “pacato”, “satisfeito”, “que vive da agricultura e a religião também é o grande incentivo”, nos leva para longe da idéia da agitação do urbano das médias e grandes cidades.

Os valores preservados nos levam ao culto das tradições dos agricultores, imigrantes europeus que colonizaram o local. Expressos por diversos elementos, como o “amor a terra”, a permanência do dialeto, a gastronomia típica italiana e o valor atribuído a família tradicional, que passa sua história e religiosidade através das gerações.

Os modos de vida, representados pelos contatos próximos dos habitantes do município de São João do Polêsine, nos quais todos se conhecem e compartilham de informações sobre suas realidades. O envolvimento em trabalhos comunitários, os quais

acontecem de forma voluntária em prol de algum objetivo comum, na maioria das vezes coordenados por membros da sociedade local, ligados a igreja.

E as festividades com temáticas do mundo rural e da cultura local, assentadas em sua maioria na religiosidade. Motivadas em homenagens aos imigrantes italianos colonizadores, à santos de devoção local ou em agradecimento as colheitas, as festividades representam também momentos de envolvimento comunitário, através da preparação e participação nas diversas etapas de organização e execução destas.

Portanto, muitos desses elementos já esquecidos ou deixados de lado em cidades maiores e ainda preservados em pequenas localidades, refletem a estreita ligação existente entre o rural e o urbano, ou seja, deixam clara a importância da “dimensão” do rural nesses locais. Assim, as “qualidades rurais”, presentes na economia municipal, nas ocupações dos moradores, em seus valores e modos de vida, também passam a influenciar a configuração espacial da cidade, a transformando, como no caso analisado, em um lugar de tranquilidade, voltado para a principal especialização local e que cresce de acordo com o ritmo de vida de seus habitantes.

5.3.3. Os modos de vida e percepções do pequeno município

Os modos de vida refletem os hábitos cotidianos dos indivíduos em seu meio. Essa idéia nos leva a pensar a forma como uma sociedade vive, como se organiza, trabalha, pensa e se diverte. A concepção relativa aos modos de vida de uma sociedade urbana nos leva a um ambiente agitado, onde a circulação de informações é muito rápida, existem opções variadas de lazer e compras e a empatia entre a maior parte de seus habitantes dificilmente predomina.

O tamanho do lugar condiciona o cotidiano das pessoas. A grande concentração populacional e as longas distâncias percorridas no dia-a-dia, para chegar ao ambiente de trabalho, de estudo ou lazer, faz com que os lugares e as socializações fiquem restritas a grupos determinados. Existem muitos lugares dentro de uma mesma cidade, é possível que um habitante de um grande centro urbano tenha o seu bairro, a sua casa, o seu trabalho, os seus locais de lazer como os seus lugares, mas dificilmente terá a cidade como o seu lugar e estabelecerá relações de proximidade com o conjunto total de seus habitantes.

Clark (1991) apresentou as formas de ação e organização social das pessoas que se concentram nas cidades, elaboradas por Louis Wirth, um dos últimos membros da Escola de Ecologia Humana, de Chicago. Para Wirth as características dominantes da cidade seriam o seu grande tamanho, sua densa concentração de população e sua mistura social heterogênea. Sintetizando sua teoria sobre componentes sócio-estruturais, cognitivos e comportamentais, Wirth, acreditava que o tamanho do grupo social determinava a natureza das relações humanas. Quanto maior o número de habitantes mais se reduziria a possibilidade dos membros da comunidade se conhecerem pessoalmente e seus envolvimento seriam espacializados.

Sob essas circunstâncias os indivíduos tenderão a manter apenas frágeis ligações uns com os outros, de tal maneira que os limites fechados da família e vizinhança, presentes nas culturas populares (folk), cedem lugar a diferenciação, especialização e simbolismo (CLARK, 1991, p. 105).

Os indivíduos passam a representar membros anônimos do grupo social. Também, a medida em que a densidade populacional aumenta, ocorre uma especialização espacial, onde o lugar do trabalho é separado do da residência e o lugar e natureza do trabalho, renda, hábito, gosto, preferência e preconceito, combinam-se formando vários mundos sociais na cidade (CLARK, 1991).

Com uma concentração populacional mais reduzida, as pequenas cidades ainda possibilitam uma maior sociabilidade entre o conjunto total de seus habitantes, os quais mantêm relações sociais de proximidade. Segundo Endlich (2009), esse significado social das pequenas cidades encontra-se em meio à simplicidade. Conforme a autora, a afetividade e o apeço, são também características das pequenas cidades, que aparecem nas relações de família e amizade referentes ao lugar, e tem relação ao enraizamento e a adaptação.

Os vínculos de afetividade confundem-se à afeição pelo espaço, tornando-o singular pelos laços específicos que cria. Comumente, em pequenas cidades, o isolamento é pouco freqüente, o que amplia o significado dessas localidades no que se refere a sociabilidade que promove. Portanto, a sociabilidade fácil é um atributo característico das pequenas cidades (ENDLICH, 2009, p. 295).

Essa sociabilidade fácil, comum as pequenas cidades, citada por Endlich (2009), esta relacionada ao número reduzido de habitantes nesses municípios, o que faz com que todos se conheçam e mantenham relações constantes. De acordo com Endlich,

(2009, p. 304): “As pequenas cidades são espaços significativos para a sociedade local pelas relações nela estabelecidas, por meio de vínculos e significações tecidas cotidianamente”.

A observação do chamado “ritmo da vida” (CARLOS, 1994), na cidade de São João do Polêsine nos revela que a vida no local passa devagar, em um ritmo bem diferente do vivido nas médias e grandes cidades. Percebe-se ser um município onde as relações sociais entre os habitantes são próximas, todos se conhecem, o nome das famílias é um elemento muito importante, pois como citado na seção anterior, trata-se de um município composto por famílias tradicionais, descendentes de imigrantes italianos. É comum encontrar no fim da tarde, seus habitantes sentados em frente as suas casas conversando e recebendo a visita de parentes e vizinhos.

O “ritmo da vida” ou a paisagem móvel, do município de São João do Polêsine é de tranqüilidade como na maioria dos pequenos municípios. É possível observar o transito escasso de automóveis em suas ruas, mesmo em horários de maior movimento, como início e término dos turnos de trabalho e estudo dos habitantes ou mesmo no intervalo do meio-dia, hora em que todos saem para o almoço (Figura 17).



Figura 17 – Avenida São João ao meio-dia

Fonte: Michele Lindner, 2009.

As distâncias na área urbana do município de São João do Polêsine são pequenas, não existe transporte público para a locomoção em seu interior, fato esse que não prejudica a dinâmica do local e de seus moradores, pois os percursos podem ser facilmente percorridos a pé em poucos minutos. Diferentemente dos habitantes de médias e grandes cidades que trabalham em lugares distantes de suas residências e necessitam almoçar fora de suas casas, em restaurantes ou mesmo no próprio local de trabalho, os habitantes de São João do Polêsine retornam as suas casas para almoçar diariamente, ficando o movimento do único restaurante do município mais restrito a pessoas externas ao local. Após o almoço, se observa em frente a praça da cidade a reunião de homens idosos (Figura 18), que se encontram para conversar.



Figura 18 – Homens idosos reunidos em frente a praça da cidade

Fonte: Michele Lindner, 2009.

Outra característica da cidade é a existência de alguns estabelecimentos multifuncionais, como é o caso do posto rodoviário da cidade, que funciona juntamente com um bar. Trata-se de um pequeno estabelecimento ao qual os habitantes tem aceso apenas a destinos dentro do município de São João do Polêsine e alguns outros municípios no estado do Rio Grande do Sul. Os horários de maior movimento na rodoviária da cidade são verificados no início e final da tarde, quando muitos jovens vão

ao local em busca de transporte para estudar, já que muitos estudam na cidade de Santa Maria, cidade média nas proximidades do município.

Outro forte vínculo social estabelecido nas pequenas cidades é o espírito associativo. No município de São João do Polêsine este espírito é manifestado pela associação dos moradores em torno de objetivos comuns. A existência de associações de moradores pode ser verificada ao longo da história do município e região, desde a sua ocupação, sendo reconhecida em diversos relatos como em ocasiões de construções ou reformas de escolas e igrejas, ajudas mutuas em colheitas agrícolas, entre outras associações.

De acordo com Battistel e Costa (1982), essas características são qualidades provindas dos imigrantes italianos, que movidos em parte pela solidariedade cristã e em parte pela situação de isolamento que se encontravam nos primórdios da colonização, logo se organizavam em comunidades. Essas comunidades tinham como características laços de amizade, o cultivo da fé religiosa, o auxílio aos demais membros da comunidade em momentos de necessidade e o cultivo do espírito associativista, para a construção de igrejas, capitéis, escolas, abertura de estradas ou manutenção das mesmas.

Da mesma forma, Boni e Costa (1982, p. 144), colocam que:

O espírito associativista que se desencadeou no imigrante italiano de forma deslumbrante deve-se, em grande parte, à valorização da religião como culminância de sua vida e, de modo particular, ao fato de a maior parte dos grupos italianos serem católicos praticantes. No caso da construção de capelas ou igrejas, todos colaboravam, porque sabiam que, um dia, também poderiam necessitar dos socorros da igreja.

Portanto, percebe-se que esse espírito coletivo é parte das tradições deixadas pela colonização italiana, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo Pissuti (2005, p. 21): “A solidariedade e a religiosidade fizeram com que os imigrantes italianos se mantivessem fortes nas dificuldades e na sua identidade, através da manutenção de seus costumes, num país distante de suas origens”.

Contudo, o espírito associativo da comunidade do município de São João do Polêsine, também se manifesta na organização das festividades locais, em sua maioria de motivação religiosa, são organizadas por comissões de voluntários da comunidade e representam os momentos de maior integração e convívio social no município. As

festividades são organizadas por comissões de moradores da comunidade que fazem parte do Conselho Paroquial, o qual possui um presidente, um vice-presidente e uma diretoria, que organiza as comissões que promovem todos os anos as festividades tradicionais no município, e se encarregam de todos os preparativos, desde a parte religiosa (missa), até a parte gastronômica, cultural e financeira.

Em dias de festividades no município a paisagem muda, a calmaria dá lugar á agitação ocasionada pela reunião de pessoas do município e de fora dele (Figura 19 – A). As festividades em São João do Polêsine, geralmente de caráter religioso ou buscando preservar os costumes e tradições dos antepassados que colonizaram a região, atraem pessoas de outros municípios da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e do município de Santa Maria. O caráter comunitário dessas festividades pode ser observado na já citada participação da comunidade na organização (Figura 19 – B), nas mesas compridas onde os participantes sentam próximos uns aos outros (Figura 19 – C), na grande presença de famílias e nas temáticas do mundo rural (Figura 19 – D).



Figura 19 – Imagens de festividades em São João do Polêsine

Fonte: Michele Lindner, 2010.

Nesse sentido, é perceptível que o trabalho comunitário em São João do Polêsine é fruto da forte sociabilidade de sua população impulsionada também pelas tradições deixadas pela herança cultural dos imigrantes que colonizaram o local. Esse espírito de trabalho coletivo em torno de objetivos comuns reforça a identidade do lugar e mantém as tradições preservadas ao longo de sucessivas gerações.

O termo identidade nos remete a identificação, elementos de mesma natureza, semelhanças e proximidades. Assim, a identidade de um lugar reflete a sociedade que ali vive, suas ações, seus pensamentos e seus sentimentos para com o lugar.

Nas pequenas cidades o sentimento de pertencimento, de satisfação, de familiaridade com o lugar e a sociedade que ali vive, vem reforçar a idéia do lugar como o Lar. Tuan (1980), denomina esse sentimento pelo termo de Topofília, o qual refere-se ao elo afetivo entre as pessoas e o lugar.

A palavra “topofília” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio pode ser basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Esse sentimento de Topofília fica muito claro ao conversar com os habitantes de pequenos municípios, em especial os mais idosos, sobre o lugar onde eles vivem. No município de São João do Polêsine, as manifestações topofílicas são identificadas na percepção dos seus moradores, que no geral consideram o seu lugar como um município bom de se viver. Essas manifestações são claramente perceptíveis nas entrevistas realizadas com os sujeitos locais, dos Grupos 1 e 2. Demonstrações de muita satisfação são percebidas em suas falas, as quais ressaltam algumas vezes os aspectos econômicos e humanos no município:

- “[...] aqui é uma cidade bem mais desenvolvida, isso tanto em aspectos humanos quanto geográficos, quanto econômicos né” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “Eu acho maravilhoso morar aqui” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).

- *“Eu gosto da minha terra, sempre gostei, tanto que eu sai um tempo e depois voltei para cá de novo, ele tem os seus altos e baixos né, hoje eu acho que ele ta se desenvolvendo”* (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- *“É bom para se viver, é muito bom”* (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).

- *“Município bom para se morar, porque eu sempre digo, não faz riqueza, mas tem uma qualidade de vida muito boa”* (Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

- *“[...] então eu sou suspeito em falar, eu sou fã de Polêsine, então tu ta morando em Porto Alegre, aqui Polêsine é um condomínio de luxo, é uma cidade pequena que tem uma comunidade estruturada, [...] dá assim para todos os habitantes uma condição digna de viver”* (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos).

- *“[...] é um bom lugar para se viver”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

É através dessa satisfação que se percebe a presença do elo afetivo entre os indivíduos e o lugar. Chama-se a atenção para que em três entrevistas as qualidades do município foram ressaltadas através da comparação com outros municípios aos quais os entrevistados residiram por um determinado período de suas vidas, seja por motivos de estudo ou trabalho.

É o caso Comerciante e agricultor aposentado de 77 anos, que durante um período de sua vida passou a residir no município vizinho de Faxinal do Soturno, onde tinha um estabelecimento comercial, ou do Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos, que morou na capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, durante 10 anos. Segundo esse informante, ele permaneceu nesse local com o objetivo de se qualificar e voltar para trabalhar em São João do Polêsine, como percebe-se em sua declaração: *“nunca saiu da minha cabeça morar em outro lugar a não ser aqui”*.

A ligação afetiva desse sujeito para com o seu lugar é percebida em diversos momentos de seu discurso, quando ele fala que o local possui uma “comunidade estruturada”, com “costumes sadios”, com “filosofia de trabalhar em comunidade”, um

lugar que “respeita a família”, “um lugar bom”, “um lugar limpo”, “um lugar silencioso” e que “não deixa de ta progredindo”. Com todas essas qualificações sobre o lugar o sujeito diz que é possível conciliar neste local o seu trabalho com uma boa qualidade de vida e ressalta: *“eu tenho orgulho de morar aqui”*.

Outro sujeito que compara as qualidades do município a outros, trata-se de um jovem morador da cidade, Historiador e Bibliotecário de 27 anos. Diferentemente dos outros dois sujeitos, o Historiador não é natural de São João do Polêsine, porém as comparações tecidas com a sua cidade natal tornam nítido o envolvimento com seu novo lugar, expressos na satisfação de morar em um lugar “melhor”. Ele conta que veio morar no local devido a necessidade e estudar em uma universidade pública, acompanhado pela família após a aprovação na Universidade Federal de Santa Maria, localizada na cidade de Santa Maria, optaram por residir em uma cidade pequena próxima a esta, pois a família não gostava de “cidade grande”. Ao comparar São João do Polêsine com sua cidade natal, o sujeito usa expressões como: “lá as pessoas sofriam bastante”, “aqui o pessoal ganha bem mais dinheiro do que lá”, “tem bem mais recursos” e “tem uma qualidade de vida excelente”.

A qualidade de vida também é uma característica marcante nas falas dos sujeitos dos três Grupos, ao referirem-se a cidade de São João do Polêsine. Ao serem questionados sobre suas opiniões referentes a existência de uma boa qualidade de vida no município, tivemos também a oportunidade de identificar algumas definições do que isto seria na concepção dos sujeitos entrevistados. As qualificações identificadas seguem na tabela abaixo:

Tabela 13 – Qualificações sobre qualidade de vida em São João do Polêsine

Qualificações	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
Tranquilidade	2	2	7	11
Poder aquisitivo	2	3	-	5
Alimentação	3	1	-	4
Educação	1	-	1	2
Belezas Naturais	-	-	2	2

Fonte: Pesquisa de campo realizado nos anos de 2009 e 2010.
Org. Michele Lindner.

A Tabela 13 nos demonstra cinco qualificações referentes ao que seria uma “boa qualidade de vida” para os sujeitos entrevistados. Entre estas qualificações percebe-se que o apontamento a tranquilidade como sinônimo de qualidade de vida, foi a

qualificação mais presente, representando 45,83% das referências encontradas nas falas dos sujeitos. Porém, é necessário ressaltar que do total das menções relacionadas a essa qualificação, apenas 36,36% são encontradas nas falas dos sujeitos locais (Grupo 1 e Grupo 2), ou seja, das onze referências, sete partiram dos sujeitos pertencentes ao grupo externo ao local. A ligação entre boa qualidade de vida dos moradores de São João do Polêsine e tranquilidade, podem ser conferidas a seguir nas falas dos sujeitos do Grupo 3:

- *“Tranquilidade por ter pouca movimentação, seja de fluxo de carros ou pela população relativamente pequena, pela baixa criminalidade”* (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- *“[...] os moradores tem tudo o que eles mais precisam, tranquilidade”* (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

- *“[...] a vida parece ser bem calma e em termos de segurança a qualidade de vida deve ser boa”* (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).

- *“[...] tem uma certa tranquilidade que em cidades maiores não se encontra”* (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).

- *“Em parte sim pela tranquilidade e beleza paisagística do município”* (Grupo 3 – Doutoranda em Geografia, 27 anos).

- *“[...] por não viverem no caos das grandes cidades já compensa”* (Grupo 3 – Geógrafa, 32 anos).

Nota-se que essas percepções sobre a tranquilidade como um fator determinante na qualidade de vida local, podem estar relacionadas as vivências dos sujeitos externos ao local, visto que esta foi a afirmativa da identificação de qualidade de vida no município com maior ocorrência no discurso destes. Nesse sentido, infere-se que entre as características de bem-estar da população das pequenas cidades que saltam aos olhos de pessoas residentes em locais com densidades populacionais maiores estão o trânsito de automóveis mais tranquilo e os baixos índices de criminalidade.

O poder aquisitivo representou a segunda qualidade mais recorrente no discurso dos sujeitos entrevistados. Essa referência a qualidade de vida municipal, se apresenta com um sentido de satisfação dos moradores para com o que o seu lugar os proporciona,

visto que encontramos referência a mesma apenas nos discursos dos sujeitos dos Grupos 1 e 2. Essas referências são apresentadas nas falas que seguem:

- “[...] *a qualidade de vida é boa, o lazer, o poder aquisitivo*” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “[...] *todos tão mais ou menos bem [...] quem qué, trabalha tem trabalho*” (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- “[...] *muitos aposentados que tem uma renda fixa ajudam a família e aí já melhora para todos*” (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

- “[...] *Aqui não existe problemas sociais graves*” (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).

- “[...] *nós temos pessoas pobres não é aquela miserabilidade*” (Grupo 2 – Secretário de Agricultura, 60 anos).

Outra referência a uma boa qualidade de vida foi a alimentação. Essa qualificação, assim como o poder aquisitivo foi referenciada apenas no discurso dos sujeitos dos Grupos locais (Grupos 1 e 2), o que nos remete ao ideal de “*mesa farta*” típico dos habitantes do campo. A boa qualidade de vida ligada a fartura na alimentação no município de São João do Polêsine também tem estreita ligação a herança cultural do lugar. A fartura na “*mesa*” dos imigrantes italianos que colonizaram o local significava para eles sinônimo de vitória na vida nova, visto que se tratavam de agricultores pobres que vieram para a “*nova terra*” em busca de melhores condições de vida. Muitos relatos da imigração italiana no Rio Grande do Sul e em especial na Quarta Colônia de Imigração Italiana demonstram a satisfação desses imigrantes após as primeiras colheitas e nesse contexto citam a alegria dos mesmos com a situação de “*mesa farta*”. Assim, esse ideal, ligado aos modos de vida dos habitantes do campo e também dos colonizadores do local, ainda refere-se a um ideal da população do município. Exemplos referentes a esta questão são encontrados nas falas que seguem, nas quais os sujeitos opinam sobre a existência da qualidade de vida e definem o que leva a isto:

- “[...] *Eu acho que a alimentação, porque todos tem a sua horta*” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).

- *“Tem. Eu acho que a boa alimentação”* (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).

- *“[...] podia ter uma frase, onde se come bem e se bebe melhor”* (Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

- *“Uma boa alimentação, eu acho que para ter uma boa qualidade de vida é partir para uma boa alimentação”* (Grupo 2 – Padre, 78 anos).

A partir dessas qualificações identificadas como referencias a qualidade de vida é possível perceber as diferenças entre as percepções dos visitantes, que conseguem ver o lugar apenas como observadores distantes e os que vivenciam o local. Os que vivenciam o local acreditam ter uma boa qualidade de vida, isso torna-se claro em todos seus depoimentos, os quais nitidamente referem-se a uma avaliação do cotidiano do lugar, diferentemente dos sujeitos externos, que qualificam apenas elementos perceptíveis na paisagem. Embora estes últimos também tenham sido afirmativos ao responder a questão: “Na sua opinião os moradores de São João do Polêsine possuem uma boa qualidade de vida?”; alguns deles ao responde-la apresentaram uma dualidade de opinião, ou seja, consideraram a existência de uma boa qualidade de acordo com alguns aspectos já comentados anteriormente, e comprometida devido a outros, os quais são apresentados nas falas que seguem:

- *“Este aspecto é relativo, creio que de forma geral os mesmos se encontram satisfeitos com o seu cotidiano, porém creio existirem basicamente dois grupos, um primeiro que gostaria da manutenção do ‘sossego’ típico de uma pequena cidade com poucos habitantes e outros que gostariam do crescimento econômico e dinamização da economia, contemplando estes aspectos como elementos da qualidade de vida”* (Grupo 3 - Mestre em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- *“Em outros aspectos, como acesso a equipamentos de saúde, acredito que os moradores não tenham disponível a nível local uma boa infra-estrutura, o que prejudica a qualidade de vida”* (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- *“O que pode não ser favorável a uma boa qualidade de vida, esta no fato de alguns serviços, em especial ligado à educação e à saúde ficam comprometidos”* (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).

- *“[...] a falta de infra-estrutura na área de serviços compromete, o que para mim é um componente importante para qualidade de vida”* (Grupo 3 – Doutoranda em Geografia, 27 anos).

Nota-se que os valores dos sujeitos externos diferem-se bastante dos sujeitos do local. Para os sujeitos do Grupo 3, a falta de infra-estrutura no município compromete a qualidade de vida no local. Já ao longo de todos os depoimentos dos sujeitos dos Grupos 1 e 2, mesmo tendo sido identificadas referências relativas a questões de infraestrutura, estas, em nenhum momento foram apresentadas relacionadas ou comprometendo a qualidade de vida local.

Portanto, a satisfação para com o lugar onde vivem pode levar a permanência de certos costumes e valores tradicionais⁶. Caracterizado, por um sujeito entrevistado (Grupo 1- Historiador e bibliotecário, 27 anos), como um “nicho italiano”, com características “bem tradicionais e perenes”, com um povo que possui entre seus valores uma “grande religiosidade” e uma “dedicação excessiva ao trabalho”, o município de São João do Polêsine é marcado pela força dos valores da colonização italiana na região. Este ponto, portanto, é fundamental para se entender como os habitantes desse lugar levam a sua vida. Muitos deles consideram-se “italianos” e reproduzem diversos costumes que perduram através de gerações.

Esses costumes são percebidos na gastronomia, nas festividades, na religiosidade, na valorização da família e na prática e conservação dos dialetos trazidos pelos imigrantes italianos. Essas características também foram evidenciadas no estudo de Pissuti (2005, p. 91): “Até hoje, a cidade conserva muitas das características dessa colonização, nos hábitos de seus habitantes, na religiosidade, na alimentação, no artesanato, no sotaque linguístico e na arquitetura de poucas residências antigas que restaram”.

Nesse sentido, encontram-se implícitos ainda, nos modos de vida dos habitantes do município, muito dos valores dos colonizadores, principalmente no que tange

⁶ Aqui considera-se valores tradicionais o respeito a família, a religiosidade, as relações de proximidade e amizade entre os habitantes do Município e a vida em comunidade.

questões relativas a religiosidade e ao trabalho. Essas características são percebidas no discurso do sujeito local, ao falar como os habitantes do município levam a vida:

- “[...] a gente tem muito assim de italiano, a gente é brasileiro, mas a gente se considera italiano, [...] isso é muito importante porque baseado na questão da religiosidade, no trabalho, o trabalho que as vezes assim é até maçante, é lavra, lavra, lavra, é uma coisa assim, então a gente sempre aprendeu isso aí assim, nos temos esse costume de que nada vem de graça, sempre tem que ir buscar, a cultura italiana tem muito disso, então tem hora de fazer a festa, tem hora de juntar a comunidade em torno de buscar algum objetivo de construir alguma coisa em função da igreja, em função do clube e tem a hora de trabalhar, então é baixar a cabeça e trabalhar, isso aí fica impregnado nas nossas crianças, pega isso aí” (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, 45 anos).

Portanto, é perceptível na vida dos habitantes de São João do Polêsine a presença da força da religiosidade, do respeito a família como instituição sagrada e o dever do trabalho. Essas heranças dos colonizadores são explicadas por Boni e Costa (1982). Segundo esses autores, o abalo sofrido pelos imigrantes italianos, causado pela mudança de país, atingiu todo o mundo cultural desses indivíduos, assim o fator religioso era muito relevante, pois se tratavam de indivíduos provenientes do mundo agrário, com uma cosmovisão sacral.

Nessa perspectiva, a religiosidade torna-se valor que move os outros valores: família e trabalho. Ao longo da história da Quarta Colônia e em especial no município de São João do Polêsine, no distrito de Vale Vêneto, a igreja como instituição religiosa e de ensino, pregou o culto a fé, o respeito a família e a valorização do trabalho para se alcançar os objetivos. Assim a religiosidade sempre se sobressaiu no município, o que se torna perceptível na fala do sujeito do Grupo 1, ao falar sobre a religiosidade no local:

- “Se for olhar Polêsine a igreja, Vale Vêneto os dois templos, o que é a nossa igreja, só a história dela emociona qualquer um, o colégio dos padres, das irmãs, [...] é muita religião, fé acima de tudo, isso era um trabalho muito importante, principalmente

os padres, porque vieram as irmãs e os padres aqui para dar educação aos filhos dos imigrantes” (Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

A história da força da religiosidade no município é evidenciada já em fins de 1879, quando a população do atual distrito de Vale Vêneto se uniu para trazer da Itália um religioso que desse assistência espiritual aos habitantes do local. Para tarefa de buscar o religioso escolheram um italiano que se encontrava no local verificando as condições nas quais os imigrantes estavam instalados. O italiano Antonio Vernier teve sua viagem financiada pelos moradores do Vale, os quais após sua partida deram início a construção de uma capela. Com a construção concluída a capela de madeira era utilizada para reuniões, rezas e para catequizar as crianças. Em 1881 o imigrante italiano Paolo Bortoluzzi, residente em Vale Vêneto, após a solicitação de Vernier, precisou vender bens na Itália para cobrir as despesas da vinda dos sacerdotes. Dois sacerdotes vieram da Itália sendo que um ficou no Vale e outro na Sede (Silveira Martins). Em 1911 o então curato de Vale Vêneto foi elevado a categoria de paróquia e logo chegaram os padres palotinos, que construíram uma igreja maior do que a capela existente. A igreja de Vale Vêneto é a única no mundo dedicada a Corpus Christi (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001).

Em 1892 a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, fundaram em Vale Vêneto o primeiro internato do interior do Rio Grande do Sul, que nos seus 93 anos de funcionamento, abrigou cerca de 400 pessoas. Mais tarde, no ano de 1914 decidiu-se pela construção de um colégio de formação de padres palotinos e em 1922 foi oficializado o Noviciado dos Palotinos em Vale Vêneto (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001).

Durante toda a história do município seu povo se une para a construção de capelas e igrejas, trabalhando e investindo seu dinheiro nisso, o que demonstra a forte religiosidade dos imigrantes italianos. Segundo Righi, Bisognin e Torri (2001, p. 233): “[...] a vida na localidade era de trabalho e muita fé, comprovados pela comunidade que, num esforço coletivo, ergueu a torre da matriz, solenemente inaugurada em 07/09/1922”.

Atualmente, segundo informações do Padre (77anos) da cidade de São João do Polêsine, a predominância no município ainda é de católicos. O religioso acredita que cerca de 80% do total da população é católica e chama a atenção para que a outra igreja, a Assembléia de Deus, que abriga uma minoria da população, possui fundamentos católicos. A permanência da maior parte da população do município na religião católica pode ser evidenciada na Tabela 14. De acordo com essas informações do ano de 2000, referentes a população de acordo com a religião, cerca de 99% dos informantes pesquisados eram católicos nesse ano de referência.

Tabela 14 - População residente por religião – 2000

Religião	População	%
Católica Apostólica Romana	2.724	99,23
Evangélicas	15	0,55%
Outras religiosidades	7	0,26
Total	2745	100

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE (2010).

Portanto, a religiosidade é um aspecto muito presente na vida dos habitantes de São João do Polêsine, ela influencia os comportamentos e valores locais. Sua importância nesse lugar é percebida no discurso do sujeito do Grupo 1 (Historiador e bibliotecário, 27 anos), que refere-se a esta questão utilizando expressões como, “cultura muito atrelada ao catolicismo”, “é uma bandeira”, “eles defendem essa bandeira com garra”, “ta atrelada a todos os aspectos da vida”. Essa percepção do sujeito em relação a população do município, nos revela, assim como os dados apresentados, que trata-se de um povo muito religioso, o que pode-se perceber nas falas de alguns sujeitos dos Grupos 1 e 2:

- “[...] se tu não tem religião tu não é nada” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).
- “[...] é muito importante, [...] quase todo mundo é católico” (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).
- “É importante” (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).
- “Tudo beato, a maioria é católico realmente” (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).
- “[...] a nossa educação toda ela foi baseada na religião” (Grupo 1 - Guia de turismo, 50 anos).

- “[...] o pessoal é religioso, né” (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).
- “[...] religiosidade é uma característica muito forte aqui em Polêsine e em toda a Quarta Colônia” (Grupo 2 - Vereador e professor, 29 anos).
- “Olha essa é a nossa base né, é o que mais move o município” (Grupo 2 – Prefeita, 45 anos).

Contudo, a presença da forte religiosidade no local encontra-se ligada a imigração italiana. Na concepção de um dos sujeitos do Grupo 2 (Vereador e professor, 29 anos), a religiosidade para os imigrantes italianos que colonizaram a região teve um importante papel como “elemento aglutinador e promotor da ordem moral na colônia italiana”. Assim, a fé representou a forma encontrada para que essas pessoas se mantivessem unidas para enfrentar as dificuldades encontradas em seu “novo” lugar. O informante também chama a atenção, para o fato de que esses primeiros moradores do local “reproduziram uma territorialidade fortemente marcada por espaços de manifestação do sagrado”, através da construção de capitéis e capelas. Algumas dessas construções, como a Capela Santana, fundada em 1903 (Figura 20 - A), a Igreja São Pedro, construída por volta de 1910 (Figura 20 - B) e o Capitél de Nossa Senhora do Rosário da Pompéia, de 1894 (Figura 20 - C), representam materializações das manifestações da fé dos colonizadores do local ainda presentes no espaço.



Figura 20 – Materializações da fé dos imigrantes italianos em São João do Polêsine

Fonte: Michele Lindner, 2009.

Incentivada pela religiosidade a dedicação ao trabalho também é uma característica muito marcante desse lugar e que também representa uma herança de seus colonizadores. Os imigrantes italianos deixavam sua terra natal, em busca de condições melhores de vida, com o sonho e a esperança de na “nova terra”, vencer e enriquecer através do trabalho. Nesse sentido Boni e Costa (1982) discorrem, que o trabalho para o imigrante italiano representou provar para si mesmo que o fracasso na Europa se deu independente de sua vontade e que no Brasil o sucesso econômico dependia de sua disposição.

O trabalho nesses locais representou a única forma de mudança em busca de condições melhores de vida e ascensão social para a família dos imigrantes. A valorização do trabalho já era passada para as crianças desde os primeiros anos e assim que atingiam uma certa idade passavam a ajudar seus pais nas “lidas” do campo. Toda a família trabalhava junta em busca de seus objetivos e buscava na religião, incentivos e a proximidade com o seu mundo cultural deixado para trás. Trabalhavam de sol a sol e o resultado compensador dava mais entusiasmo, este parecia imperar mais do que a sua

mentalidade católica. Paralela a ideologia do trabalho estava também uma maneira diferente de conduzir-se economicamente, gastava-se o menos possível (BONI; COSTA, 1982).

A esse respeito um sujeito do Grupo 1 (Professor aposentado, 59 anos), chama a atenção, para que os imigrantes vieram da Itália passando fome e conseqüentemente trouxeram para o local toda sua trajetória de vida e o princípio básico da economia de não gastar para poupar. Segundo ele, essa forma de economizar gastando o mínimo possível é um grande problema para o município e atrasa seu desenvolvimento, o que não ocorre nas outras áreas de colonização italiana do Rio Grande do Sul na Serra Gaúcha, nas quais embora também seja muito forte a valorização ao trabalho, são locais que se desenvolvem rápido.

Contudo, é o trabalho na agricultura que predomina no município. Embora todas as idades trabalhem nesse ramo no município, muitos jovens que tem condições de estudar buscam outras ocupações, procurado se promover no trabalho através dos estudos.

No entanto, a dedicação ao trabalho no município não é percebida apenas no trabalho individual, ela é facilmente percebida também no trabalho comunitário, principalmente no que tange trabalhos voltados as motivações religiosas como no caso das festividades.

O terceiro grande valor deixado de herança pelos imigrantes italianos ao povo de São João do Polêsine é o respeito a família. Segundo Boni e Costa (1982), na colonização Italiana do estado do Rio Grande do Sul houve a predominância da vinda de família de imigrantes, ao contrário lugares como São Paulo, Argentina, Estados Unidos e norte da África, os quais haviam números elevados de solteiros e casados que deixavam a família na Itália e partiam sós.

A religião católica, predominante no município sempre pregou o zelo e o respeito a família, valorizando-a como uma instituição sagrada. Ao questionar o Padre da cidade (78 anos), sobre os casamentos no município, o mesmo informa que os casamentos religiosos continuam tendo muita procura no local e que geralmente acontecem entre pessoas do município ou com pessoas dos municípios da Região da Quarta Colônia, descendentes de imigrantes italianos. O Informante chama a atenção de que as uniões de pessoas do município de São João do Polêsine com pessoas de outro

município externo a região da Quarta Colônia, geralmente acontece apenas quando jovens do município vão residir em outras cidades em ocasião de terminar os estudos e não retornam ao local após a conclusão. Essa situação é confirmada por uma das responsáveis pelo Centro de Pesquisas Genealógicas do município de Nova Palma (CPG), local que guarda um grande acervo sobre a colonização italiana na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Esta ressalta que essa característica dos casamentos entre descendentes de imigrantes italianos são comuns a todos os municípios da Quarta Colônia.

Essa característica dos casamentos intra e inter-municipais entre pessoas da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana pode ser uma forma de manter conservada as tradições e os costumes deixados pelos imigrantes italianos que colonizaram esses locais. Pode-se perceber que esta é uma prática que atravessa as gerações, desde os primeiros imigrantes chegados ao local até os dias atuais, como pode-se observar no Apêndice VI, que apresenta Árvores Genealógicas Simplificadas de algumas famílias tradicionais do município de São João do Polêsine, organizadas a partir de dados genealógicos obtidos no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

Contudo, percebe-se claramente através das observações e dos depoimentos, a presença de quatro grandes valores na atual vida cotidiana dos habitantes do local: vida em comunidade; religiosidade; família; e trabalho. Esses valores refletem um modo de vida tradicional, e com uma forte influência da herança cultural deixada pelos colonizadores italianos, e que esta muito relacionada aos modos de vida do mundo rural tradicional. Tratam-se de elementos que influenciam na forma de produzir e organizar espaço do município, pois a sua valorização e presença constante na vida dos habitantes de São João do Polêsine são as forças motrizes que influenciam todas as atitudes individuais e coletivas dessa população.

5.3.4. As tradições preservadas no pequeno município: as festividades e os símbolos do mundo rural

As heranças culturais podem ser consideradas as maiores riquezas para o conjunto de uma sociedade. Herdeiros culturais de um povo rural, os habitantes do

município de São João do Polêsine, ainda mantém vivas no cotidiano da população residente no local, diversas tradições e costumes trazidos pelos imigrantes italianos que colonizaram a região da Quarta Colônia, a qual o município faz parte.

A cultura em seu sentido social pode ser referenciada de duas formas: como um conhecimento adquirido, aquele que se refere a uma pessoa culta, sinônimo de uma pessoa com estudos, bem informada e de bom gosto (erudição), ou então como um conhecimento acumulado, o qual envolve crenças, regras, manifestações artísticas, ensinamentos e tradições.

As tradições referem-se aos conhecimentos e costumes produzidos e transmitidos no interior de uma sociedade ao longo de gerações. Dessa forma, as tradições estão relacionadas a heranças sociais, oriundas da história de determinadas sociedades. Essas heranças sociais podem estar presentes no dia-a-dia de determinados grupos sociais, ou manifestarem-se em momentos específicos, porém em ambos os casos elas se mostram repletas de simbologias.

Enquanto estruturas simbólicas as tradições expressam identidade. A estrutura simbólica manifesta-se tanto em elementos materiais quanto em elementos imateriais de uma sociedade. Assim, o simbólico de um lugar, manifestado na paisagem e no cotidiano local, influencia diretamente na sua produção e organização espacial. Costa (2008), ao estudar o simbólico dos lugares, propôs a discussão da identidade da paisagem, a qual se mantém através das práticas culturais que definem um conjunto de símbolos e revelam também a memória do lugar.

A memória de um lugar, impressa na paisagem, se dá através de diversos elementos simbólicos que expressam a história e os modos de vida. No município de São João do Polêsine podemos considerar a área urbana, ou vila do distrito de Vale Vêneto, como a detentora da maior quantidade de elementos da memória do lugar, materializada na paisagem, através da igreja de Corpus Christi (Figura 21 - A), da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes (Figura 21 - B), dos símbolos homenageando os imigrantes italianos, o “Nono e a Nona” (Figura 21 - C), símbolos da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival Internacional de Inverno da UFSM, ou então, pelas casas coloniais (Figura 21 - D), e pelo monumento que faz parte da Praça da Polenta (Figura 21 - E), homenageando uma das comidas mais tradicionais dos imigrantes italianos que colonizaram o local.



Figura 21 – Símbolos das tradições na paisagem de Vale Vêneto

Fonte: Michele Lindner, 2009 e 2010.

Além desses e de diversos outros elementos impressos na paisagem do distrito de Vale Vêneto, a memória do lugar também se materializa em um Museu, que tem por objetivo a preservação de objetos dos imigrantes que colonizaram o local. O Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop, que conta com um acervo de mais de três mil peças, entre peças trazidas pelos imigrantes da Itália e peças confeccionadas por eles nos primeiros anos de ocupação do local, foi fundado pelo descendente de imigrantes, o senhor Eduardo Marcuzzo.

O local conta com um acervo variado, que reflete a rusticidade dos “primeiros tempos” na antiga Colônia de Silveira Martins (que englobava a área do atual município de São João do Polêsine). Entre as peças do acervo chamam a atenção os utensílios agrícolas (Figura 22 – A), fotografias e documentos (Figura 22 – B), instrumentos musicais (Figura 22 – C), sapatos de madeira (Figura 22 – D) utilizados para ir as missas nos domingos, um quarto colonial (Figura 22 – E), além de uma sala destinada exclusivamente para peças religiosas.



Figura 22 – Acervo do Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop

Fonte: Michele Lindner, 2009.

Esses objetos que fazem parte do acervo do Museu estão relacionados a história do lugar, mas também representam símbolos ainda muito presentes no cotidiano dos habitantes do município de São João do Polêsine, a religiosidade da população, sua economia voltada para a agricultura e o apreço pela música. O Museu, que recebe visitantes que queiram conhecer o local mediante agendamento prévio, atualmente encontra-se sob a responsabilidade dos dois filhos do fundador, que trabalham como voluntários e se revezam no recebimento dos visitantes.

As tradições e costumes dos imigrantes italianos que colonizaram a região a qual pertence o município de São João do Polêsine refletem a identidade dos povos dos sete municípios da chamada Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Segundo Righi, Bisognin e Torri (2001) são os hábitos diferenciados introduzidos pelos imigrantes em toda essa região que ainda hoje caracterizam essas comunidades fortemente estruturadas na “cultura italiana”.

A consciência de identidade e identificação com os hábitos e costumes dos antepassados trazidos de uma Europa rural do século XIX é perceptível no discurso do sujeito do Grupo 2 (Vereador e professor, 29 anos).

- *“A região da quarta colônia de imigração italiana a qual Polêsine faz parte é uma região que se originou de uma colônia italiana e como tal ainda mantém uma série de traços culturais trazidos da Europa rural [...]. Desta forma ainda temos uma série de tradições que se mantém vivas, como os filós⁷, as festas de interior, a gastronomia típica, o artesanato, o modo de vida, o casório em estilo colonial, tudo isso colabora para que a região tenha sua identidade, um diferencial”.*

A ligação das heranças coloniais a identidade da sociedade polesinense atual, percebida através de expressões como “os italianos de Polêsine” ou os “gringos”, também estão presentes no imaginário dos sujeitos do Grupo 3. Essas expressões representam significações que pessoas externas ao local fazem dos habitantes do município de São João do Polêsine, as quais estão relacionadas a história e principalmente a diversos elementos presentes atualmente no cotidiano dessas pessoas e que se referem a permanências das tradições no local. As referências as afirmações de identidade estão expressas claramente nas falas dos sujeitos:

- *“Configura uma identidade local”* (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- *“[...] estes costumes e tradições deixados pelos primeiros imigrantes se tornam carro chefe”* (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

- *“As tradições deixadas pelos imigrantes italianos, no meu ponto de vista são o fator principal que orienta o modo de vida da população local”* (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).

- *“As tradições deixadas pelos antepassados identificam o município”* (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).

- *“Importante essa questão se faz no que diz respeito à identidade da localidade, e o modo de vida da população que ali vive”* (Grupo 3 – Mestrando em Geografia, 29 anos).

- *“Importante para identidade cultural do município, pois reflete na organização social do município”* (Grupo 3 – Doutoranda em Geografia, 27 anos).

⁷ Os Filós eram encontros entre as famílias na casa de alguém da comunidade. Nestes encontros o objetivo era rezar, dialogar, jogar, fazer trabalhos manuais, contar casos, cantar e relembrar a terra natal, a Itália.

Essa identidade ligada as tradições dos imigrantes italianos também é reconhecida por Righi, Bisognin e Torri (2001). Esses autores chamam a atenção para as manifestações das permanências das tradições dos antepassados nas cerimônias religiosas, onde muitas vezes a língua italiana substitui a portuguesa, não só nas preces como também nos cânticos. O mesmo também ocorre nas reuniões sociais com canções cujas letras foram trazidas pelos imigrantes. Essas canções atravessaram gerações, passadas de pais para filhos, representando dessa forma, parte do patrimônio cultural imaterial desse lugar.

Percebe-se também a permanência das tradições no imaginário dos indivíduos entrevistados. No entanto, a maneira de percebê-las é muito particular, podendo variar de acordo com o indivíduo que interpreta. Dessa forma, a compreensão da identidade pode ser revelada pela narrativa, a qual permite perceber a construção imaginária de um povo.

Ao serem instigados a falar sobre a importância das tradições deixadas pelos imigrantes italianos no município, podemos perceber nas falas dos sujeitos entrevistados dos grupos locais (Grupo 1 e 2), que a permanência destas representa um fator de fundamental importância para a vida desses sujeitos, que demonstram a preocupação com a necessidade da continuidade, procurando incentivar os mais jovens a mantê-las. Referências a isto são encontradas nas falas que seguem:

- “[...] os que ficam aqui preservam as mesmas características, do trabalho, estudo, criar os filhos dentro dessa tradição” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “São muito importantes, muito importante para a gente, e para os que vêm atrás” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).

- “Eu acho que isso aí deve ser conservado e deve ser incentivado e deve se estudado e fomentado, porque isso realmente não pode deixar se apagar” (Grupo 1 – Comerciante e agricultor aposentado, 77 anos).

- “As tradições são fortes e tão sendo exploradas, tá sendo realimentada e isso é muito bom” (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).

- *“Temos que dar continuidade aos costumes, as tradições, que como é que fica a geração que ta vindo se a gente não dá continuidade, eu acho super importante”* (Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).

- *“As pessoas mais idosas é que dão mais valor pra tudo né, os jovens estão começando”* (Grupo 2 - Secretária de Educação, 62 anos).

As permanências nas falas dos sujeitos são percebidas através de símbolos que refletem o imaginário dos entrevistados para com as tradições. Esses símbolos puderam ser identificados nas falas de alguns sujeitos, que buscaram ao longo de suas entrevistas exemplificar quais seriam os elementos que representariam a permanência das tradições no local. Dessa forma, foram identificados quatro elementos que simbolizam a permanência das tradições no município, os quais são apresentados na Tabela 15:

Tabela 15: Elementos simbólicos das tradições em São João do Polêsine

Símbolos	G1	G2	G3	Total
Valores dos Imigrantes	2	-	4	6
Gastronomia	-	1	5	6
Dialeto	4	-	-	4
Agricultura	-	1	2	3
Total	6	2	11	19

Fonte: Pesquisa de campo realizado nos anos de 2009 e 2010.
Org. Michele Lindner.

Observando os dados apresentados na Tabela 15, nota-se que foram os sujeitos do Grupo 3, os que mais citaram qualificações que representariam símbolos das tradições dos habitantes do município de São João do Polêsine. Dessa forma, percebe-se que esses sujeitos identificam as heranças culturais do local principalmente através da gastronomia, símbolo das tradições locais citado por cinco sujeitos, que demonstram através de suas falas, que este símbolo em conjunto com as belas paisagens é um grande atrativo do município.

- *“[...] os principais motivadores para conhecer o local, a apreciação da paisagem e saborear uma comida italiana”* (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- *“[...] desfrutar das belezas naturais e da gastronomia”* (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

- “[...] os órgãos públicos estão investindo em recursos para melhor receber os visitantes/turistas, sempre enfatizando a gastronomia” (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).

- “A culinária é muito saborosa e farta” (Grupo 3 – Mestrando em Geografia, 29 anos).

- “Forte apelo as suas raízes culturais, marcada pela culinária” (Grupo 3 – Geógrafa, 32 anos).

O outro símbolo mais citado foi os valores trazidos pelos imigrantes italianos ao local. Os valores aqui considerados referem-se ao conjunto religião, família e trabalho, considerados os três pilares da colonização italiana nesse local. Dessa forma, percebe-se que entre os três, o que mais se sobressaiu na percepção dos sujeitos entrevistados foi a religiosidade, a qual em alguns depoimentos apresenta-se relacionada as festividades locais, como símbolos da tradição.

- “[...] escala de valores católica, que é família, trabalho, estudo, etc e tal” (Grupo 1 - Historiador e bibliotecário, 27 anos).

- “[...] baseado na questão da religiosidade, no trabalho” (Grupo 1 - Representante da Associação Comercial e técnico em prótese dentária, XX anos).

- “[...] essas tradições podem ser observadas a questão da religiosidade e suas festividades relacionadas à igreja” (Grupo 3 - Estudante de Geografia, 22 anos).

- “A religiosidade se destaca na cidade” (Grupo 3 – Enfermeira, 34 anos).

- “[...] a religiosidade do local nos costumes dos primeiros imigrantes que chegaram no local” (Grupo 3 – Engenheiro Agrônomo, 34 anos).

- “Forte apelo ao culto da religião, cristianismo” (Grupo 3 – Geógrafa, 32 anos).

Outra referencia a permanência da religiosidade como uma herança ou tradição no município, pode ser evidenciada no discurso da campanha de promoção de restauração da Igreja Matriz São João Batista. Nesse material, fica muito claro o apelo a sensibilização dos moradores através de expressões como: “valioso patrimônio”;

“história viva”; “verdadeiro patrimônio histórico e cultural de nossa cidade”. O texto de sensibilização da campanha pode ser conferido na Figura 23:



Figura 23 – Folder da campanha de promoção de restauração da Igreja Matriz São João Batista

Por fim, os outros dois símbolos referenciados as tradições foram a agricultura, que é apresentada por três informantes como uma tradição do município desde os tempos dos imigrantes e o dialeto falado por estes ao chegar ao local. Este último símbolo, o dialeto, chama especial atenção, visto que o mesmo representou a referencia a tradição dos imigrantes mais citada pelos sujeitos que vivenciam o local. Portanto, as falas que seguem demonstram a importância dessa permanência para os moradores do lugar:

- “[...] *falar italiano, eu falo italiano, até com o pequeno*” (Grupo 1 - Artesã, 63 anos).
- “[...] *existe incentivo a língua estrangeira, pra trazer de volta um pouco do italiano*” (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).
- “[...] *a gente entende, mas não fala*” (Grupo 1 - Proprietária de Restaurante, 29 anos).
- “[...] *nós falamos o dialeto*” (Grupo 1 - Guia de turismo, 50 anos).

Assim, percebe-se que essa manifestação cultural enfrenta por vezes uma certa resistência por parte dos mais jovens, que muitas vezes não tem o costume de falar o dialeto dos ancestrais. Porém, concomitante a essa resistência também percebe-se incentivos para que o dialeto não se perca. Esses incentivos referem-se a valorização dessa manifestação como um atrativo cultural, o que se percebe neste trecho do folder de divulgação turístico sobre Cultura, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS):

No falar dialetal as palavras primeiras fortalecem as raízes do ser e de pertencer a um determinado lugar. A palavra oração, canto e ou tirada ao vento carrega em si pertencimento, este ser deste e não de outro lugar.

Outra referência a cultura e as tradições, que vem cada vez mais chamando a atenção e já há algum tempo vem assumindo uma importância primordial no município de São João do Polêsine e em toda a região da Quarta Colônia é exploração turística dessas características. Tanto os sujeitos que vivenciam o local quanto os que o vêem como meros espectadores vêm nas características culturais, um potencial a ser explorado e desenvolvido, conforme percebe-se nas falas que seguem:

- “*As tradições, a importância seria uma importância turística*” (Grupo 1 – Professor aposentado, 59 anos).
- “[...] *eu acho que nós temos grande vocação para o turismo, eu acho que esse vai ser o caminho*” (Proprietário de Pousada e Responsável pelo Museu de Vale Vêneto, 47 anos).
- “*A cultura local que pode ser um atrativo turístico*” (Grupo 3 - Mestranda em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

- “[...] as tradições são importantes para o desenvolvimento e crescimento do Município no setor terciário, basicamente, o turismo” (Grupo 3 – Professora de Geografia, 29 anos).

- “É um aspecto de grande relevância e contempla potenciais para a atividade turística” (Grupo 3 - Mestre em Desenvolvimento Rural, 27 anos).

Assim, como nas opiniões apresentadas, na concepção da Prefeita (Grupo 2 - 45 anos), as tradições são muito importantes para atração de turistas ao município, pois segundo a informante, as pessoas que vem ao local querem ver o resgate delas. Portanto, percebe-se nas festividades espaços privilegiados para a construção e consolidação de símbolos identitários na medida em que constituem espaços privilegiados para a invenção das tradições (VENDRUSCOLO, 2009).

Nesse sentido, as festividades representam um momento onde a comunidade busca externalizar suas tradições através de encenações e cenários preparados para receber os visitantes. Como manifestações simbólicas das tradições, as festividades representam um papel de fundamental importância em São João do Polêsine, pois são elas que reforçam os elementos da cultura de seu povo.

No município, a preparação das festividades envolve uma série de elementos, que vão desde as programações religiosas, culturais, gastronômicas, até a preparação do cenário da festa. O cenário, busca representar a cultura local e as motivações festivas, como no caso do Festival de Internacional de Inverno da UFSM e Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, que mesclam motivações da cultura Italiana com elementos da música erudita, ou então a Festa Regional do Arroz, que além das tradições italianas, tem como motivação o produto que dá o nome à festa, o arroz.

Vendruscolo (2009), ao referir-se as festividades da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, coloca que cada festa é ornamentada de acordo com sua temática e que as decorações ficam a cargo da imagem para o sentimento de aconchego e afirmação dos símbolos.

O cenário de festa, portanto, apresenta-se como um atrativo na medida em que a comunidade local organiza-se para aquele momento, um momento para receber os visitantes e servi-los, um ritual de ‘vestir o local’, fazer o cenário onde será realizada a ‘encenação festiva’ (VENDRUSCOLO, 2009, p. 114).

Outra característica das festividades de São João do Polêsine, assim como de muitas da Quarta Colônia, é a religiosidade, a qual também está presente no simbólico desses eventos. Suas manifestações são materiais, através dos almoços e jantares nos salões paroquiais e das procissões e missas que normalmente abrem os eventos, e imateriais, pois são muitas vezes motivadas pela fé. Portanto, trata-se de um município habitado por um povo católico praticante, no qual as festividades geralmente estão ligadas a motivações religiosas e do mundo rural, visto que, algumas delas são realizadas com o objetivo de agradecimento as colheitas.

A gastronomia tradicional italiana é outro elemento importante nessas festividades e representa um grande símbolo da cultura local. O vinho, a sopa de anholini⁸, o salame, o queijo, a fortaia⁹, o grostoli¹⁰, a polenta brustulada (torrada), o radici e o cren (tempero de raiz forte), são preparados e servidos pelos moradores locais nesses eventos. Assim, marcante em todos os eventos, a tradição gastronômica é colocada como um dos grandes atrativos das festividades e de toda a Região da Quarta Colônia, como é percebido no enunciado do folder de divulgação turística sobre Gastronomia, do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS):

Há muitas formas de conhecer um povo e sua cultura. Entre as mais prazerosas e marcantes, encontra-se a gastronomia. A Quarta Colônia é rica em sua culinária com pratos típicos que assumem formas de relíquias herdadas de gerações.

Contudo, as festividades estão repletas do simbólico da cultura local, manifestado nos diversos elementos que as compõe. A forma de organização dessas festividades é explicada por um sujeito entrevistado do Grupo 2 (Vereador e professor, 29 anos), que explica que as festividades normalmente acontecem no salão paroquial e são organizadas pelo Conselho Paroquial, fatores estes que já demonstram a ligação destas com a religião. Mesmo o Festival de Internacional de Inverno da UFSM que ocorre concomitante a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto possui seu caráter

⁸ Comida de origem italiana, também conhecido pelo nome de capeleti, consiste em uma massa recheada com carne, frango ou queijo, com as pontas unidas.

⁹ Ovos mexidos com queijo, salame temperos a gosto.

¹⁰ Doce de origem italiana, que consiste em uma massa caseira cortada em tiras, no centro é feito um corte onde uma das pontas da massa é transpassada, essa massa é frita e posteriormente adoçada, sua versão salgada também é conhecida como cueca virada.

religiosos, pois o evento conta com missas e cerimônias religiosas e seus almoços e jantares são organizados pelos membros do Conselho Paroquial de forma voluntária. O trabalho voluntário na organização das festividades e o papel da igreja, também são percebidos na fala do sujeito do Grupo 1:

- *“Sempre são puxadas todas pela religião, eles tem incentivo da prefeitura também, mas é puxada pela igreja. O pessoal colabora como voluntários, as festas daqui ninguém paga nada, todo mundo trabalha como voluntário. O pessoal da cidade que participa, a diretoria da igreja, tem um grupo da igreja, o pessoal da igreja que escala o pessoal que trabalha e todo mundo ai colabora. Todas as festas que tem aqui são feitas pelo pessoal do lugar. Pra vim na festa pra participa ai sim vem de todos municípios, o pessoal da Quarta Colônia e o pessoal de Santa Maria é o que mantém as festas aqui, eles gostam muito de sai pro interior”* (Comerciário e agricultor aposentado, 77 anos).

Outra informante do Grupo 1 (Guia de turismo, 50 anos), também explica que as programações das festividades geralmente são sempre as mesmas, que é “aquele tipo de festividade bem tradicional”, começa com uma missa e depois tem um almoço e que o papel da comissão é mais de modificar datas, horários e decidir sobre os cardápios. Segundo ela a Comissão elege nomes e na missa são divulgados os nomes dos membros da comunidade convidados e por vezes parentes destes que também ajudam na organização. A comunidade participa das festividades na organização, nos afazeres e na elaboração dos alimentos. Existe também uma clara diferenciação no papel dos homens e das mulheres, os homens trabalham na parte das carnes, assando o churrasco e nas bebidas e as mulheres na preparação dos outros alimentos e na limpeza.

Contudo, as tradições expressas nessas festividades são vistas por boa parte da população como atrativos turísticos para pessoas de municípios maiores. Todas essas impressões e percepções dos sujeitos entrevistados demonstram a importância dessas tradições, que fazem parte do cotidiano desse povo e também são externalizadas como forma de homenagear os antepassados que colonizaram o local mostrando sua identidade cultural. Nesse município de vocação agrícola, o grande diferencial é esse

fator cultural, que dá a sua identidade e o faz pertencer a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, várias são as festividades tradicionais do município de São João do Polêsine: Festa de Nossa Senhora de Lourdes, realizada nos mês de fevereiro no distrito de Vale Vêneto; Festa de São Valentim, também realizada no mês de fevereiro no distrito de Vale Vêneto; Festa do Corpo de Deus ou Corpus Christi, realizada no mês de maio ou no mês de junho no distrito de Vale Vêneto; Festa de São Pedro realizada no mês de junho na comunidade de Ribeirão; Festa de Nossa Senhora da Salette, padroeira dos agricultores, realizada no mês de setembro na cidade de São João do Polêsine; Festa de Nossa Senhora da Saúde, realizada no mês de novembro na comunidade de Ribeirão; Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival Internacional de Inverno da UFSM, realizados em fins do mês de julho e início do mês de agosto no distrito de Vale Vêneto; Festa Regional do Arroz, realizada no mês de maio na cidade de São João do Polêsine; e a Festa do Padroeiro São João Batista, realizada no mês de junho na cidade de São João do Polêsine. Dentre essas festividades, foram escolhidas para análise nessa pesquisa, as três últimas, por estas representarem muito bem a identidade do local e se configurarem como as maiores festividades no município.

5.3.4.1. A Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e o Festival Internacional de Inverno da UFSM

A Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e o Festival Internacional de Inverno da Universidade Federal de Santa Maria são dois eventos concomitantes que acontecem anualmente no distrito de Vale Vêneto e mesclam a cultura italiana a música erudita. Estes eventos possuem uma grande importância para o município de São João do Polêsine, visto que esta é a festividade que atrai mais pessoas ao local, vindas de diversas partes do Brasil e do mundo.

A importância que esse evento adquire no estudo das tradições no município de São João do Polêsine está na recriação e encenação das tradições. Mesmo esta festividade tendo um caráter acadêmico, no que tange a programação do Festival de música da UFSM, ele está diretamente ligado a vida comunitária do município, visto que toda a organização da festividade fica por conta da comunidade local, que se dedica

e trabalha de forma voluntária, deixando assim a festividade com a “cara do lugar”. Assim, os dois eventos se fundem, e os participantes do Festival de música da UFSM, tem durante uma semana a possibilidade de vivenciar a cultura e as tradições desse lugar através da Semana Cultural Italiana.

As origens dessa festividade/evento datam do ano 1985, quando o distrito de Vale Vêneto, ainda pertencente ao município de Faxinal do Soturno, foi escolhido para sediar o Festival Internacional de Inverno da UFSM. A escolha do Distrito como sede do festival de música erudita se deu pela proximidade deste com o município de Santa Maria e pelo local representar um lugar “[...] apazível e belo por natureza, além de tranquilo, portanto perfeito para o desenvolvimento da música erudita, cujos acordes exigem máxima concentração, o silêncio do vale favoreceria este objetivo” (NARDI, 2007, p. 107).

O evento acadêmico, Festival Internacional de Inverno da UFSM é promovido pelo Curso de Musica, do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria, em parceria com a Universidade da Geórgia (EUA). Já a Semana Cultural Italiana é uma promoção da prefeitura de São João do Polêsine e comunidade de Vale Vêneto. Embora exista uma certa separação na organização desses eventos concomitantes, isso ocorre no sentido das atribuições, ou seja, a programação acadêmica do Festival é decidida pelo Curso de Música da UFSM, enquanto a parte religiosa, gastronômica, de decoração, entre outras que se referem a recepção dos participantes ficam por conta da comunidade de Vale Vêneto. Contudo, deixando de lado as atribuições específicas, a festividade/evento é uma realização da Comunidade de Vale Vêneto, Prefeitura Municipal de São João do Polêsine e Universidade Federal de Santa Maria.

Durante o evento os participantes ficam hospedados no distrito de Vale Vêneto em alojamentos distribuídos pela organização do Festival de Inverno e também na Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes e na Pousada Veneta, que funciona em um antigo casarão colonial do Distrito, com capacidade para no máximo 14 pessoas. Outras opções de hospedagem existem no distrito próximo de Recanto Maestro, o qual conta com a Pousada Recanto, que funciona desde o ano de 2000 em um casarão de pedra em estilo colonial, com capacidade para abrigar 22 pessoas e o Hotel Capo Zorial, com 30 apartamentos e uma completa infra-estrutura para organização de eventos empresariais.

As programações da Semana Cultural Italiana e do Festival Internacional de Inverno da UFSM, são apresentadas de forma separada, porém nenhuma concomitante a outra para que os participantes do Festival e os visitantes possam participar da programação como um todo. Tradicionalmente a abertura oficial da festividade/evento acontece em um domingo, com uma missa rezada na Igreja Matriz de Corpus Christi, com a participação do Coro do curso de Música da UFSM e da Orquestra Sinfônica de Santa Maria (Figura 24 – A, B, C e D). Esta solenidade de abertura que acontece durante a missa conta com a presença de diversas autoridades regionais, como prefeitos e vereadores dos municípios da Quarta Colônia, os organizadores da festividade/evento, além de autoridades da Universidade Federal de Santa Maria, representadas por vezes pelo Reitor da instituição e alguns de seus pró-reitores, diretores de centros e coordenadores de cursos.



Figura 24 – Imagens da missa de abertura do XXV Festival Internacional de Inverno da UFSM e da XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto

Foto: Ronald Mendes.

Fonte: Diário de Santa Maria, 2010.

Após a Missa de abertura, é realizado o tradicional almoço italiano no salão da Sociedade Agrícola, Cultural e Esportiva de Vale Vêneto - SACE (Figura 25 - A). O cardápio do almoço, na maioria das vezes, é o típico cardápio das festividades do município, com sopa de “agnolini”, risoto, galetto, churrasco e salada. Nesses almoços, assim como nos jantares os participantes sentam em mesas compridas (Figura 25 - B), uns ao lado dos outros, dando assim uma sensação de proximidade entre os participantes, como nas festas típicas das áreas rurais. Os membros da comunidade de Vale Vêneto preparam as comidas e servem as mesas, usando vestimentas típicas da etnia italiana (Figura 25 - C). Após o almoço, ocorre o pronunciamento do organizador da Semana Cultural Italiana e de autoridades locais (Figura 25 - D), também eventualmente acontecem apresentações culturais de escolas da comunidade.



Figura 25 – Imagens do almoço de abertura do XXV Festival Internacional de Inverno da UFSM e da XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto

Fonte: Michele Lindner, 2009 e 2010.

No decorrer da semana durante o dia, as programações são mais restritas aos acadêmicos inscritos no Festival de música da UFSM, que participam de cursos

ministrados por professores de diversas modalidades de instrumentos e canto, e as crianças da comunidade que podem se inscrever para participar de oficinas ministradas por alunos do curso de graduação em Música da UFSM. Nos fins de tardes, acontecem recitais de professores e alunos do Festival de música, abertos para toda a comunidade e visitantes. Após os recitais, a programação diária da Semana Cultural Italiana, oferece jantares típicos aos participantes e visitantes, seguidos de apresentações culturais da comunidade de Vale Vêneto e artistas convidados. Estas apresentações culturais, representadas através de peças de teatro ou apresentações musicais, fazem referencia a cultura italiana e buscam mostrar a história da colonização da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS.

Dessa forma, durante a programação tradicional da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, existem diversos elementos que nos remetem a valorização das tradições locais, seja na gastronomia típica, seja na decoração dos locais, ou mesmo na atenção dedicada pela comunidade aos visitantes, percebida na união de seus membros para uma boa organização do evento. Outro elemento que chama a atenção na programação da festividade é o desfile típico contando a história dos imigrantes e da colonização.

De acordo com Nardi (2007), o desfile típico é sortido de várias alegorias representativas dos costumes e tradições dos imigrantes e representa uma janela que permite a passagem de um contexto sociocultural do século XIX para a contemporaneidade. Dessa forma, busca-se entre os moradores locais (crianças, jovens, adultos e idosos), atores para encenação da reconstrução dos modos de vida dos imigrantes que fizeram parte da história do local.

Em cima de carrocerias de caminhões simulam afazeres rurais como a construção de cestos e tranças de palha de trigo para a construção de chapéus. A pé, famílias caminham cantando antigas canções, alusivas a epopéia italiana, portando instrumentos de trabalhos agrícolas, seguidas das carretas puxadas à bois, destacam-se na construção lúdica da atmosfera da imigração representada no desfile (Figura 26 – A, B, C, D, E e F). Contudo, nos dois últimos anos (2009 e 2010) da festividade, devido ao mau tempo, os desfiles, que estavam na programação das duas edições, foram cancelados.



Figura 26 – Imagens do desfile da XXI Semana Cultural Italiana e XXI Festival Internacional de Inverno da UFSM

Fonte: Nardi, 2006.

Outra característica que demonstra a fusão das tradições dos imigrantes italianos e da música erudita está nos símbolos da festividade/evento. Os bonecos do “Nono e da Nona”, que estão representados em estátuas situadas em frente ao Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop, ilustram os folderes informativos (Figura 27 – A e B) e toda a publicidade de várias edições da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival Internacional de Inverno da UFSM. Nardi (2007), em seu estudo sobre o turismo na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, fala sobre esses símbolos no Festival Internacional de Inverno da UFSM e Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto:

O Nono e a Nona, figuras emblemáticas da italianidade reterritorializada como que convidando os turistas para vir para Vale Vêneto que serão bem recepcionados e terão a oportunidade de entrar em contato com um outro mundo, com o mundo da cultura típica Italiana em terras de além-mar, cuja sociabilidade e até mesmo a natureza física proporcionam uma atmosfera cosmopolita (Nardi, 2007, p.109).

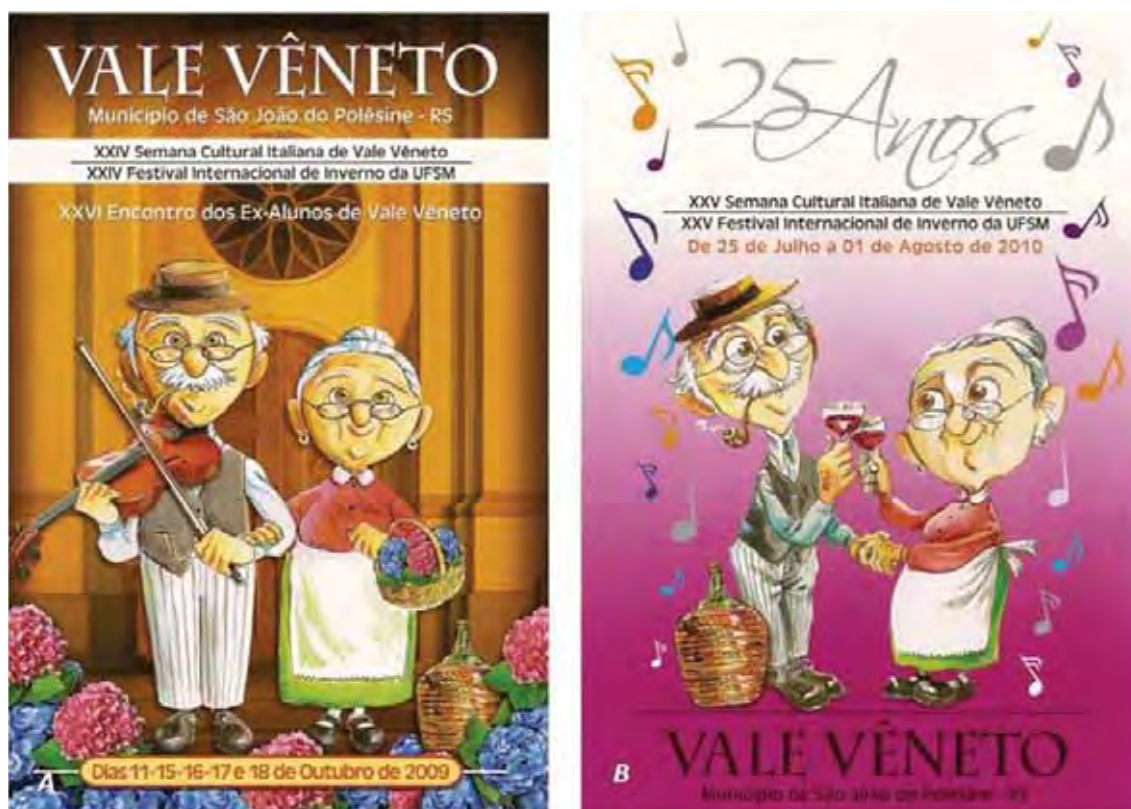


Figura 27 – Folderes alusivos a XXIV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto/XXIV Festival de Internacional de Inverno da UFSM e XXV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto/XXV Festival de Internacional de Inverno da UFSM

O Festival Internacional de Inverno da UFSM e a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, que acontecem todos os anos na última semana do mês de julho e início de agosto, no ano de 2009 não realizaram-se neste período. Por ocasião do cancelamento de todas as atividades externas da UFSM durante esse dois meses, devido ao risco de contaminação da Influenza A (H1N1)¹¹, o evento foi adiado e algumas atividades do Festival Internacional de Inverno da UFSM foram suspensas. O evento transferido para o mês de outubro deste ano contou com apenas cinco dias de duração distribuídos em finais de semana deste mês, fato que gerou muitos prejuízos para os moradores locais que esperavam receber um público como dos anos anteriores.

Assim, o evento que tradicionalmente aconteceria no inverno realizou-se neste ano durante a primavera no mês de outubro (Figura 28) e por esse motivo houve o

¹¹ Nesse ano houve vários casos de pessoas contaminadas pelo vírus da Influenza A (H1N1), na cidade de Santa Maria, episódio que fez com que a Universidade Federal de Santa Maria entrasse em estado de alerta e suspendesse todos os eventos externos durante os meses de julho e agosto de 2009.

cancelamento de diversas atividades promovidas pelo Curso de Música da UFSM, o que levou a diminuição da participação de grande parte de professores e alunos de diversos locais do Brasil e de outros países. Dessa forma, a festividade teve a programação voltada praticamente para as programações da Semana Cultural Italiana, tendo apenas a participação da Orquestra Sinfônica de Santa Maria e dos músicos da UFSM, na Abertura Oficial na Missa na Igreja Matriz de Corpus Christi e nos concertos abertos a comunidade e visitantes nos fins de tarde.



Figura 28 – Capa da Edição Especial do Jornal Integração Regional

Fonte: Jornal Integração Regional, 2009.

Neste ano, conforme citado no texto da figura acima (Figura 28), o evento teve duas homenagens, entre elas para o padre Clementino Marcuzzo, fundador da Semana Cultural Italiana, que faleceu no mês de junho do ano de 2009. Foi através de uma conversa do Padre com uma professora do Departamento de Música da UFSM, Alzira

Severo, que nasceu a idéia de criar o Festival Internacional de Inverno e a Semana Cultural Italiana ocorrendo paralelamente, fato este que fez com que no ano de 2008, Clementino Marcuzzo fosse nomeado patrono dessa edição do Festival e da Semana Cultural Italiana.

Na edição do ano de 2010, a Semana Cultural Italiana e o Festival Internacional de Inverno da UFSM, ocorreram na data tradicional. Neste ano, o evento completou seus 25 anos e foi definido pelo coordenador da Semana Cultural Italiana como “o maior de todos os tempos”, tendo atraído mais de vinte mil pessoas durante os oito dias do Festival. Durante esses dias, um total de 150 voluntários ajudaram na preparação dos alimentos e no atendimento aos visitantes nos almoços e jantares, nos quais segundo os organizadores, foram servidas cerca de 50% a mais de refeições que nos anos anteriores.

O coordenador da Semana Cultural Italiana, engenheiro agrônomo aposentado, Luiz Pivetta (54 anos), reside atualmente no município de Santa Maria, mas é natural do distrito de Vale Vêneto, tendo todas as gerações de sua família, desde os imigrantes vindos da Itália, residido no local. Segundo Luiz Pivetta, a organização da festividade acontece da seguinte forma:

- “[...] nós temos uma comissão organizadora, a gente monta envolvendo os parceiros que é a Prefeitura e a Universidade e também aqui o caso da comunidade para tomar algumas decisões, depois de tomadas as decisões, a parte de estrutura, aí a gente enfoca líderes para cada setor que a gente acha importante e o líder forma a sua equipe, então tem o líder da parte de ornamentação, da parte dos eventos, da parte da agenda, tem o que cuida a parte da alimentação, a parte da bebida, todos da comunidade”.

Assim, segundo o informante, os líderes são todos voluntários da comunidade, já nas equipes, algumas pessoas são pagas para trabalhar, outras não. Os serventes que realizam a limpeza e trabalham a semana inteira recebem pelo seu trabalho, já as pessoas que servem as mesas na hora dos almoços e jantares são todos voluntários. Existem também diferenciações bem definidas nos trabalhos femininos e masculinos, as

mulheres trabalham na tenda dos doces, na cozinha e lavam as louças, os homens assam as carnes e trabalham na venda de bebidas, já na parte da limpeza o trabalho é misto.

Pivetta, chama a atenção também para que muitas pessoas se oferecem para trabalhar e que as equipes de organização do evento trabalham muito em cima do valor comunitário e o lado motivacional de receber bem os visitantes. A motivação e o sentimento de pertencimento ao lugar podem ser percebidos nas palavras do Coordenador da festividade:

- “[...] acho que cada um se sente um pedaço da festa, então acho que essa consciência existe na região em todas as comunidades, é a nossa festa, então, vamos servir bem”.

Nardi (2007) ressalta a importância do Festival de Inverno e da Semana Cultural Italiana para a geração de empregos e renda para a população local. Segundo ele, esse evento além da geração de empregos temporários diretos para aproximadamente cem pessoas do local, também dinamiza o comércio e a produção agrícola através da demanda turística, pois grande parte dos produtos consumidos são produzidos no município.

Outra característica marcante do evento é o envolvimento das crianças da comunidade. De acordo com o Coordenador da Semana Cultural Italiana isso ocorre através do envolvimento da escola local, que trabalha muito bem os valores comunitários com seus alunos e dos filhos de membros da comunidade que ajudam os pais nos afazeres do evento.

- “A gente sempre procurou envolver a criança, principalmente a criança, o colégio assim ficou muito bem envolvido nisso aí, e a gente percebe que o jovem aqui já tem isso aí como um orgulho dele de trabalha, ser voluntário. Eu vejo varias crianças que tem 8, 10 anos chegam tio, quando é que eu vou começar a trabalhar, quando é que posso começar a servir. Então a gente ocupa eles mais nessa parte de sempre servicinhos, secar talheres, ajudar a botar pratos na mesa os maiorzinhos, bota o guardanapo, então a gente pega assim sempre os filhos da gente e vai levando junto.” (Coordenador da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, 54 anos).

Assim, as influências das tradições e da religiosidade nas festividades são valores muito marcantes no local e o Festival segundo Pivetta, é realizado em cima disto. Para o informante, é através desses eventos que tentam-se manter esses valores fortes, resgatar principalmente a parte da religiosidade, dos usos e costumes, do respeito e das tradições e o desfile é montado em cima disso. Em suas palavras “[...] o que foi no passado hoje é cultura para nós” (Luiz Pivetta, Coordenador da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, 54 anos).

Portanto, é possível perceber que mesmo o Festival Internacional de Inverno sendo um evento realizado em parceria com atores externos ao lugar, ele possui uma forte integração com a cultura local ao ser realizado concomitantemente com a Semana Cultural Italiana. É através do trabalho da comunidade, da gastronomia e das representações culturais presentes em todos os dias desses eventos, que o lugar demonstra sua identidade para os visitantes e reforça os laços que mantém vivas as tradições e costumes dos antepassados entre os membros da comunidade, além de adquirir através da grande visibilidade dessa festividade/evento, reconhecimento externo do distrito de Vale Vêneto e do município de São João do Polêsine.

5.3.4.2 . A Festa Regional do Arroz

A Festa Regional do Arroz acontece na cidade de São João do Polêsine e é a festividade mais tradicional do município. Em sua 55ª edição no ano de 2010 (Figura 29), essa festividade visa a comemoração e o agradecimento as colheitas do principal produto da economia local. O evento que tradicionalmente tem a duração de três dias tem em sua programação uma série de palestras destinadas a agricultores do município e região, com temáticas voltadas a cultura do arroz. Também conta com apresentações artísticas, um desfile comemorativo destacando a cultura do arroz e uma feira de exposições de produtos coloniais, agroindústrias, artesanatos e maquinários agrícolas. No domingo, dia de encerramento da festividade, ocorre uma missa festiva de ação de graças pela colheita na Igreja Matriz. Todas as atividades da festividade, são realizadas no Salão Paroquial, anexo a Igreja, e em suas dependências externas.



Figura 29 – Folder alusivo a 55ª Festa Regional do Arroz, 2010

Marcada por fortes referências simbólicas do mundo rural, é a segunda festa que atrai mais visitantes ao Município. Suas origens remontam mais uma vez a história de união da sociedade local em torno de objetivos comunitários, visando a aquisição de materiais para a escola do local da época.

Os coordenadores da organização desta festividade, Presidente do Conselho Paroquial da Igreja Matriz São João Batista, o senhor Carlos Felice e o Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agricultura (ACISA), o senhor Adelar Rosso Dotto, contam que foi no ano de 1954 devido a necessidade de adquirir mapas para o colégio das Irmãs de Maria, que a comissão de festas da paróquia se uniu para organizar um almoço para arrecadar fundos. Após a realização do almoço, os agricultores que participaram deste, levaram seus carros, tratores e máquinas utilizadas para trabalhar na lavoura e estas receberam a benção do padre local. A benção das máquinas começou a repetir-se anualmente, com os agricultores as levando até a frente da Igreja Matriz de São João Batista, para receber a benção para melhores colheitas no ano subsequente. Imagens das bênçãos as máquinas, nas primeiras Festas do Arroz, podem ser visualizadas na Figura 30 – A e B:



Figura 30 – Imagens da Bênção as Máquinas nas primeiras Festas do Arroz

Fonte: Acervo de Giordano Ceretta, 2009.

Assim, percebe-se que a festividade tem suas raízes na fé desse povo rural, que desde o princípio buscou em suas crenças proteção e incentivo espiritual para o trabalho, sua forma de ganhar a vida, a agricultura. Com o passar dos anos a ação de levar seus instrumentos de trabalho para serem abençoados em frente a igreja, fez com que os moradores passassem a se organizar, transformando a “benção as máquinas” em um desfile seguido desta.

De acordo com os organizadores no início eram só as máquinas que desfilavam, com o passar dos anos os participantes foram se motivando, a festa foi sendo incrementada e a religiosidade passou a ter o caráter específico do agradecimento às colheitas do arroz, o principal produto da economia do município, desde os princípios da festividade. O desfile também passou a ter como principal motivação este produto. Incentivados pela temática, além do desfile das máquinas (Figura 31 – A), os moradores passaram a elaborar carros alegóricos, que mesclavam a homenagem ao padroeiro do município São João Batista a colheita do arroz, simbolizados na imagem das crianças homenageando o Padroeiro em um carro alegórico decorado com sacas e ramos de arroz (Figura 31 – B). Carros alegóricos também representavam as etapas do plantio, como em sua fase manual (Figura 31 – C), além das rainhas e princesas da Festa do Arroz, apresentadas a comunidade segurando cestas com ramos do produto em cima de caminhões decorados com sacas de arroz (Figura 31 – D).



Figura 31 – Imagens dos primeiros desfiles das Festas do Arroz

Fonte: Acervo de Giordano Ceretta, 2009.

Desta forma, o desfile passou a ser a grande atração da Festa do Arroz no decorrer dos anos, acompanhando também a história da evolução do município. O presidente da ACISA conta que ao longo dos anos o desfile sempre procurou demonstrar questões que estavam acontecendo no município ao longo desses 55 anos. O informante cita episódios como a inserção da modernização da agricultura, a emancipação do município, a paleontologia, a fruticultura, além da questão tradicional da plantação do arroz:

- “[...] me lembro quando eu era guri, era mais maquinas, a inserção, aquela vez tava entrando a mecanização mesmo de fato, aumentando bastante, então chego a te assim centenas de tratores desfilando [...] aquela época tudo que era interessante no município, o ano que se emancipo desfilo todas as maquinas da prefeitura, esse ano também tem o carro da fruticultura, teve um ano o carro do dinossauro, porque tava bastante em voga por causa do museu paleontológico, então alguma coisa sempre que ta em evidencia, que destaca no município se passa no desfile, além daquela questão histórica da plantação do arroz” (Presidente da ACISA, 45 anos).

Os coordenadores da festividade também chamam a atenção que com o passar do tempo, houve um grande crescimento no número de participantes do desfile, o que fez com que houvesse a necessidade de algumas mudanças. Dessas mudanças, a mais significativa foi a mudança no horário do desfile, que acontecia tradicionalmente após a missa de ação de graças as colheitas, o qual precisou ser transferido para o período da tarde, pois o crescimento no número de participantes estava começando “apertar para o almoço”, causando atrasos.

Contudo, mesmo havendo a tradição de outros desfiles em São João do Polêsine, como o da Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, o desfile da Festa do Arroz é o mais antigo e mais tradicional do município. Esse desfile representa o passado e o presente desse município de vocação e economia agrícola. Na edição do ano de 2010, o desfile buscou representar varias fases da história do município até chegar aos dias atuais. Entre as representações estiveram, chegada dos imigrantes italianos ao local com suas roupas típicas e utensílios rústicos (Figura 32 – A), em cima de carros alegóricos a encenação da vida cotidiana (Figura 32 – B), o plantio manual do arroz (Figura 32 – C), os cuidados para com a plantação (Figura 32 – C), a religiosidade representada por Nossa Senhora Salete na plantação de arroz (Figura 32 – D) e os dias atuais representados pela inserção da fruticultura (Figura 32 – F).



Figura 32 – Imagens do desfile da 55ª Festa Regional do Arroz, 2010

Fonte: Michele Lindner, 2010.

A organização da festividade até pouco tempo atrás ficava por conta do Conselho Paroquial da Igreja Matriz São João Batista e sua organização se baseava na organização do almoço. Atualmente o evento conta com o auxílio de mais dois parceiros a Prefeitura Municipal de São João do Polêsine e a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agricultura (ACISA). A ACISA é responsável pelos estandes de exposições, trabalhando na organização e na arrecadação. Segundo o Presidente da ACISA, a arrecadação dos estandes da Festa Regional do Arroz, ajuda a manter a Associação, visto que a anuidade paga pelos associados refere-se a um valor baixo, além disso, colabora com alguns custos da festa, promove algumas atrações e ainda uma parte dela é destinada para a Igreja. Segundo o informante, muitas pessoas de Santa Maria vêm participar da exposição, principalmente no que tange a exposição de maquinários, ficando os expositores municipais mais restritos ao que toca a parte das agroindústrias.

Contudo, os grandes idealizadores da festividade são os membros do Conselho Paroquial, que contam com a ajuda da comunidade da cidade de São João do Polêsine, através de uma comissão de voluntários. O Presidente do Conselho Paroquial explica que o Conselho troca de dois em dois anos, e que é formado geralmente por um conjunto de sete casais. Desses sete casais, tem o coordenador da festividade que convoca a comunidade a trabalhar nesta, durante as missas e recentemente também através da Rádio Comunitária. A divulgação da festividade é feita durante a missa em média de vinte a quinze dias antes do evento, nessa ocasião nomes são citados para compor as comissões específicas que vão cuidar das atividades relacionadas a toda parte de gastronomia.

Assim como nas outras festas do município, todo o trabalho da organização é realizado por voluntários membros da comunidade local, os quais se dedicam para manter viva a tradição da festividade ao longo dos anos. Para o Presidente da ACISA, essa característica de união da comunidade para a realização das festividades é um diferencial da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, a qual é motivada pela grande influência que a igreja católica teve nesses locais. Em suas palavras:

- “[...] eu acredito que as nossas cidades tem um diferencial [...] essa inserção desde o início da parte católica que trás assim uma diferença grande, então se trás

assim essa marca, assim essa organização e a gente carrega até hoje, o próprio salão, isso tudo tem aquele salão, aquela infra-estrutura, a festa da igreja, em função ali para agradecer uma coisa que saiu ali da igreja e o próprio risoto da escola das irmãs” (Presidente da ACISA, 45 anos).

Contudo, como trata-se de uma comunidade pequena, geralmente as pessoas que se envolvem nos afazeres são as mesmas dos anos anteriores. Diferente da Semana Cultural Italiana e do Festival Internacional de Inverno da UFSM, essa festividade gera poucos empregos temporários diretos. Na edição de 2010, foram contratadas apenas quatro pessoas para fazer a limpeza e dez pessoas para realizar a segurança do local, devido a exposição dos estandes. Porém, os organizadores da Festa Regional do Arroz chamam a atenção para que mesmo a festividade gerando poucos empregos temporários diretos, ela trás muitos benefícios para a população, visto que tudo que é consumido para a realização da festividade, desde a lenha para assar o churrasco, até os produtos utilizados na preparação dos alimentos, provém da produção dos agricultores e moradores do local.

Além das palestras e do desfile, a gastronomia é um dos elementos que mais chama a atenção dos participantes na festividade. A comida servida no almoço e jantar da festividade, configura uma tradição local, a gastronomia influenciada pela cultura dos italianos colonizadores, o vinho, a sopa de agnolini, o risoto, o galetto, o bife à milanesa, o pão e a cuca, representam o cardápio típico da maioria das festividades do município. Os organizadores explicam, que as jantas e almoços da Festa Regional do Arroz são menores que as que ocorrem no Festival em Vale Vêneto devido ao Festival ter maior duração e as instalações onde seus almoços e jantares abrigarem em média 2.000, enquanto o Salão Paroquial, onde se realiza a Festa do Arroz, possui capacidade para 900 pessoas.

Contudo, no domingo, dia de maior movimento na 55^a Festa Regional do Arroz (Figura 33 - A e B), foram servidos cerca de 1.300 almoços, divididos em duas “mesadas”. De acordo com informações dos organizadores, a maior parte dos participantes do almoço de domingo da festividade são procedentes da cidade de Santa Maria. Muitos moradores do local optam por não participar do almoço no domingo

devido ao grande número de pessoas, porém participam da festividade buscando no salão paroquial os alimentos vendidos em porções para serem comidos em suas casas.



Figura 33 – Imagens do almoço da 55ª Festa Regional do Arroz, 2010

Fonte: Michele Lindner, 2010.

Assim, percebe-se a Festa Regional do Arroz, como um retrato dos modos de vida da população do município de São João do Polêsine. Refere-se a uma festividade muito antiga no local, que diferente da festividade de Vale Vêneto, não sofre a influência de atores externos na sua organização. Portanto, trata-se de uma festa criada, idealizada e mantida pela comunidade polesinense, que comemora o produto que mantém muitos de seus habitantes e representa a maior riqueza econômica do lugar. Ou seja, é uma festividade que preserva as tradições de um povo rural e toda a sua simbologia, as referências e as manifestações de orgulho e de pertencimento para com o lugar, são reflexo da cultura preservada, das permanências, das manifestações das ruralidades no município de São João do Polêsine.

Por fim, percebe-se, que embora não com tanta projeção como a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival de Inverno da UFSM, a Festa Regional do Arroz, tem representado um forte atrativo para as pessoas de cidades maiores. Os moradores de cidades maiores vem principalmente em busca da gastronomia típica, da comida caseira e farta servida nesses almoços e jantares das festividades da Quarta Colônia. Portanto, trata-se de um turismo de eventos, um turismo ocasional, que vem crescendo cada vez mais no município e tem nesses dois eventos anuais, realizados no distrito de Vale Vêneto e na cidade de São João do Polêsine, seus principais atrativos.

5.3.4.3. A Festa do Padroeiro São João Batista e a Semana do Município de São João do Polêsine

A terceira festa mais importante do município de São João do Polêsine e com bem menos visibilidade externa que as outras duas é a Festa do Padroeiro São João Batista, realizada concomitantemente com a Semana do Município de São João do Polêsine (Figura 34). Esta festividade acontece anualmente na nas dependências da Igreja Matriz São João Batista, na sede urbana do município.



Figura 34 – Folder alusivo a Festa do Padroeiro São João Batista e a Semana do Município de São João do Polêsine

A Semana do Município conta com uma extensa programação, que envolve palestras e apresentações culturais, que ocorrem nas escolas do município, na Câmara Municipal de Vereadores e no Salão Paroquial. Já a programação da Festa do Padroeiro esta mais focada em missas, jantares, almoços, quermesse, baile e na tradicional fogueira de São João no ultimo dia de festividade, ocorrendo todas essas atividades no Salão Paroquial e em sua área externa no caso da fogueira. Contudo, destaca-se que

mesmo os dois eventos sendo anunciados como eventos concomitantes, as suas programações não se chocam, visto que as atividades da Semana do Município terminam quando começam as da Festa do Padroeiro.

Portanto, essa festividade que tem por objetivo homenagear o padroeiro do município São João Batista é muito anterior a realização da Semana do Município. Acredita-se que suas origens relacionem-se a escolha do Padroeiro pelos imigrantes italianos que colonizaram o local. Primeiramente São João do Polêsine era conhecido como Terras de Manoel Py, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos foi trocado para Polêsine, devido a semelhança física com as planícies do vale do Rio Pó ao norte da Itália, o qual possuía uma cidade com este nome. Mais tarde com a escolha do Padroeiro a cidade passou então a chamar-se São João do Polêsine.

Contudo, não se tem certeza da data oficial da primeira festividade em homenagem ao padroeiro São João Batista, porém, de acordo com informações do coordenador da festividade, o Presidente do Conselho Paroquial, senhor Carlos Felice, estima-se que a comemoração esteja próxima a seu centenário. O informante acredita que esta festividade em homenagem ao padroeiro teve início logo após a construção da “igrejinha”, ocasião em que findada a obra, o Padroeiro foi escolhido pela comunidade.

A “igrejinha” citada pelo informante, refere-se a primeira capela construída pelos imigrantes ao chegar a localidade, em terras doadas pelo Tenente Coronel Manuel Py e sua esposa Maria da Glória, primeiros proprietários das terras do município na época. A construção da pequena capela de madeira foi iniciada no ano de 1897 e finalizada apenas em 1899, marcada por esforços e união da comunidade polesinense. Imagens de uma das primeiras festividades após o término da construção, podem ser conferidas na Figura 35, que mostra um grupo de músicos e pessoas da comunidade de São João do Polêsine, em frente a primeira capela, local que atualmente encontra-se a Igreja Matriz São João Batista e é realizada a Festa do Padroeiro.



Figura 35 – Dia de festividade em frente a primeira capela construída pelos imigrantes italianos

Fonte: Acervo de Giordano Ceretta, 2009.

Mesmo sem muitas informações precisas sobre a história da festividade no local, a qual possivelmente representa a festa mais antiga do município, o Coordenador da organização desta, salienta a importância de se preservar essa tradição, justificando a motivação: “isso ai é por causa do padroeiro” (Presidente do Conselho Paroquial, 52 anos).

A festividade simboliza a importância e o empenho da população da cidade em manter as tradições dos imigrantes italianos, e sua característica mais marcante, a forte religiosidade. Juntamente com todo o simbolismo dessa festividade, está também a geração de renda que é salientada nas palavras do Presidente do Conselho Paroquial: “mantendo a religiosidade e a tradição a gente faz com que gere renda pra nossa comunidade”.

A presença da união da comunidade da cidade de São João do Polêsine é marcante na organização desta festividade também. Assim como na Festa Regional do Arroz, toda a organização da festividade, no que tange, as missas e a parte gastronômica, fica por conta dos integrantes do Conselho Paroquial da Igreja Matriz

São João Batista (Figura 36 – A, B e C). Segundo informações da organização da Festa, na edição de 2010, o Conselho Paroquial contou com o auxílio da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, devido ao evento ter sido realizado em conjunto com a Semana do Município, porém, este auxílio só ocorreu na parte de divulgação. A organização da festividade, portanto, é realizada pelos membros do Conselho paroquial, os quais convocam a comunidade a auxiliar nos preparativos.



Figura 36 – Imagens dos voluntários da comunidade trabalhando na organização da Festa do Padroeiro

Fonte: Michele Lindner, 2010.

Assim, a tradição também é mantida através das pessoas que trabalham na organização, pois segundo o coordenador da festividade, “a comunidade é pequena e fica praticamente os mesmos” (Presidente do Conselho Paroquial, 52 anos). As mulheres são encarregadas de produzir os doces, bolos e preparar a decoração da festividade, já os homens são responsáveis pelo trabalho mais “pesado”, pelas bebidas e pelo churrasco, já na hora de servir as mesas, não há distinção entre os gêneros.

Nessa festividade, diferentemente das outras não há a contratação de nenhum trabalhador temporário direto, porém como nos outros casos, toda matéria prima e produtos utilizados e comercializados na festividade tem procedência local, salvo casos que o município e a região da Quarta Colônia não produzem. Contudo, um dos grandes diferenciais nos almoços e jantares dessa festividade está nas doações, de acordo com informações do coordenador, muitos dos alimentos utilizados na preparação dos cardápios são doados por moradores do município de suas produções, como forma de colaborar com a festa. O cardápio também não difere muito das outras duas festas, tendo tradicionalmente, entrada com sopa de agnolini, seguida por risoto, bife a milanesa e saladas. Contudo, a parte gastronômica da Festa, conta com um jantar após a missa em honra ao Padroeiro São João Batista, no primeiro dia da festividade, e um almoço após a missa do ultimo dia. Nos outros dias de festividade são realizadas quermesses no Salão Paroquial após as missas.

Os alimentos comercializados na quermesse são os típicos das festas de São João em todo o estado do Rio Grande do Sul. Tratam-se de pinhões cozidos ou assados, pipocas, docinhos, rapaduras, bolos, cucas e o tradicional quentão, uma mistura de vinho quente, com cachaça, cravos e canela. A decoração do local, também é uma decoração temática dessas festas (Figura 37 – A), com “bandeirinhas” espalhadas por todo o Salão Paroquial, além da tradicional fogueira de São João (Figura 37 – B) no ultimo dia finalizando a festividade.



Figura 37 – Imagens da decoração e fogueira da Festa do Padroeiro São João Batista

Fonte: Michele Lindner, 2010/Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Contudo, essa festividade apresenta um caráter mais local, não tendo a presença de muitas pessoas externas a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Ela tem como público principalmente a comunidade do município de São João do Polêsine e famílias da região que vem para rever o local e seus parentes que ali residem, como é destacado pelo coordenador do evento:

- “[...] nessa aqui mais é familiares, muitas famílias como o lugar aqui é pequeno, então o pessoal aqui tem que sair para fora, então eles vem rever os seus familiares, então como eles tiveram de criança, tiveram participando desde crianças, agora eles saíram e eles procuram vir” (Presidente do Conselho Paroquial, 52 anos).

O informante também chama a atenção para a diminuição da participação dos mais jovens na festividade. Segundo ele, atualmente os jovens deixam o local assim que acabam o ensino médio e dificilmente retornam ao município para participar da festividade.

Contudo, essa festividade é mais um exemplo das permanências das tradições e da cultura rural desses descendentes de imigrantes italianos, que buscam manter e resgatar suas origens através desses eventos ocasionais, nos quais eles externalizam todas essa simbologia que ainda encontra-se muito presente no cotidiano da vida local. Essas manifestações das ruralidades presentes no município mantém viva e reforçam a identidade cultural desse povo, que trabalha e vive da agricultura e mantém em sua forte religiosidade um valor passado através de gerações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar as considerações sobre a “organização do espaço sob o olhar das ruralidades”, torna-se necessário expor a relevância desse estudo. Nesse âmbito entender como um determinado espaço organiza representa o primeiro passo para pensar o seu planejamento. Não é possível planejar algo sem que se entenda a realidade e os elementos formadores dessa realidade.

Nesse sentido as pequenas cidades, ou mais especificamente, as cidades muito pequenas nesse estudo foram entendidas como espaços ímpares, geralmente com suas bases econômicas ligadas as atividades agrárias, relações de poder entre famílias tradicionais, forte sociabilidade da população, formadas e influenciadas diretamente pelos modos de vida da comunidade local. Os modos de vida referidos ao longo do estudo estão relacionados ao trabalho, a religião, a forma de viver e interagir na comunidade, a forma de pensar, além de outras características que fazem parte do cotidiano das pessoas.

Porém, mesmo tendo a ciência de que as pequenas cidades possuem algumas semelhanças em suas configurações sócio-espaciais, é necessário frisar que a pretensão aqui não é transpor todas as considerações para as pequenas cidades de modo geral, visto que as “ruralidades” aqui abordadas trataram-se de características particulares que sofrem a influencia da cultura local.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que o local de estudo trata-se claramente de um lugar onde as atividades produtivas ainda encontram-se baseadas em

atividades agrícolas. A importância das atividades primárias é percebida não apenas em sua área rural, como também em sua área urbana, principal foco de análise desse estudo. Dessa forma, essa ligação com o rural não influencia apenas nos trabalhos da população e sim em todo o modo de vida dessas pessoas.

Essas características, já começam a se revelar na paisagem, uma paisagem repleta de elementos simbólicos de um espaço de vida da comunidade local. Através dela vislumbramos primeiramente a tranquilidade, que revela a dimensão da pequena cidade e a forma de viver da comunidade. Também é perceptível sua vocação agrícola, com seus símbolos monumentais na cidade, seus estabelecimentos voltados as atividades primárias e suas plantações nos “limites” entre o urbano e o rural e a religiosidade representada pelas suas igrejas e capelas. Além das formas estáticas, a paisagem também revela o movimento da vida local, um ritmo de vida lento e socializado, que se transforma em dias de festividades, onde a tranquilidade da lugar a agitação e a sociabilização torna-se mais intensa.

Dessa forma, a força da cultura rural se manifesta nos mais variados elementos, como na economia municipal, nas tradições e no cotidiano, envolvendo mesmo que inconscientemente os habitantes locais e influenciando direta e indiretamente na organização espacial do local.

A análise do processo de crescimento e das funções urbanas do município nos mostrou um lento processo de crescimento urbano, que influencia na oferta de produtos, serviços e oportunidades de trabalho para a população local. A especialização voltada para as atividades agrícolas faz com que muitos estabelecimentos atendam apenas as necessidades imediatas da população, tornando esta dependente de cidades maiores próximas.

O processo de crescimento urbano lento mostrou trazer conseqüências diretas para a vida da população local. Por um lado, conforme já citado, percebe-se entre as conseqüências negativas a escassez de empregos no município, principalmente para a população jovem e com maior nível de qualificação profissional, gerando um êxodo do município e o conseqüente envelhecimento dessa população devido a falta de oportunidades, que fazem com que esses profissionais tenham a necessidade de buscar em municípios maiores e mais dinâmicos colocações em suas áreas de atuação. Por outro lado, percebeu-se que a pequena cidade apresenta poucas áreas de fortes

contrastes sócio-econômicos e conseqüentemente uma maior qualidade de vida para os que ali permanecem.

É notável que um processo de crescimento urbano acelerado gera diversas transformações nos espaços em que ocorre sua penetração. Entre essas transformações estão o aquecimento econômico em diversos setores, principalmente no que tange a maior oferta de comércios, indústrias e serviços e conseqüentemente uma maior geração de postos de trabalho. Porém, conjuntamente com esse crescimento, ocorre a geração de necessidades de todas as ordens, como as concernentes aos transportes públicos, saúde e habitação, além do aumento das zonas de contrastes sócio-econômicos.

Nesse sentido, São João do Polêsine ainda representa um local no qual a população apresenta uma boa qualidade de vida. O estudo demonstrou que mesmo existindo diferenças sociais, não existem áreas contrastantes e seus moradores de modo geral, tem acesso aos serviços públicos oferecidos e suprem as suas necessidades básicas.

Paralelamente a análise das questões urbanas, a “dimensão” do rural no local representou um foco de grande importância para o entendimento da organização do espaço. Nesse sentido, o estudo da evolução da distribuição da população nos revelou importantes elementos sobre a forma de viver da comunidade local. Como um município de vocação agrícola, São João do Polêsine teve ao longo de sua história a característica da permanência da maior parte da população residindo em sua área rural. No entanto, os dados preliminares do último Censo do ano de 2010 nos revelaram uma inversão nessa realidade, com a maior parte da população passando a residir em suas áreas urbanas.

Contudo, percebeu-se ao longo do estudo que essa nova realidade não vem evidenciar o predomínio do urbano ou diminuir a força das ruralidades no local, mas sim vem demonstrar a existência de determinados processos no local, já evidenciados por diversos estudiosos das questões rurais, a aposentadoria rural e a pluriatividade.

As informações obtidas nos demonstraram que embora a maior parte da população esteja residindo atualmente em áreas urbanas de São João do Polêsine, grande parte dela continua envolvida com atividades agrícolas. Tratam-se de aposentados rurais, que após sua aposentadoria optaram por residir na cidade em busca de maiores comodidades e conforto e de trabalhadores pluriativos, que residem na

cidade, local onde possuem ocupações, as quais são combinadas com as atividades agrícolas.

Assim, a penetração de características ditas do mundo rural é claramente percebida em todo o espaço do município de São João do Polêsine, seja nas áreas rurais da cidade, seja nas áreas urbanas, seja através da economia, do trabalho da população, nos costumes, nas tradições ou no imaginário dos habitantes.

Nesse sentido, através das narrativas de seus moradores revela-se uma construção do imaginário de cada um a cerca de seu lugar. É através dessas narrativas, as quais expressam a percepção dos indivíduos, que se desvendam os símbolos e que se demonstra a construção identitária de um povo. O simbólico no município de São João do Polêsine é construído, sobretudo através de ressignificações, a partir da apropriação da história dos tempos antigos.

Ao voltar aos tempos antigos esse município reporta-se a uma história de lutas e superações de um povo agrícola que construiu seu espaço a partir de vivências e simbologias de uma terra deixada para trás. Dessa forma, a conservação dos valores e tradições do local, manifestada nos modos de vida da população, levam o espaço do município a possuir uma configuração voltada aos modos de vida dos povos rurais.

Essa configuração espacial mexe também com o imaginário das pessoas externas ao local, que não o vêem como um espaço de vida, muitas vezes até o relacionando como um lugar com condições de vida precária ou insuficiente para sanar as necessidades dos habitantes, mas o vêem como um lugar belo, um lugar de descanso, um lugar lazer e turismo.

As belas paisagens, a cultura italiana, a tranquilidade associada a um ritmo de vida lento, sem poluição sonora ou atmosférica, com poucos índices de violência, alimentação saudável e habitado por um povo agrícola, simples e religioso, que cultiva valores e tradições, essa é a visão dos habitantes para com seu lugar. Isso tudo reflete a sensação de pertencimento e a satisfação para com o local, que influenciam nas atitudes que transformam ou condicionam as permanências. Assim, pode-se perceber ao longo da pesquisa que a satisfação é uma das principais causas das permanências das ruralidades em São João do Polêsine.

Contudo, seria equivocado afirmar que a população local e seus órgãos públicos não anseiam por mudanças que possam gerar o desenvolvimento do local. Porém, esses

anseios se refletem na valorização cultural do local e tem como principal foco a promoção do turismo rural e cultural.

O turismo rural e cultural tem sido visto na atualidade por diversos autores e instituições governamentais como uma alternativa para o incremento na renda de famílias rurais, valorização cultural das comunidades e um potencial para a geração de desenvolvimento local. Porém, é preciso ter claro que para que essa atividade desenvolva-se satisfatoriamente são necessários diversos elementos estruturais, como uma boa rede de transportes, serviços de hospedagem, alimentação e informações turísticas.

O que se percebe no município estudado é uma carência em diversos setores. Mesmo existindo incentivos por parte de alguns órgãos que tentam promover o turismo na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana a atividade ainda se apresenta incipiente.

Conforme demonstrado ao longo do estudo, o município de São João do Polêsine integra algumas rotas turísticas da Região da Quarta Colônia e possui atrativos individuais. Porém, o que se percebe é que o grande foco turístico no local encontra-se assentado em um turismo de eventos, vislumbrado através de suas festividades tradicionais.

Nesse sentido, é necessário frisar que se tratam de eventos pontuais, que ocorrem com periodicidade anual. Esses eventos, assentados de forma geral na religiosidade da população local, buscam recriar no imaginário dos participantes as ruralidades de outros tempos. Dessa forma, torna-se clara a importância que esses eventos tem para a comunidade local, pois resgatam e valorizam sua história e cultura, as quais encontram-se claramente assentadas nas ruralidades.

Além da valorização das ruralidades promovida nesses eventos, encontram-se a geração de empregos temporários e fontes de renda direta e indireta para a comunidade local. Contudo, por sua sazonalidade, esses eventos ainda não possuem força significativa para aquecer a economia municipal de forma geral. Assim, pensar no turismo no local envolveria pensar em diversos pontos, não apenas em seus potenciais atrativos. Para tal, a melhoria na infraestrutura, nos transportes, a qualificação pessoal, a promoção de produtos com identidade local e o avanço das políticas públicas seriam pontos de fundamental importância.

No entanto, tem-se a clareza das dificuldades enfrentadas por municípios pequenos como São João do Polêsine, com recursos financeiros escassos, localização geográfica desfavorável e resistência da população para o desenvolvimento de determinadas atividades.

Contudo, o que se percebeu ao longo do estudo é que o local cresce de acordo com o ritmo de vida de seus habitantes e mesmo tendo claras as peculiaridades apresentadas por São João do Polêsine, sabe-se que existem características comuns entre este e outros pequenos municípios. A pequena densidade populacional que faz com que o comércio e os serviços não se desenvolvam, por falta de demanda para aquecer a economia e a pequena ofertas de trabalho faz com que a população jovem abandone os municípios diminuindo cada vez mais a população. Tudo isso faz com que o urbano desses pequenos lugares permaneçam estagnados e suas urbanizações permaneçam frágeis e precárias.

Portanto, a organização do espaço ocorre através da interação de todos os elementos nele contidos, e dessa forma, todas essas características de uma pequena urbanização, trazem a esses espaços ditos urbanos a tranquilidade, característica de vilarejos rurais. É a partir dessas características que podemos identificar as manifestações das ruralidades, as quais encontram-se enraizadas no cerne desse pequeno núcleo urbano.

Influenciado pelos valores dos povos rurais, o espírito comunitário também é um elemento muito presente nesse pequeno município, o que é reforçado ainda mais devido a influência das tradições dos antepassados italianos que colonizaram a região.

Mas o que faz com que as ruralidades influenciem e atuem diretamente nesse espaço? Essa pergunta poderia ser respondida em poucas palavras, como com a resposta simples: É a permanência de modos de vida tradicionais.

No entanto, existem razões para essa permanência, entre eles o apego dos habitantes ao lugar, que pode ser expresso em um sentimento topofílico de pertencimento ao lugar que abrigou diversas gerações de sua família. Em São João do Polêsine, esta questão torna-se muito clara, pois mesmo com diferentes percepções sobre o seu lugar, todos os seus habitantes demonstram um sentimento de satisfação para com o seu lugar como um todo.

Nesse ponto, percebe-se a diferença entre as pequenas cidades e cidades maiores. Na maioria das vezes a consciência de lugar como o lar, o sentimento de topofilia dos seus habitantes, é reduzido as paredes de sua casa ou a seu bairro. Já nas cidades pequenas existe um elo afetivo muito mais forte entre as pessoas e o lugar, o que muitas vezes é mais presente nos idosos.

Contudo, o lugar representa a articulação entre as experiências e vivências do espaço. Na medida em que se conhece e se desvenda o valor desse espaço, ele se torna lugar. Um lugar repleto de simbologias, que demonstram a identidade de seus habitantes, como São João do Polêsine, o lugar dos descendentes de imigrantes italianos, o lugar de um povo rural.

Portanto essa pesquisa procurou demonstrar que um povo de tradição e vocação rural, que aceita e vê isso como uma grande qualidade, molda e organiza seu espaço mesmo que inconscientemente a exemplo de suas crenças, suas tradições e seus modos de conduzir a vida cotidiana. Assim, o espaço do pequeno município de São João do Polêsine é organizado sob o olhar das ruralidades, o que é perceptível tanto em sua paisagem materializada nas construções, como no “movimento da vida” de sua população, o que trás diversas peculiaridades a esse lugar.

Por fim, torna-se importante ainda ressaltar que qualquer estratégia que se busque para o desenvolvimento desse local, deve respeitar as suas peculiaridades e seu ritmo, não importando soluções externas, mas sim visando o cerne de suas potencialidades internas e reais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos**: vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1982.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Tradução de Raquel Soares de Brito. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas**: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. 1. ed. Uberlândia: Roma, 2007. 207 p. p. 10 - 22.

_____. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (4º ENGRUP)** – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais. São Paulo, 8 - 10 Set. 2008, p. 132 - 150. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais4ºENGRUP/trabalhos/biazzo_p_p.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais4%ENGRUP/trabalhos/biazzo_p_p.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2009.

BONI, Luis Alberto de; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Vozes, 1982. 244 p.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território**: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.3, n. 5, p. 214 - 242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008. (a).

_____. Ruralidades e Urbanidades no circuito italiano de turismo rural, município de Colombo, PR. In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações sociospaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. 1. ed. Uberlândia: Assis Editora, 2008 (b). 352 p. p 213 – 247.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano** :o caso de Cotia, São Paulo. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1986.

_____. **A cidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, outubro 1998. Disponível em: <

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso em: 28 maio 2011.

CAVACO, Carmina. Espaços rurais como espaços de vida: Mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: BAPTISTA, Fernando Oliveira; JACINTO, Rui; MENDES, Teresa (Coord.). **Os territórios de beixa densidade em tempos de mudança**. Proença-a-Nova: Edição Câmara Municipal de Proença-a-Nova / Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Husserl (1859-1938) – Vida e Obra. In: HUSSERL, Edmund – **Os pensadores: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento; seleção e tradução de zeljko Loparic e Andréa Maria Altino de Campos Loparic**. – São Paulo: Abril Cultural, 1980.

CLARK, David. **Introdução a geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3 ed., Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. In: **Conferência de abertura do 2º Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Otávio. MEMÓRIA E PAISAGEM: em busca do simbólico dos lugares. In: **Espaço e cultura**. – Edição Comemorativa – (1993-2008) – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2008. p. 149-156.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Oliveira da Rocha. 2ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções Recentes do Conceito de Lugar e sua Importância para o Mundo Contemporâneo. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos Municípios e Pequenas Cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Contrastes, Perfil do Desenvolvimento e de Qualidade de Vida, 1980–2000**. 265 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP – Rio Claro, 2007.

FIGUEIREDO, Elisabete. <<Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar?>> Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local no meio rural. In: SIMÕES, Orlando; CRISTOVÃO, Artur (Org.). **TERN: Turismo em**

Espaços Rurais e Naturais. Coimbra: Edições IPC/Inovar para Crescer – Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.

_____. Ser rural ou parecer rural? Representações rurais e urbanas do ambiente, do desenvolvimento e da ruralidade. In: BAPTISTA, Fernando Oliveira; JACINTO, Rui; MENDES, Teresa (Coord.). **Os territórios de beixa densidade em tempos de mudança.** Proença-a-Nova: Edição Câmara Municipal de Proença-a-Nova / Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar.** 153 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

GEORGE, Pierre. Pour une étude systématique des petites villes. **Annales de Géographie**, n. 424, 1968, p. 745.

_____. **Geografia Urbana.** Tradução pelo Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: DIFEL, 1983.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília: Embrapa, v.19, n.1, p.37-67. Jan-Abr, 2002. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v19/cc19n102.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção o Mundo Hoje; v. 29).

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico e Contagem da População.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=10923&z=cd&o=17&i=P>>. Acesso em: 11 mar. 2010.

_____. **Primeiros resultados do Censo 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm>. Acesso em: 09 de fev. 2011.

_____. **Censo Demográfico 1970.** Rio de Janeiro: 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980:** Dados Distritais. Rio de Janeiro: 1982.

_____. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População. Resultados da amostra.** Rio de Janeiro, 2003.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Conceitos.** Disponível em: <<http://metaweb.ine.pt>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

ITAQUI, José (Org.). **Quarta Colônia: Inventários Técnicos.** Santa Maria: Condesus Quarta Colônia. 2002. 256p.

JORNAL INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Especial: XXIV Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto, Festival Internacional de Inverno da UFSM e XXVI Encontro dos Ex-Alunos de Vale Vêneto.** Outubro 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ.** Rio de Janeiro, vol. 21, p. 9-20, 1998.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. **A Serra do Mar Paulista: um estudo da paisagem valorizada.** 1988. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista/Rio Claro, 1988.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de rural em questão. In: **Terra Livre.** São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/MARTA.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994 (Coleção Tópicos).

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura: Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural.** Rio de Janeiro, n. 18, p. 47 - 72, abril 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Ângela Maria, ROCHA, Márcio Mendes (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Maringá: PGE, 2009. p. 15-40.

NARDI, Oni. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico.** 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria/Santa Maria, 2007.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. In: **Cadernos de Pesquisa em Administração**. v. 1, n. 3, 2º sem./1996. São Paulo, 1996.

PISSUTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine – RS**. 2005. Monografia (Especialização em Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005.

POLESINE. **Polêsine.com.br – História**. Disponível em: <<http://www.polesine.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

POSTULADOR, Argemiro Ferracioli. **Museu Diácono João Luiz Pozzobon**. Disponível em : <<http://www.santamariatur.com.br/mdjlpozzobon/index.html>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA. **Cultura**. Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, [200-]. 1 folder.

____. **Gastronomia**. Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, [200-]. 1 folder.

____. **Roteiros Integrados**. Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, [200-]. 1 folder.

RECANTO MAESTRO. **Recanto Maestro – História**. Disponível em: <http://www.recantomaestro.com.br/home_br.html>. Acesso em: 12 fev. 2010.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**. v. 4, nº 7, p. 1-25, abril 1979. Rio Claro, 1979.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 334 p.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: Contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul – Brasil**. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP, 2002. 2º ed. rev. ampl.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. In: **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan./jun. de 2008.

ROCHA, Lurdes Bertol. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. In: **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. Sobral, v. 4-5, 2002-2003. p.67-79.

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. In: **RA'E GA**. Curitiba: Editora UFPR, n. 13, 2007. p. 19-27.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 08 dez. 2009.

SANTIN, Silvio. Sonhos Diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MARIN, Jéri Roberto (org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

SAQUET, Marco Aurelio. Alguns aspectos da formação econômica da Ex-Colônia Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, Jéri Roberto (org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989. 214 p.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. - (Coleção Milton Santos; 1).

_____. O lugar: encontrando o futuro. In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Vol. 4, n 1, 1996. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br>. Acesso em: 19 maio 2011.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. In: **RA'E GA**. Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (orgs.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações sociospaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis Editora, 2008. p. 318-346.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZWRESCSANYI, T.; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1979. p. 03-14.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981. 224 p. p. 198-224.

SOUZA, Marcelino de. (Org.). **A demanda e as perspectivas do turismo nos municípios da Microrregião da Quarta Colônia – RS**. Porto Alegre: Edital FAPERGS PROCOREDES II, 2007. (Relatório Final de Pesquisa).

STURZA, José Adolfo Iriam. **Lugar e Não-Lugar em Rondonópolis – MT**: Um estudo de cognição ambiental. 2005. 163 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista/Rio Claro, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Universidad de Barcelona. n. 93, 15 de julio de 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

_____. A Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

_____. **Espaço e lugar**. a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. 22 p. Disponível em: <www.fea.usp.br/professores/zeeli>. Acesso em: 09 nov. 2003. (a).

_____. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. - 2. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (b).

VEMDRUSCOLO, Rafaela. **“Somos da Quarta Colônia”**: Os sentidos de uma identidade territorial em construção. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

VILLAGRAN, A. **Rede de Produção e Comercialização de Produtos Agroecológicos**. 01/01/2002. Disponível em: <www.interactionsonline.com/page_archive.php?id_news=37&filtre_visu=0&pr=>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

VOGEL, Mercia Maria; SILVA, José Luiz Silvério da; SALLES, Vanderlei. Parâmetros hidrodinâmicos dos recursos hídricos subterrâneos do município de São João do Polêsine, RS. **Ciência e Natura**. Santa Maria, n. 29 (2), p. 145-156, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 - 145, out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 08 dez 2009.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

_____. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 p.

8. APÊNDICES

APÊNDICE I



ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Tese de Doutorado em Geografia: “A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul”



A - Análise da PAISAGEM MATERIALIZADA - identificação das formas materializadas que revelam as preferências e influências culturais da população local:

1 . Estilo e funcionalidade das construções (como são as construções do município – muros, quintais, construções novas e funcionais ou antigas, onde estão localizadas, as funcionalidades delas – comércio, moradia, estado de conservação):

2 . Ruas e avenidas (as ruas e avenidas centrais da cidade são pavimentadas com paralelepípedos ou asfalto, existem calçadas para a circulação de pessoas, existe algum tipo de propaganda próximos as calçadas):

3 . Praças (como são as praças da cidade, existe mais de uma, possuem bancos para os moradores sentar, pracinha para as crianças, monumentos que relembrem a história do município):

4 . Igrejas (existem quantas igrejas, estão localizadas onde, suas características):

5 . Estabelecimentos comerciais (existem muitos estabelecimentos comerciais na região central da cidade, que tipos de estabelecimento - especialidade, qual o porte deles):

6 . Locais de convivência da população (quais são os locais de convivência da população, onde as pessoas se reúnem, onde acontece as festividades, quais suas características):

B - Análise da PAISAGEM MÓVEL – observação do ritmo de vida, do movimento da sociedade.

1 . Trânsito local (existe um grande ou pequeno movimento de carros, ele aumenta em horários de “pico”, as pessoas se deslocam a pé na cidade ou usam ônibus, há alguma empresa de ônibus urbano no Município, existem faixas de pedestre, elas são respeitadas):

2 . Ritmo da vida da população (percebe-se através da observação que as pessoas da cidade tem uma vida pacata ou agitada, elas se deslocam rapidamente sem prestar atenção nas outras ou quando encontram conhecidos ou desconhecidos conversam ou dão algum tipo de atenção, é comum ver as pessoas sentadas em praças ou em frente de suas casas conversando, como é o

movimento da cidade em horários de “pico”, as pessoas costumam almoçar em casa ou perto de seus trabalhos):

3 . Proximidade entre os habitantes do Município (pode-se perceber que as pessoas se conhecem em sua maioria pelo nome ou tem relações sociais restritas, elas se cumprimentam e conversam nas ruas, os vizinhos e parentes se visitam, os moradores acompanhados de suas famílias participam dos eventos sociais da cidade):

4 . Religiosidade (pode-se notar a presença forte da religiosidade no Município, porque?):

5 . Festividades (quais são as motivações das festividades tradicionais da cidade, em que locais elas ocorrem, quem as organiza, quem participa dessas festividades, como é a organização e decoração, existe a presença de famílias inteiras nessas festividades, ou são mais freqüentadas por jovens, adultos ou idosos):

6 . Trabalho comunitário e familiar (tanto nas festividades da comunidade quanto em outros eventos sociais, ou outras atividades pode-se notar a presença do trabalho comunitário ou ajuda entre os habitantes do Município para algum serviço ou o trabalho é predominante é contratado, e nos estabelecimentos comerciais o que predomina é o trabalho familiar ou contratado):

APÊNDICE II



Roteiro de Entrevista

Grupo 1 - Entrevista com informantes que mantêm relações de moradia e trabalho com o município de São João do Polêsine



Essa entrevista irá fazer parte da Tese de Doutorado em Geografia “**A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**”, desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, que visa identificar elementos típicos das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine e como elas agem na organização do espaço deste e suas consequências para o desenvolvimento do local.

1. Idade:
2. Ocupação Atual:
3. Naturalidade:
4. Sua família sempre residiu no Município?
5. Se você tivesse que descrever para alguém que não conhece São João do Polêsine, como descreveria seu Município?
6. Fale sobre a importância das tradições deixadas pelos imigrantes italianos no Município (as tradições são seguidas por todas as idades ou apenas pelos mais velhos):
7. Fale sobre a importância da religiosidade no Município (a maioria dos moradores são católicos, freqüentam a igreja regularmente):
8. Fale sobre as festividades do Município (quais as motivações, como se dá a organização dessas festividades, como é a participação da comunidade, quem participa das festividades):
9. Como é o comércio, indústria e serviços no Município (satisfatório para as necessidades da população)?
10. Em termos de educação, o Município satisfaz todas as necessidades da população ou é necessário buscar fora?
11. As pessoas que buscam qualificação fora do Município costumam retornar após a sua conclusão?
12. Sua família busca serviços e lazer em outros municípios (comércio, saúde, educação, festividades)? Quais?
13. Na sua opinião os habitantes de São João do Polêsine possuem uma boa qualidade de vida? Quais são os motivos que geram ou não essa qualidade de vida para a população?
14. Em sua opinião Município precisaria sofrer algumas mudanças? Quais?

APÊNDICE III



Roteiro de Entrevista

Grupo 2 - Entrevista com informantes que mantêm relações político-administrativas e religiosas com o município de São João do Polêsine



Essa entrevista irá fazer parte da Tese de Doutorado em Geografia “**A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**”, desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, que visa identificar elementos típicos das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine e como elas agem na organização do espaço deste e suas consequências para o desenvolvimento do local.

1. Idade:
2. Ocupação Atual:
3. Naturalidade:
4. Sua família sempre residiu no Município?
5. Se você tivesse que descrever para alguém que não conhece São João do Polêsine, como descreveria o município de São João do Polêsine?
6. Fale sobre a importância das tradições deixadas pelos imigrantes italianos no Município (as tradições são seguidas por todas as idades ou apenas pelos mais velhos):
7. Fale sobre a importância da religiosidade no Município (a maioria dos moradores são católicos, freqüentam a igreja regularmente); Fale um pouco sobre os casamentos no Município de São João do Polêsine (*Para o padre*):
8. Fale sobre as festividades do Município (quais as motivações, como se dá a organização dessas festividades, como é a participação da comunidade, quem participa das festividades):
9. Como é o comércio, indústrias e serviços no Município (satisfatório para as necessidades da população)?
10. Em termos de educação, o Município satisfaz todas as necessidades da população ou é necessário buscar fora?
11. As pessoas que buscam qualificação fora do Município costumam retornar após a sua conclusão?
12. Na sua opinião o Município possui uma boa qualidade de vida? Quais são os motivos que geram ou não essa qualidade de vida para a população?
13. Em sua opinião o Município precisaria sofrer algumas mudanças? Quais?
14. Os órgãos públicos municipais tem algum plano de desenvolvimento para o Município? Quais? (*Para os representantes dos poderes públicos*).
15. Na sua visão o Município vem sofrendo grandes transformações desde a sua criação? Porque? (*Para os representantes dos poderes públicos*).

APÊNDICE IV



Roteiro de Entrevista

Grupo 3 - Entrevista com informantes que mantêm relações de estudos e visitas com o município de São João do Polêsine



Essa entrevista irá fazer parte da Tese de Doutorado em Geografia “**A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**”, desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, que visa identificar elementos típicos das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine e como elas agem na organização do espaço deste e suas consequências para o desenvolvimento do local.

1. Idade:
2. Ocupação Atual:
3. Naturalidade:
4. Qual a sua relação com o município de São João do Polêsine? (estudos, visitante)
5. Se você tivesse que descrever para alguém que não conhece São João do Polêsine, como descreveria o município de São João do Polêsine?
6. Na sua opinião qual a importância das tradições deixadas pelos imigrantes italianos para o município de São João do Polêsine?
7. Quais as festividades do município de São João do Polêsine você conhece ou já participou (Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto e Festival de Inverno da UFSM, Festa do Arroz, Festa de São João)? Fale sobre elas.
8. Como você vê a urbanização de São João do Polêsine? (comércio, indústrias, serviços, crescimento, etc.)
9. Na sua opinião os moradores de São João do Polêsine possuem uma boa qualidade de vida? Porque?

APÊNDICE V

**Roteiro de Entrevista**

**Entrevista com organizadores das festividades do
Município de São João do Polêsine**



Essa entrevista irá fazer parte da Tese de Doutorado em Geografia “**A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**”, desenvolvida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, que visa identificar elementos típicos das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine e como elas agem na organização do espaço deste e suas consequências para o desenvolvimento do local.

1. Fale sobre a festividade (suas origens, história e motivações):

2. Como acontece a organização da festividade? Quem trabalha na organização das festividades? Como são escolhidas as pessoas para trabalhar?

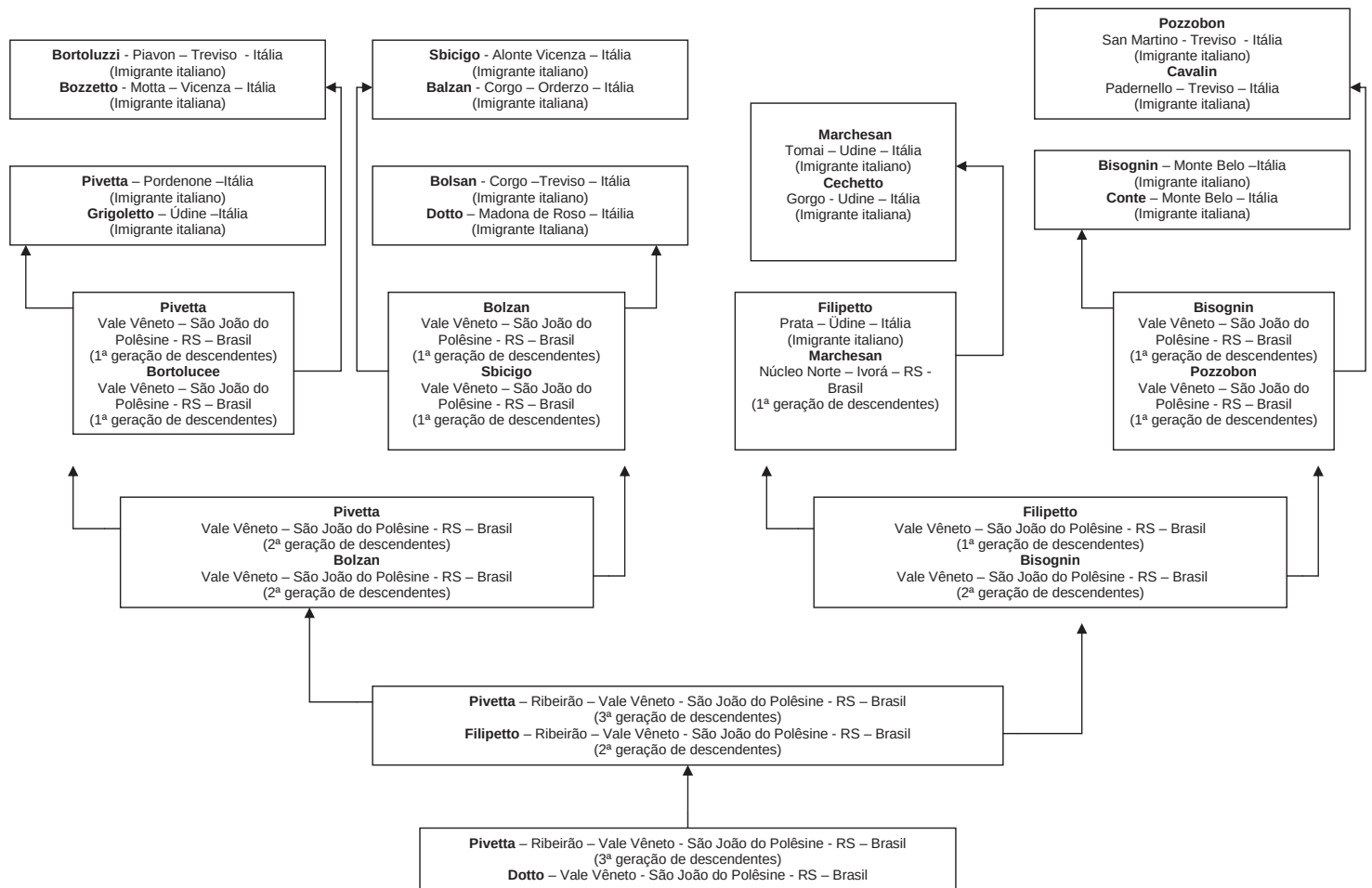
3. Qual é o papel das mulheres na organização? E dos homens?

4. Qual é a importância da religiosidade e das tradições deixadas pelos imigrantes italianos para o município e para a festividade?

5. A festividade gera quantos empregos diretos? E indiretos?

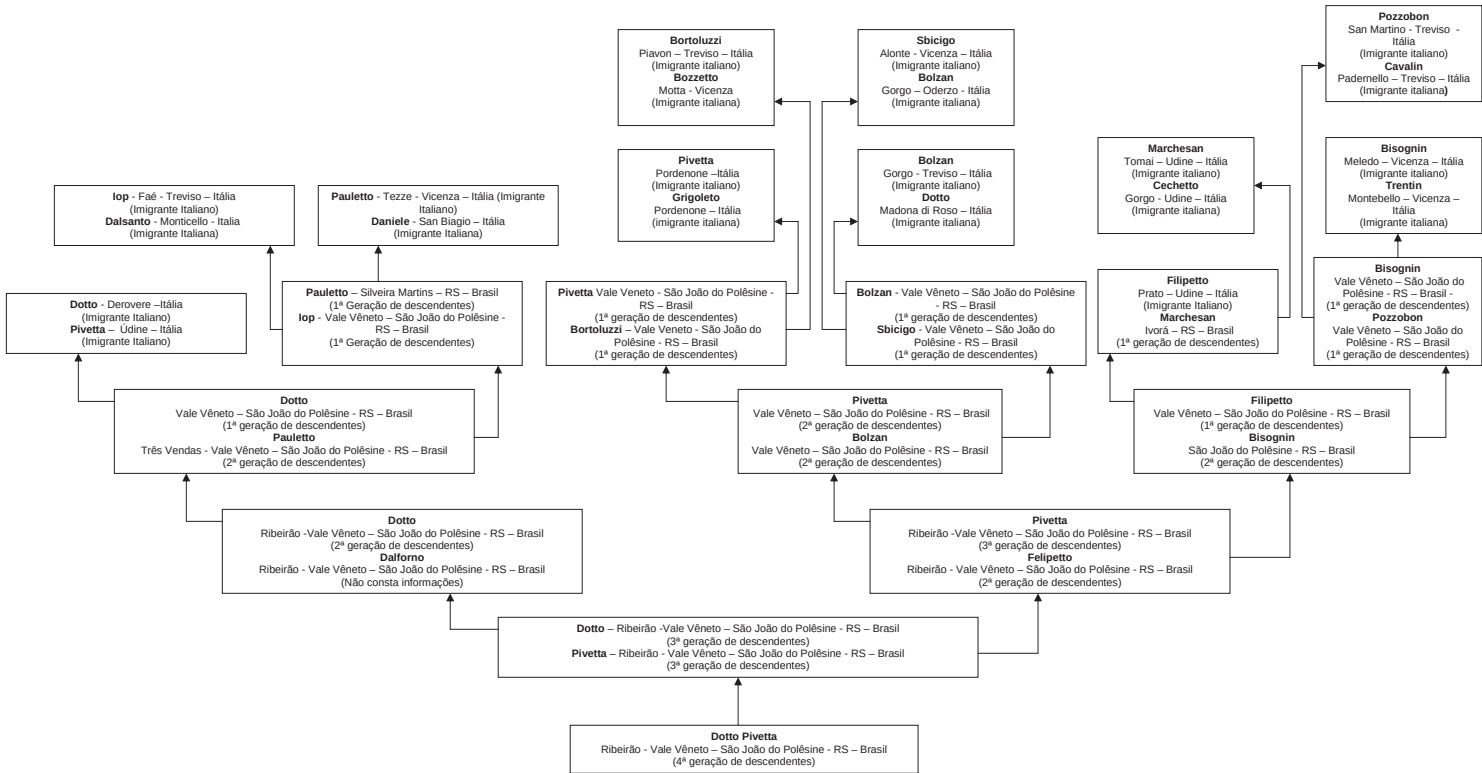
6. O que a festividade representa para a economia do município?

7. O que o desfile típico representa na festividade? Como acontece a sua organização?

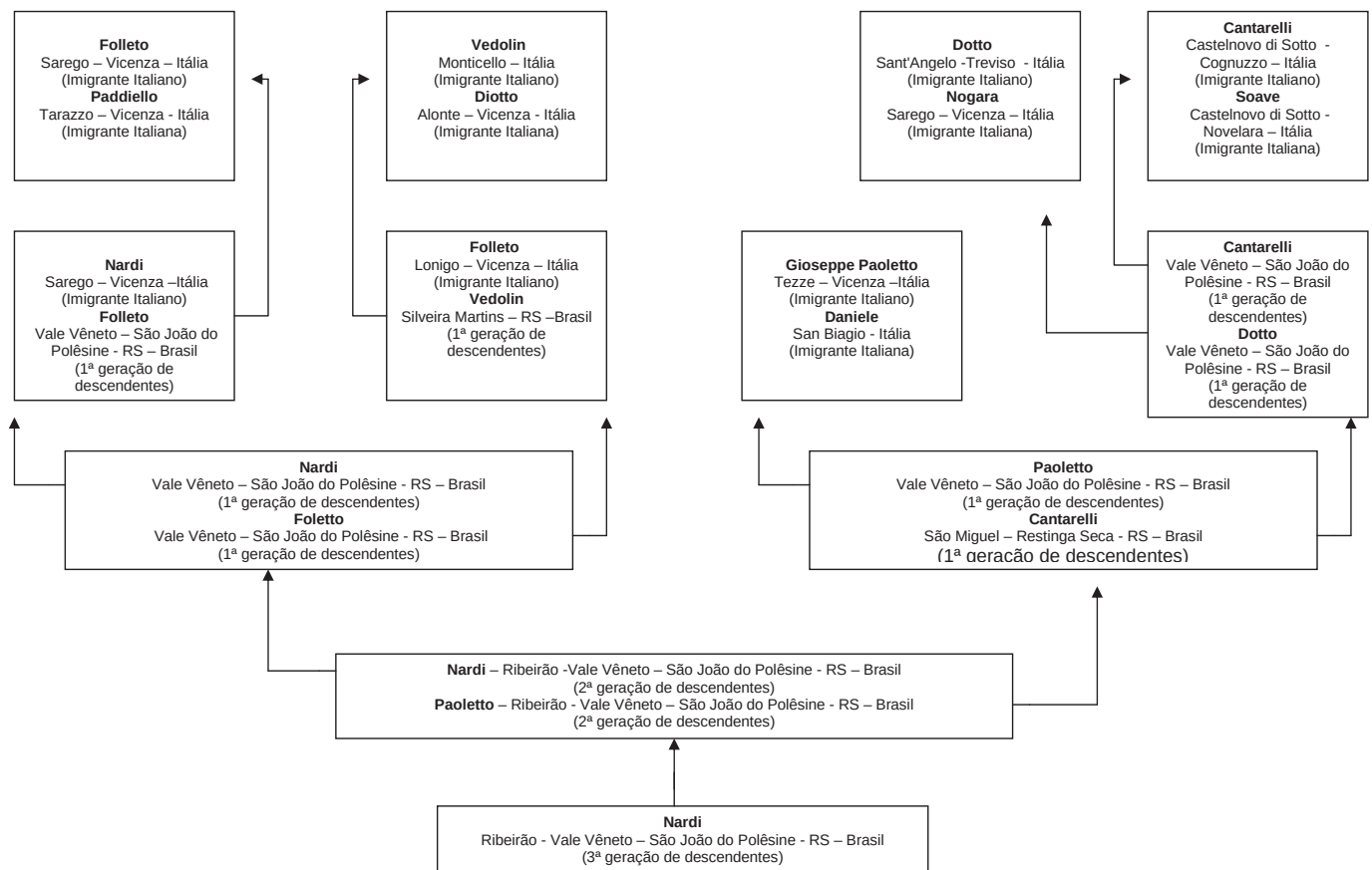


Árvore Genealógica Simplificada – Pivetta

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2010.

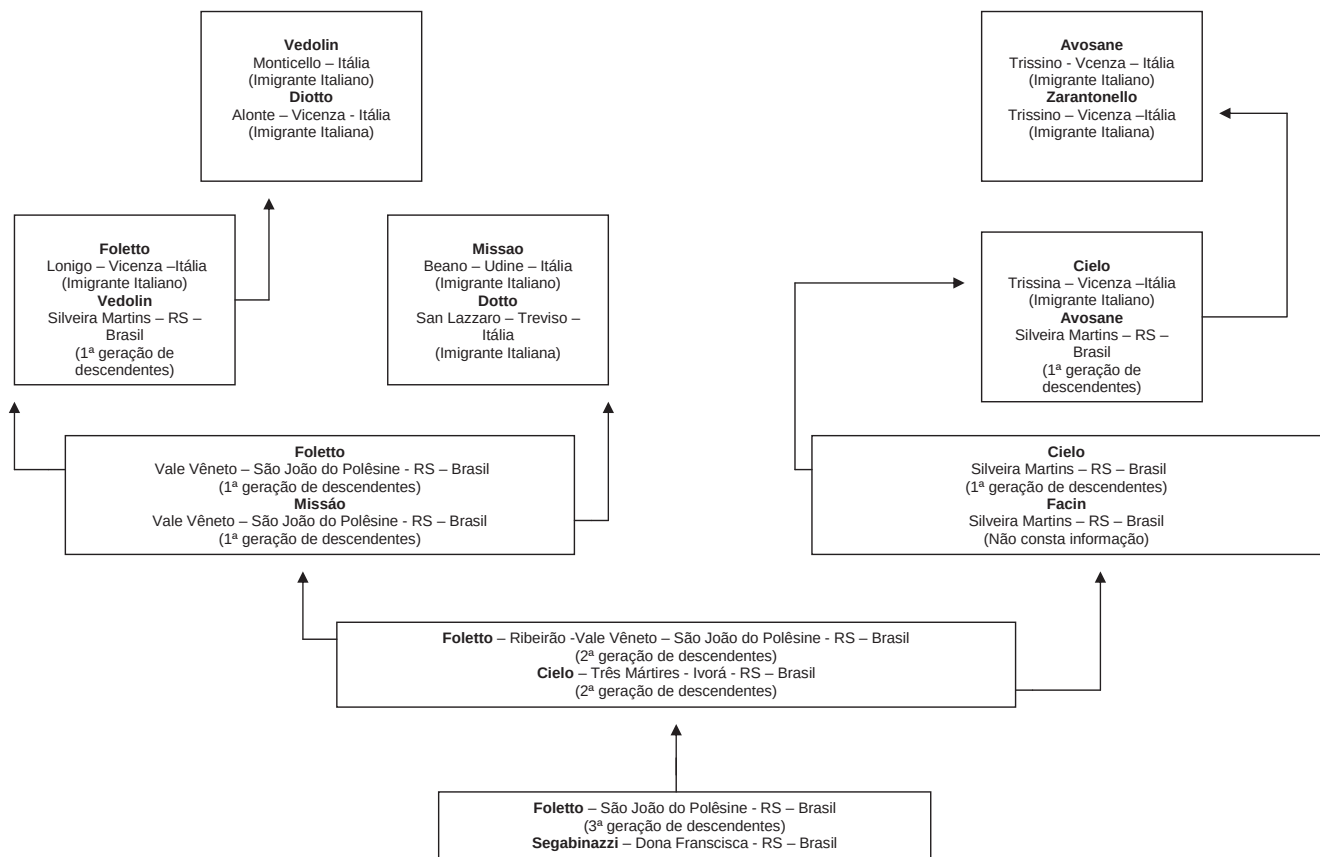


Árvore Genealógica Simplificada - Dotto Pivetta
Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2010.



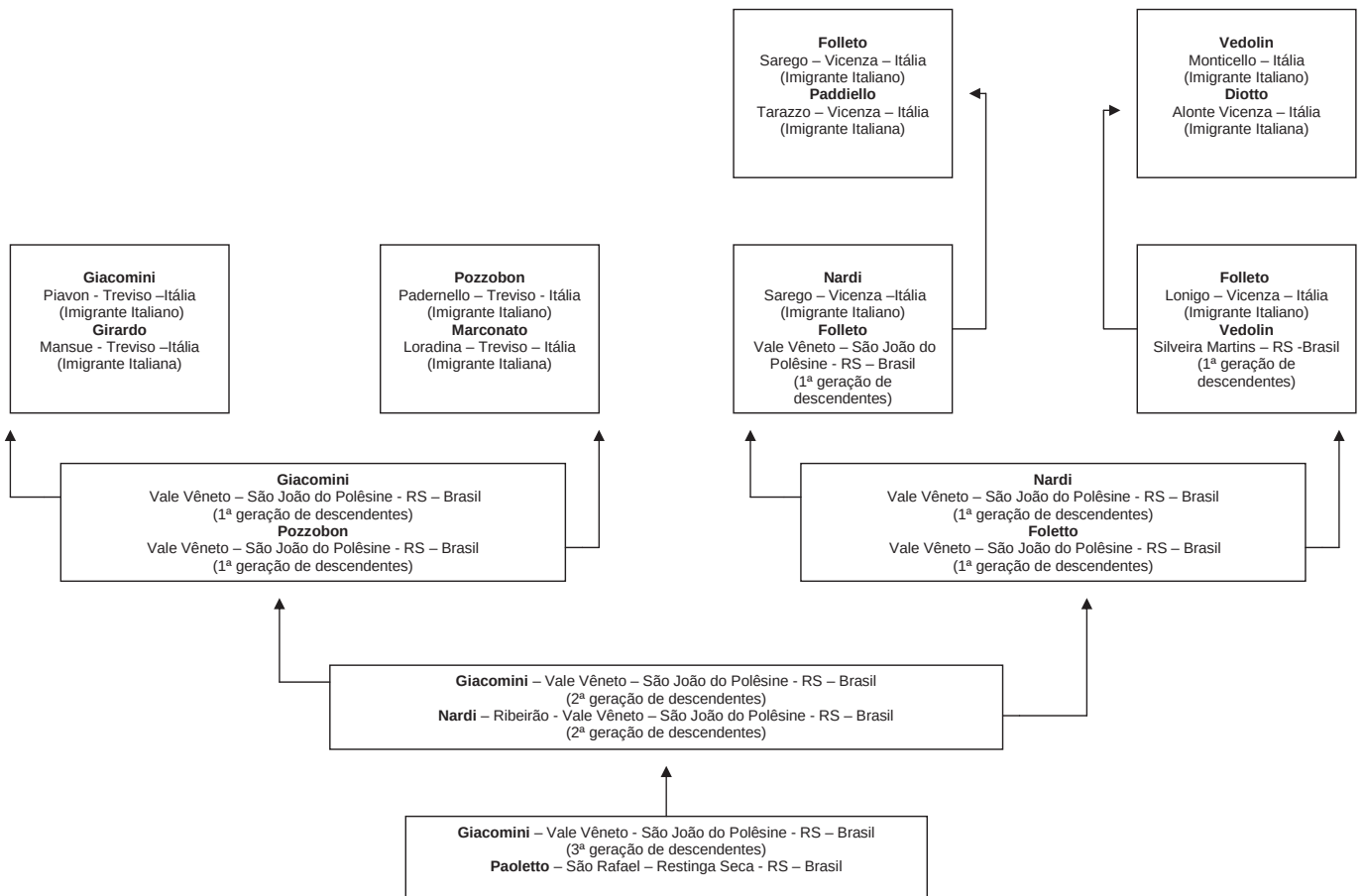
Árvore Genealógica Simplificada – Nardi

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2010.



Árvore Genealógica Simplificada – Foletto

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2010.



Árvore Genealógica Simplificada – Giacomini

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 2010.